

MARIA CAROLINA TOMÁS

**O INGRESSO DOS JOVENS NO MERCADO DE
TRABALHO: uma análise das regiões metropolitanas
brasileiras nas últimas décadas**

Belo Horizonte - MG
UFMG/Cedeplar
2007

MARIA CAROLINA TOMÁS

**O INGRESSO DOS JOVENS NO MERCADO DE
TRABALHO: uma análise das regiões metropolitanas
brasileiras nas últimas décadas**

Dissertação apresentada ao curso de mestrado do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para à obtenção do Título de Mestre em Demografia.

Orientadora: Professora Ana Maria Hermeto C. de Oliveira

Co-orientador: Professor Eduardo L. Gonçalves Rios-Neto

Belo Horizonte
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG
2007

*Aos meus pais,
a quem devo minhas felizes
transições ao longo da vida.*

AGRADECIMENTOS

Inúmeras pessoas cruzam nossos caminhos todos os dias, algumas permanecem simplesmente pelo modo como chegaram, cultivaram um espaço especial e se fazem presentes em nosso dia-a-dia. A essas pessoas, o meu muito obrigada, por fazer parte de meus projetos, sonhos e, principalmente, por estar ao meu lado durante os percalços que todos os grandes projetos nos impõem.

Em especial agradeço,

à minha orientadora, professora Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, que com muita paciência ajudou-me a organizar idéias que pareciam muito confusas inicialmente. Obrigada, ainda, pelo carinho, apoio e inúmeras palavras de incentivo, que me fizeram chegar a este momento final com muita tranquilidade e transformaram minha maneira de enxergar a vida acadêmica.

Ao meu co-orientador, professor Eduardo dos Rios-Neto, que com inteligência e perspicácia, proporcionou-me interessantes e frutíferas conversas, auxiliando-me a costurar diferentes argumentos teóricos que, muitas vezes, parecem fazer parte de campos muito distintos do conhecimento. Agradeço ainda pelos importantes *insights* durante o desenvolvimento desta dissertação e por todo o apoio na concretização de outros objetivos, igualmente importantes para mim.

A todos os professores do CEDEPLAR por todo o conhecimento compartilhado, dentro e fora da sala de aula, e principalmente por me mostrarem que a Demografia é muito mais do que um conjunto de taxas e probabilidades. Em especial, ao professor José Alberto Magno de Carvalho, pelas conversas, conselhos, orientações de estudo e várias lições aprendidas em sua sala. À professora Paula Miranda-Ribeiro pela paciência e incentivo em um dos momentos mais difíceis: o desenvolvimento inicial das idéias, a formulação do problema de pesquisa, até chegar a um projeto apresentável! Ao professor Bernardo Lanza Queiroz pela indicação de uma extensa e rica bibliografia e por todo o apoio no desenvolvimento deste trabalho. À professora Diana O. Sawyer por lições importantes na formulação inicial da metodologia empregada nesta dissertação. À professora Simone Wajnman que, ainda no início deste trabalho, fez apontamentos fundamentais para seu delineamento posterior. À professora Ana Flávia Machado, sem a qual não teria chegado ao mestrado em Demografia.

Aos professores Jorge A. Neves, Danielle C. Fernandes e Neuma Aguiar, por me ajudarem a manter os laços com a Sociologia e pelas ricas oportunidades de trabalho, o que me proporcionou momentos muito importantes em minha formação.

Aos funcionários do CEDEPLAR que com toda a dedicação e eficiência deixam nosso dia-a-dia mais tranquilo, em especial, ao pessoal da secretaria, por toda a presteza e gentileza em tirar dúvidas e providenciar documentos; às bibliotecárias, sempre dispostas a ajudar a encontrar mais uma referência, em especial, à Maria Célia pela ágil revisão das referências bibliográficas. E por fim, à Lucília, pela sempre disponibilidade.

Ao CEDEPLAR, como instituição, agradeço pelo espaço apropriado ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, pelo apoio em participação de eventos e por ter me recebido tão bem no mestrado.

Ao CNPq pelo financiamento dos meus estudos, o que possibilitou que meu tempo, durante estes dois anos, fosse totalmente dedicado às atividades do mestrado e de pesquisa.

À amiga, “irmã” e companheira intelectual Flavia P. Xavier, que dedicou inúmeras horas aos nossos enriquecedores, divertidos e motivadores debates. Foram muitos momentos e idéias compartilhadas desde a graduação, e cada um deles auxiliaram não somente à produção deste trabalho, mas influenciaram, principalmente, meu modo de ver a ciência, o mundo e as pessoas. Além das “viagens” intelectuais, sou grata e muito feliz com a amizade sincera que cultivamos.

Às amigas, Carol, Nina e Cris, pelos divertidos momentos, pelo ouvido, apoio e pelas conversas sinceras nos momentos de dúvidas, frustrações e angústias, sem os quais seria mais difícil chegar a esse momento final!

Aos companheiros da “Coorte 2005”, a cada um pela sua diferença e por tornarem menos árido o caminho com as conversas de corredor, reuniões de TAD, HP e CDD e, claro, pelas festas e comemorações. Aos companheiros cedeplarianos, em especial, Harley, Vicente, Júlio, Lucas, Clarissa, Laetícia, Marisa, Geovane e Bebel pelo companheirismo.

Aos amigos que fiz no PRODEP pela feliz e enriquecedora convivência. Ao professor Leonardo Avritzer pela oportunidade e confiança.

À vovó (Helena) e irmãs (Mariana e Angélica) pela compreensão dos momentos difíceis e dedicação em transformar a convivência em momentos mais tranquilos, inclusive com uma divisão desigual de tarefas.

Aos meus pais, Marta e Edson, a quem dedico este trabalho, por me ajudarem a levantar de todos os tombos, desde o aprendizado do caminhar, acreditando sempre que eu

poderia ir mais longe. E por me ensinarem que a vida e o ser humano só fazem sentido com objetivos que ultrapassem a razão. A eles, não bastariam palavras, mesmo que eu soubesse descrever toda a gratidão pelo aprendizado diário de paciência, força, luta e solidariedade!

Ao David, simplesmente por tudo o que juntos vivemos ao longo deste curso, todas as idas e vindas, mas principalmente, por dar a esse momento de minha vida, um outro sentido, tornando-me uma pessoa mais feliz e realizada. Obrigada, ainda, pela paciência e compreensão dos momentos em que precisei dedicar o “nosso” tempo ao desenvolvimento de minhas idéias e projetos; pelo sorriso e pela palavra amiga nos momentos em que tudo parecia dar errado, em que o banco não abria ou o texto tinha sumido, ou simplesmente quando eu achava que tudo estava, simplesmente, errado.

E, por fim, a Deus, por me proporcionar momentos tão ricos e intensos com pessoas extremamente especiais!

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| LISTA DE ILUSTRAÇÕES..... | ix |
| RESUMO..... | xv |
| ABSTRACT | xvi |
| | |
| 1. INTRODUÇÃO | 1 |
| | |
| 2. JUVENTUDE E INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO..... | 4 |
| 2.1. Juventude: conceito e discussão | 4 |
| 2.2. O debate sobre a transição para a vida adulta..... | 6 |
| 2.3. Da inatividade à atividade | 10 |
| 2.4. Fatores influentes da primeira transição..... | 15 |
| 2.4.1. Escolaridade como fator influente da primeira transição | 15 |
| 2.4.2. Recursos familiares como fatores importantes no ingresso no mercado de trabalho..... | 20 |
| 2.4.3. Coorte jovem e mercado de trabalho: desafios e oportunidades | 25 |
| 2.5. Comentários finais..... | 32 |
| | |
| 3. FONTES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS..... | 34 |
| 3.1. Fonte de dados..... | 34 |
| 3.2. Modelos de análise e tipos de dados..... | 35 |
| 3.3 Construção do banco de dados | 39 |
| 3.4 O problema da seletividade: a saída do domicílio..... | 41 |
| | |
| 4. IDADE MÉDIA DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO..... | 54 |
| 4.1. <i>Singulate Mean Age at First Marriage</i> | 54 |
| 4.2. Analogia e adaptação para o mercado de trabalho | 58 |
| 4.3. Resultados..... | 61 |
| 4.4 Comentários finais..... | 67 |
| | |
| 5. TRANSIÇÕES PARA A ATIVIDADE | 68 |
| 5.1 Tabela de sobrevivência | 68 |

| | |
|--|------------|
| 5.2. Resultados..... | 70 |
| 5.2.1. Indicadores sintéticos da tabela de vida | 80 |
| 5.2.2. Características da primeira ocupação | 83 |
| 5.3. Comentários finais..... | 89 |
| | |
| 6. FATORES ASSOCIADOS AO INGRESSO NO MERCADO DE | |
| TRABALHO | 91 |
| 6.1. Análise Multinomial | 91 |
| 6.2. Modelagem IPC Micro | 94 |
| 6.3. Definição operacional das variáveis independentes | 96 |
| 6.4. Resultados..... | 99 |
| 6.4.1 A questão da transição por sexo e idade..... | 101 |
| 6.4.2 Estar ou não na escola e o ingresso no mercado de trabalho | 105 |
| 6.4.3 Escolaridade como fator influente da primeira transição..... | 106 |
| 6.4.4 Recursos familiares como fatores importantes no ingresso no mercado de trabalho | 110 |
| 6.4.5 O efeito trabalhador adicional | 115 |
| 6.4.6 Tamanho de coorte e diferenças entre os períodos..... | 117 |
| 6.5. Comentários finais..... | 121 |
| | |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 122 |
| | |
| 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 125 |
| | |
| ANEXOS DO CAPÍTULO 4 | 135 |
| | |
| ANEXOS DO CAPÍTULO 5 | 140 |
| | |
| ANEXOS DO CAPÍTULO 6 | 147 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

| | |
|--|----|
| FIGURA 1: Possibilidades de transição | 40 |
|--|----|

TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1: Percentual de jovens por condição no domicílio e idade – Regiões Metropolitanas, 1983 | 42 |
| TABELA 2: Percentual de jovens por condição no domicílio e idade – Regiões Metropolitanas, 1992 | 43 |
| TABELA 3: Percentual de jovens por condição no domicílio e idade – Regiões Metropolitanas - 2001 | 43 |
| TABELA 4: Percentual de jovens por condição no domicílio, idade e sexo – Regiões Metropolitanas, 1983 | 44 |
| TABELA 5: Percentual de jovens por condição no domicílio, idade e sexo – Regiões Metropolitanas ,1992 | 46 |
| TABELA 6: Percentual de jovens por condição no domicílio, idade e sexo – Regiões Metropolitanas, 2001 | 46 |
| TABELA 7: Percentual de jovens por condição no domicílio, idade e frequência à escola – Regiões Metropolitanas, 1983 | 47 |
| TABELA 8: Percentual de jovens por condição no domicílio, idade e frequência à escola – Regiões Metropolitanas, 1992 | 48 |
| TABELA 9: Percentual de jovens por condição no domicílio, idade e frequência à escola – 2001 | 49 |
| TABELA 10: Média de anos de estudo por condição no domicílio e idade – Regiões Metropolitanas, 1983 | 51 |
| TABELA 11: Média de anos de estudo por condição no domicílio e idade – Regiões Metropolitanas, 1992 | 52 |
| TABELA 12: Média de anos de estudo por condição no domicílio e idade – Regiões Metropolitanas , 2001 | 53 |
| TABELA 13: Idade média da primeira ocupação por grupos analisados – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 63 |

| | |
|--|-----|
| TABELA 14: Cálculo do índice k para análise da proporção de pessoas que permanecem sem trabalhar - Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 65 |
| TABELA 15: Análise da proporção de pessoas que permanecem sem trabalhar através da comparação entre S_1 e S_2 - Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 65 |
| TABELA 16: Tempo médio na inatividade (esperança de vida como inativo), dado que até 15 anos esteve inativo – Regiões Metropolitanas 1983, 1992 e 2001 | 81 |
| TABELA 17: Percentual de jovens por tipo de transição e grupo etário – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 (%) | 85 |
| TABELA 18: Média de anos de estudo dos jovens entre 15 e 24 anos por tipo de transição – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 85 |
| TABELA 19: Tipo de transição e características da família – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 87 |
| TABELA 20: Número de horas trabalhadas por semana na primeira ocupação – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 89 |
| TABELA 21: Resultado do modelo logit multinomial para os jovens entre 15 e 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1982, 1992 e 2001..... | 100 |
| TABELA 22: Resultado do modelo logit multinomial com idade simples para os jovens entre 15 e 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1982, 1992 e 2001 | 102 |
| TABELA 23: Resultado do modelo logit multinomial com escolaridade <i>dummy</i> para os jovens entre 15 e 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1982, 1992 e 2001 | 108 |

TABELAS DO ANEXO

| | |
|---|-----|
| TABELA 1A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para todos os filhos – Regiões Metropolitanas, 1983 | 135 |
| TABELA 2A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para as mulheres filhas – Regiões Metropolitanas, 1983 | 135 |
| TABELA 3A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para os homens filhos – Regiões Metropolitanas, 1983 | 136 |
| TABELA 4A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para todos os filhos – Regiões Metropolitanas, 1992 | 136 |
| TABELA 5A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para as mulheres filhas – Regiões Metropolitanas, 1992 | 137 |
| TABELA 6A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para os homens filhos – Regiões Metropolitanas, 1992 | 137 |

| | |
|---|-----|
| TABELA 7A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para todos os filhos – Regiões Metropolitanas, 2001 | 138 |
| TABELA 8A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para as mulheres filhas – Regiões Metropolitanas, 2001 | 138 |
| TABELA 9A: Cálculo da idade média do primeiro emprego para os homens filhos – Regiões Metropolitanas, 2001 | 139 |
| TABELA 10A: Tabela de sobrevivência para todos os jovens entre 15 e 24 anos, todas as transições – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 140 |
| TABELA 11A: Tabela de sobrevivência para os jovens do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, todas as transições – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 141 |
| TABELA 12A: Tabela de sobrevivência para jovens do sexo feminino, entre 15 e 29, todas as transições – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 142 |
| TABELA 13A: Tabela de sobrevivência para todos os jovens que freqüentam escola entre 15 e 29 anos, todas as transições – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 143 |
| TABELA 14A: Tabela de sobrevivência para todos os jovens entre 15 e 29 anos que não freqüentam escola, todas as transições – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 144 |
| TABELA 15A: – Análise descritiva das variáveis por período – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 147 |
| TABELA 16A: Resultado do modelo logit multinomial para os jovens do entre 15 e 24 anos, por sexo – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 148 |
| TABELA 17A: Resultado do modelo logit multinomial para os jovens por grupo etário – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 149 |
| TABELA 18A: Resultado do modelo logit multinomial para os jovens do entre 15 e 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1983..... | 150 |
| TABELA 19A: Resultado do modelo logit multinomial para os jovens do entre 15 e 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1992..... | 151 |
| TABELA 20A: Resultado do modelo logit multinomial para os jovens do entre 15 e 24 anos – Regiões Metropolitanas, 2001 | 152 |

GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 1: Idade média da ocupação por grupos analisados – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 63 |
| GRÁFICO 2: Taxas específicas de transição para o mercado de trabalho por idade – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 71 |
| GRÁFICO 3: Taxas específicas de transição para o mercado de trabalho por idade e sexo– Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 75 |
| GRÁFICO 4: Taxas específicas de transição para o mercado de trabalho por idade e por frequência ou não à escola – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 78 |
| GRÁFICO 5: Tempo médio na inatividade, dado que até 15 anos esteve inativo, por grupos analisados – Regiões Metropolitanas 1983, 1992 e 2001 | 81 |
| GRÁFICO 6: Valores de l_x para os jovens de 15 a 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1982/1983 | 82 |
| GRÁFICO 7: Valores de l_x para os jovens de 15 a 24 anos – Regiões Metropolitanas, 1991/1992 | 83 |
| GRÁFICO 8: Valores de l_x para os jovens de 15 a 24 anos – Regiões Metropolitanas, 2000/2001 | 83 |
| GRÁFICO 9: Percentual de jovens entre 15 e 24 anos por tipo de transição – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 84 |
| GRÁFICO 10: Tipo de transição e frequência à escola - Regiões metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 86 |
| GRÁFICO 11: Ramo de atividade da primeira ocupação – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 87 |
| GRÁFICO 12: Posição na ocupação referente à primeira ocupação – Regiões Metropolitanas, 1982, 1992 e 2001 | 88 |
| GRÁFICO 13: Incrementos percentuais por sexo, idade e por tipo de transição para o mercado de trabalho, comparando-se com a não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 103 |
| GRÁFICO 14: Incrementos percentuais por sexo, idade e período para a transição no mercado de trabalho para a situação de ocupado, em relação à não transição – Regiões Metropolitanas, 1983 e 2001 | 104 |
| GRÁFICO 15: Incrementos percentuais por frequência ou não à escola, idade e período para a transição no mercado de trabalho para a situação de ocupado, em relação à não transição – Regiões Metropolitanas, 1983 e 2001 | 105 |

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 16: Incrementos percentuais por frequência ou não à escola, idade e período para a transição no mercado de trabalho para a situação de desocupado, em relação à não transição – Regiões Metropolitanas, 1983 e 2001 | 106 |
| GRÁFICO 17: Incrementos percentuais por anos de escolaridade, sexo e tipo de transição para o mercado de trabalho, comparando-se com a não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 107 |
| GRÁFICO 18: Incrementos percentuais por anos de escolaridade da mãe, sexo e tipo de transição para o mercado de trabalho, comparando-se com a não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 111 |
| GRÁFICO 19: Incrementos percentuais por estrato ocupacional do pai e idade para a transição no mercado de trabalho para a condição de ocupado, em relação à não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 112 |
| GRÁFICO 20: Incrementos percentuais por estrato ocupacional do pai e idade para a transição no mercado de trabalho para a condição de desocupado, em relação à não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 112 |
| GRÁFICO 21: Incrementos percentuais por inatividade ou não da mãe, idade e tipo de transição para o mercado de trabalho, comparando-se com a não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 114 |
| GRÁFICO 22: Incrementos percentuais por desemprego ou não do pai, idade e tipo de transição para o mercado de trabalho, comparando-se com a não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 116 |
| GRÁFICO 23: Incrementos percentuais por desemprego ou não da mãe, idade e tipo de transição para o mercado de trabalho, comparando-se com a não transição – Regiões Metropolitanas, 2001 | 117 |
| GRÁFICO 24: Incrementos percentuais por perfil especificado, para transição no mercado de trabalho para a situação de ocupado – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 119 |
| GRÁFICO 25: Incrementos percentuais por perfil especificado, para transição no mercado de trabalho para a situação de ocupado – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 119 |
| GRÁFICO 26: Incrementos percentuais por perfil especificado, para transição no mercado de trabalho para a situação de desocupado – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 120 |

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 27: Incrementos percentuais por perfil especificado, para transição no mercado de trabalho para a situação de desocupado – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 121 |
|---|-----|

GRÁFICOS DO ANEXO:

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 1A: Percentual de mulheres jovens entre 15 e 24 anos por tipo de transição realizada – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 145 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 2A: Percentual de homens jovens entre 15 e 24 anos por tipo de transição realizada – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001 | 145 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| GRÁFICO 3A: Percentual de jovens que freqüentam escola entre 15 e 24 anos por tipo de transição realizada – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 146 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO 4A: Percentual de jovens que não freqüentam entre 15 e 24 anos por tipo de transição realizada – Regiões Metropolitanas, 1983, 1992 e 2001..... | 146 |
|--|-----|

QUADROS

| | |
|--|----|
| QUADRO 1: Esquema utilizado na rotação da amostra | 35 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| QUADRO 2: Idade média ao ingresso no mercado de trabalho, segundo a época, resultados de Hasenbalg (2003a) | 61 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| QUADRO 3: Estratos ocupacionais e valores médios de ocupações representativas (utilizando a PNAD 1996) | 98 |
|---|----|

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo principal analisar o ingresso no mercado de trabalho entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, nos períodos de 1982/1983, 1991/1992 e 2000/2001, em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; analisadas conjuntamente. As motivações do trabalho são investigar a estrutura etária da transição, os fatores que a influenciam, como as características individuais, os recursos familiares e as variáveis demográficas e, finalmente, se ao longo do tempo houve mudanças significativas no efeito destas variáveis. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE e três técnicas para análise foram empregadas: a primeira foi o *singulate mean age* para o cálculo da idade média do primeiro emprego; a segunda, tabelas de sobrevivência para a análise da estrutura etária da transição (diferenciando-se por condição de ocupação) entre todos os jovens, homens e mulheres, separadamente, e jovens estudantes e aqueles que não freqüentam escola, também separadamente. E, a terceira foi um modelo logit multinomial a fim de se analisar os fatores que influenciam o momento da inserção no mercado de trabalho. Ao final, observou-se que está ocorrendo um adiamento na idade de ingresso, há diferenças significativas por sexo, embora se perceba uma tendência à conversão ao longo do tempo. Da mesma maneira, há um padrão distinto de ingresso no mercado de trabalho entre os jovens que freqüentam ou não escola. E há tanto influências significativas das características individuais, como o sexo e a escolaridade, dos recursos familiares disponíveis, como o capital cultural, econômico e social das famílias e, igualmente, relações com variáveis demográficas como a idade, o tamanho da coorte e o período.

Palavras-chaves: Juventude, Mercado de Trabalho e Primeiro Emprego.

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to analyze debut in the labor market among the youth between 15 and 24 years old, during 1982/1983, 1991/1992 and 2000/2001 periods. The analysis considers six metropolitan regions in Brazil together: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. The work's motivation are to investigate the age structure of the transition to the labor market, the factors that influence it, such as, the individual characteristics, family resources and demographic variables, and, finally, if during the time have happened significant changes. The data basis used was the Monthly Employment Survey (PME) of IBGE and three techniques were applied: first, the singulate mean age in order to calculate the first job mean age; second, survival tables to analyze the transition's age structure, considering different groups, such as, all the youth together; males and females separately; and students and no students also separately. Third, a multinomial logit model to analyze the factors that influence the labor market's insertion moment. At the end, it is possible to say that the youth are postponing their transition to work; there are significant differences between males and females, although they are declining during the time; there are also important differences between youth that study and those who don't study. Besides, there are significant influence of individual characteristics (for instance, gender and schooling), family resources (cultural, economic and familiar social capitals) and demographic variables (age, cohort size, period).

Key-words: Youth, Labor Market and First Job.

1. INTRODUÇÃO

O ingresso dos jovens no mercado de trabalho é um tema bastante caro aos pesquisadores das Ciências Sociais. Os estudos clássicos de estratificação social consideram a primeira ocupação como uma característica importante do alcance ocupacional dos indivíduos, dado que o *status* ocupacional do primeiro emprego tem uma relação direta com o *status* ocupacional conquistado pelos indivíduos.

A abordagem da transição para a vida adulta trata a passagem da inatividade para a atividade econômica como um dos importantes marcos para a entrada no mundo adulto, já que possibilita a independência financeira dos jovens, incluindo a possibilidade de sair do domicílio e formar uma nova família, o que para muitos autores, como Camarano *et al* (2004), caracteriza o final do processo da transição para a vida adulta.

Além disso, o ingresso no mercado de trabalho tem chamado a atenção de pesquisadores e formuladores de políticas públicas, já que a inserção no mercado do trabalho permeia distintos campos políticos, como a saída da escola, a inserção precária *versus* frequência à escola, a qualificação e preparação para o mercado de trabalho e a existência de empregos que possam absorver esses jovens.

Portanto, é de grande importância empreender esforços na direção de melhor compreender esse momento do ciclo de vida e é nesse sentido que este trabalho busca contribuir. Tendo em vista as diversas contribuições já produzidas, cabe ressaltar que não se pretende esgotar o tema; na verdade, várias indagações se apresentam, tais como a possibilidade de se utilizar outras técnicas de análise e banco de dados e, por outro lado, perguntas que ainda estão sem respostas, ou enfoques não utilizados.

Neste trabalho, pretende-se tratar da transição da condição de inativo para a de ativo, entre os jovens filhos no domicílio, entre 15 e 24 anos. Para tal, utiliza-se a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, a fim de se acompanhar o jovem e observar o momento de sua primeira inserção no mercado de trabalho. Dessa forma é possível analisar tanto a estrutura etária da transição, quanto analisar os fatores que a afetam. As transições analisadas foram entre os seguintes períodos 1982 e 1983, 1991 e 1992, e 2000 e 2001, em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, analisadas conjuntamente.

As principais indagações e motivações do trabalho são: i) analisar se, ao longo do tempo, os jovens estão adiando sua entrada no mercado de trabalho; ii) se ocorreram

mudanças significativas no padrão de inserção no mercado de trabalho, ao longo das últimas décadas; iii) se há diferenças importantes entre a transição de homens e mulheres e entre os jovens que freqüentam ou não escola; e por fim, pretende-se observar iv) quais fatores influenciam a escolha do jovem em deixar a inatividade?

Resumindo, pode-se dizer que as principais questões que se busca responder, neste trabalho são: 1) como se configura a estrutura etária da transição para o mercado de trabalho; 2) quais são os fatores que influenciam a transição para o mercado de trabalho e 3) se ao longo do tempo tem se alterado a relação entre escolaridade, os recursos familiares e o tamanho de coorte e a transição para a atividade. Essas indagações partem tanto de análises empíricas quanto de motivações teóricas analisadas no capítulo 2 desta dissertação. O capítulo dois parte da conceituação de juventude e transição para vida adulta, incluindo o ingresso no mercado de trabalho e também trata dos fatores associados à entrada dos jovens na vida produtiva, com enfoque na escolaridade, nos recursos familiares (capitais cultural, econômico e social intra-familiar) e na variação no tamanho da coorte que gera mudanças na oferta de trabalho dos jovens.

No capítulo três são expostas as peculiaridades da base de dados utilizada e as preocupações metodológicas que perpassam o trabalho, como a questão da seletividade e as limitações dos métodos de sobrevivência. Sobre as opções metodológicas, primeiramente, buscou-se utilizar duas metodologias para se estudar a estrutura etária e os diferenciais entre sexo e entre os jovens que freqüentam ou não escola.

No capítulo quatro, optou-se por estimar a idade média do primeiro emprego, através do método *singulate mean age* para o total de jovens e para homens e mulheres, separadamente. O objetivo principal é observar se ao longo do tempo houve mudanças significativas. Ademais, esse cálculo é muito importante para a compreensão das mudanças tanto de inserção no mercado de trabalho, quanto para as mudanças no prolongamento da juventude e no aumento da escolaridade. Os resultados dessa aplicação apontam para um adiamento da entrada no mercado de trabalho, ou seja, um prolongamento na condição de inatividade.

No capítulo seguinte, o método principal utilizado é a construção de tabelas de sobrevivência para a análise da estrutura etária. A principal diferença desse capítulo para o anterior é que foram analisados os jovens que estudam e que não estudam, separadamente, além de incluir as características da primeira ocupação. Foi possível observar que há diferenças importantes entre homens e mulheres e entre os jovens estudantes e aqueles que não freqüentam escola, inclusive ao se comparar a inserção na condição de ocupado e na

de desempregado. Como segundo objetivo desse capítulo são descritas as características dos jovens que realizaram ou não a transição para a população economicamente ativa e da primeira ocupação dos jovens, como setor de atividade, posição na ocupação e horas trabalhadas.

A análise dos fatores que influenciam a entrada dos jovens no mercado de trabalho está no capítulo seis. O modelo escolhido foi o logit multinomial, que tem como variável dependente 1= ter realizado a transição para a situação de ocupado; 2= ter realizado a transição para a situação de desocupado e 3= não ter realizado a transição e tem por objetivo analisar o efeito de um conjunto de fatores no momento da transição. Ao final, observou-se que há efeitos significativos tanto de variáveis individuais, como sexo, escolaridade, frequência ou não à escola, como daquelas relativas à família -ocupação do pai, escolaridade da mãe e tamanho da família-, em outras palavras, os recursos familiares disponíveis, capital cultural, econômico e social intra-familiar. Ressalta-se que diferenças importantes foram encontradas ao se comparar os dois grupos etários, diferentemente da comparação entre os sexos e os períodos em que a principal diferença foi de nível, mas com uma estrutura bastante similar. E ainda, encontraram-se efeitos significativos do tamanho de sobre a probabilidade de se realizar a transição em relação à não ingressar no mercado de trabalho.

2. JUVENTUDE E INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo discutir a literatura sobre juventude, transição para a vida adulta e alguns fatores importantes que influenciam esse momento no ciclo de vida dos indivíduos. Na primeira seção, são discutidos o conceito, o intervalo etário e as características do momento do ciclo de vida chamado juventude. Na segunda parte, a literatura e os novos estudos sobre transição para a vida adulta são tratados. Na terceira seção, o problema da passagem da inatividade para a atividade é o assunto abordado. Já na seção seguinte, é feita a discussão de clássicos fatores que influenciam a inserção na vida produtiva. Na quinta e última parte são feitas algumas considerações finais, a fim de se deixar mais explícitos os objetivos e hipóteses deste trabalho.

2.1. JUVENTUDE: CONCEITO E DISCUSSÃO

Usualmente conceitua-se juventude como o momento transitório entre a infância e a vida adulta, ou como a passagem do período de completa dependência dos pais ou responsáveis para o período de autonomia, normalmente compreendendo a faixa etária entre 12 ou 14 anos e 25 ou 30 anos. Muitas vezes esse grupo é dividido entre adolescentes e jovens e, em alguns casos, acrescentam-se os jovens adultos.

Definir jovens como indivíduos em transição tem por consequência uma interpretação de que são considerados aptos para algumas atividades, mas não o são para outras. A nossa própria legislação apresenta essa característica, já que aos 14 anos as pessoas são consideradas aprendizes no mercado de trabalho, mas apenas aos 16 podem ter carteira de trabalho assinada e, igualmente, votar. E somente aos 18 anos é que podem dirigir, quando também adquirem a maioridade civil.

Não só a idade, mas as mudanças biológicas e psicológicas também são definidoras dessa etapa do ciclo de vida, já que é nesse período em que se passa pela puberdade e alcança-se a vida viril. Ademais, é esse o momento crítico de definição do ego com grandes mudanças na personalidade (ARRUDA, 2004). Por outro lado, como ressaltado por Bourdieu (1983)

“a idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído dotados de interesses comuns, e relacionar esses interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente”

Para ele, a divisão etária é uma forma arbitrária de se dividir as etapas do ciclo de vida, portanto não é possível dizer com precisão quando se inicia uma fase e termina outra.

As definições etárias são, em sua maioria, delimitadas por organismos internacionais. A Organização das Nações Unidas (ONU) define como jovens as pessoas entre 15 e 24 anos, desde 1985. Já para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a adolescência compreende de 10 a 20 anos incompletos. A Comissão Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPQ) desagregou os jovens de 15 a 24 anos em dois grupos: de 15 a 19 anos, que seriam os jovens propriamente ditos, e de 20 a 24 anos considerados “jovens adultos”. Devido às recentes mudanças na transição para a vida adulta, especialmente o “prolongamento da juventude”¹ o Fórum Mundial da Juventude pediu às Nações Unidas um aumento no limite superior do intervalo que define juventude, para os 30 anos (ARRUDA, 2004).

As transformações por que passam os jovens compreendem também aspectos sociais e econômicos, sobre os quais fazem parte a sua independência econômica, através da inserção no mercado de trabalho e a formação de um novo domicílio, através do casamento ou não, e da maternidade/paternidade. A passagem por esses eventos marca igualmente o momento que se deixa de ser criança e passa-se a ser adulto.

A ambigüidade do conceito levanta diversas indagações. Mello e Camarano (2006) questionam o excessivo grau de expectativas depositadas nos jovens com relação ao momento “adequado” para sua transição para o mundo adulto, visto que por um lado, problematizam-se a demora e o prolongamento da condição juvenil, e por outro, observam-se os elementos de precocidade da vida adulta. Outra questão que as autoras levantam é sobre o enfoque de discutir a transição para o mundo adulto como se ele fosse um parâmetro de uma condição estável, dado que as mudanças no mercado de trabalho têm diminuído a estabilidade tanto de jovens quanto de adultos (consideração também de GUIMARÃES, 2006).

¹ Foi Galland (1997 citado por HILBORN E CABRAL, 2006) que criou esse termo, ao analisar as mudanças no mercado de trabalho associada às mudanças nos modelos de relacionamento entre as gerações, com relação a uma maior autonomização dos jovens sem que isso implique independência financeira, tendo como conseqüências o retardamento da saída da casa dos pais e o adiamento da vida conjugal e reprodutiva.

2.2. O DEBATE SOBRE A TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

A inserção na vida ativa é uma das características da transição para a vida adulta, que é caracterizada por um conjunto de diferentes eventos na vida dos jovens, como a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a formação de um novo domicílio pelo casamento e o nascimento do primeiro filho.

Os primeiros estudos tratavam esse momento com uma certa linearidade, ou seja, como se estes eventos ocorressem em seqüência. Essa abordagem foi muito influenciada pela dinâmica propiciada pelo crescimento econômico e nível de emprego no pós-guerra. Entretanto, reconhece-se que as experiências de vida cada vez mais estão se tornando mais complexas e menos lineares. Vieira (2006) ressalta a descristalização e a latência como dois processos que influenciam a transição. A primeira significa a dissociação de diversas dimensões da vida adulta sem se assumir todas e a latência é a desvinculação entre a habilitação para desempenhar uma função e o efetivo exercício dessa função, o que resulta em um prolongamento do estado de dependência.

Já Mello e Camarano (2006) apontam três novas características da transição para a vida adulta: i) a desincronização, ou seja, nem todos os eventos da transição estão ocorrendo ao mesmo tempo; ii) a reversibilidade, isto é, as transições não são necessariamente permanentes, pode-se sair de casa, trabalhar e retornar ao domicílio de origem, inclusive com filhos ou sair da escola, entrar no mercado de trabalho e retornar para a escola a fim de se atualizar; e iii) a experimentação, com base na desincronização das etapas do ciclo de vida, os jovens podem experimentar determinadas atividades durante seu processo de transição.

Com essas novas características, a transição para a vida adulta tem se tornado mais tardia. Como a transição para o trabalho influencia diretamente todos os aspectos da transição para a vida adulta, já que é fator indispensável para a independência dos jovens, as recentes mudanças no mercado de trabalho, como a exigência de uma melhor qualificação e a dificuldade de se conquistar uma ocupação, acabam por prolongar o tempo dos jovens na casa dos pais e na escola.

Ressalta-se, por fim que as transições para o mundo adulto com sucesso provavelmente são realizadas mais tardiamente, envolvendo mais educação formal e a possibilidade de ser mais gradual do que no passado (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2005).

Atualmente, há uma grande discussão sobre as mudanças no padrão da transição,

parece que o casamento e a saída de casa compõem o modelo preponderante de transição para a vida adulta no Brasil (CAMARANO *et al.*, 2004, 2006b), com alguma diferença entre homens e mulheres que merecem ser destacadas.

*“A vida adulta para a população masculina pode se caracterizar pela participação no mercado de trabalho e constituição de domicílio, independentemente do casamento e/ou paternidade. A constituição do domicílio é, também, uma etapa importante do processo de transição para a vida adulta, em especial, para as mulheres. No entanto, esta pode ocorrer independentemente da sua participação nas atividades econômicas” (CAMARANO *et al.*, 2006).*

Heilborn e Cabral (2006) destacam que uma das mudanças no processo de transição para a vida adulta é uma maior autonomia dos jovens, sem necessariamente terem uma independência financeira dos pais, como por exemplo, o exercício da sexualidade não mais restrito ao ingresso na vida conjugal. As autoras atribuem ao processo de paternidade/maternidade anterior ao casamento e/ou a conclusão dos estudos, a designação de “transição condensada”.

Além disso, uma nova forma de transição no que diz respeito ao processo de formação de família parece estar em curso, qual seja, a formação de novas famílias no domicílio de origem, formando o que se chama de famílias conviventes (são aquelas que compartilham um mesmo orçamento e os bens duráveis). Em 1980, em 9,3% dos domicílios com jovens encontravam-se famílias conviventes, já em 2000, essa proporção passou para 12,6% (CAMARANO *et al.*, 2006b). Esses resultados facilitam explicar o adiamento na formação do domicílio e o adiamento da maternidade, configurando uma transição condensada, nas palavras de Heilborn e Cabral. Um outro argumento que corrobora este ponto é que aproximadamente 80% das mulheres inseridas nessas famílias (conviventes) tinham filhos, o que significa 5% em 1980 e 12,3% em 2000, entre as jovens de 15 a 29 anos (intervalo analisado pelas autoras)

As autoras verificam ainda um aumento na proporção de homens e mulheres nas famílias conviventes entre 1980 e 2000. Um aumento que chegou a compensar a diminuição dos jovens que haviam saído de casa.

*“Considerando as duas modalidades de constituição de família, pode-se dizer que para os homens não ocorreram mudanças no quantum, ou seja, na proporção de pessoas que constituíram famílias, e para as mulheres houve um incremento. Na verdade o que se observou foram alterações na forma como esse processo aconteceu, o que pode ser explicado pela antecipação da maternidade e pelo aumento das separações conjugais” (CAMARANO *et al.*, 2006b:218)*

De maneira geral, as famílias conviventes estão em piores condições econômicas do que as residentes nos seus domicílios, considerando o rendimento médio do chefe e o

rendimento médio domiciliar *per capita*, a proporção de famílias pobres e a das famílias sem nenhum rendimento. (CAMARANO *et al*, 2006b).

Camarano *et al* (2006c) chamam atenção para um contingente de jovens que não estudam e não trabalham: estariam eles também realizando a transição para a vida adulta? Estariam experimentando uma “transição negada” ou uma “transição adiada” ou a transição estaria sendo realizada independentemente de inserção no mercado de trabalho? As respostas para essas indagações, dadas pelas autoras, diferem quanto ao sexo do jovem. O caminho das mulheres jovens, principalmente de baixa escolaridade, foi o de se casarem e terem filhos, o que as levaram a saírem de casa e a se tornarem cônjuges. A situação dos homens jovens, por sua vez, parece ser bastante diferente da das mulheres, já que a maior parte deles que não trabalhavam e não estudavam ainda moravam com os pais e/ou responsáveis, em 1980, isto é, estavam de alguma forma adiando a transição. Houve uma diminuição desse percentual, no ano de 2000, em detrimento do aumento da proporção de chefes e de homens casados separados, ou seja, parece que estão adiantando a transição.

Vieira (2006) verifica, através dos dados censitários de 2000, que em São Paulo 10,12% das mulheres entre 15 e 24 anos residentes em áreas urbanas não estudavam, não trabalhavam, não tinham autonomia residencial, não tinha se casado e também não tinham filhos, um percentual muito próximo daquele de jovens que não estudavam, não trabalhavam, viviam uma primeira união e tinham filhos, 11,2%. Esse resultado desmistifica um pouco a abordagem de que as meninas que não estudam e não trabalham estão necessariamente mais propensas a estarem em uma união com filhos. Mas, ao mesmo tempo, esse resultado, levanta uma questão importante, porque um percentual representativo de meninas não estão inseridas em nenhum desses *status*? Estariam elas no domicílio de origem cuidando dos afazeres domésticos? Cuidando de familiares? Perguntas que permanecem abertas.

Já entre os homens, o primeiro grupo correspondia a 13,03%, ou seja, aqueles jovens que não estudavam, não trabalhavam, não tinham autonomia residencial e não viviam a primeira união², mas a diferença é que o grupo dos que não trabalhavam, não estudavam e viviam a primeira união estável é residual não sendo tratado separadamente pela autora. Esses resultados reforçam os achados de Camarano *et al* (2006c) em relação ao componente de gênero na transição para a vida adulta, com ênfase entre os jovens que não estão estudando e também não estão no mercado de trabalho.

² Observa-se que não foi considerada a paternidade, pela autora, devido à ausência de dados.

Outros trabalhos investigam a transição para a vida adulta a partir da idade em que mudam de um estado, ou seu *timing*. Por exemplo, a idade em que entram no mercado de trabalho, que se casam e se tem o primeiro filho. O trabalho de Oliveira (2005) usando os dados da PPV (Pesquisa de Padrão de Vida), pesquisa onde se encontram informações sobre a idade para esses eventos, observa um padrão similar entre homens e mulheres jovens, já que para ambos a entrada no mercado de trabalho é anterior à saída da escola, apontando para uma simultaneidade entre escola e trabalho.

Já Arruda (2004), Camarano *et al* (2004), Mello (2005) e Mello e Camarano (2006) utilizam a idade mediana para estudar o *timing* dos eventos que são normalmente utilizados para definir a transição para a vida adulta. As autoras concluem que ao longo do tempo está havendo um adiamento na passagem para a fase adulta, indicando um prolongamento da juventude. Camarano *et al* (2004) identificam padrões diferentes por sexo, principalmente, quanto à saída da casa dos pais, diferentemente de Arruda (2004) que não encontra diferenças significativas nas idades medianas de saída de casa, a mudança mais importante, no trabalho destas autoras, foi a do adiamento na idade em que as mulheres têm o primeiro filho, ademais há variações interessantes entre os jovens de diferentes condições socioeconômicas.

Mello (2005), por sua vez, observou um adiamento expressivo na idade de saída da escola entre os jovens, em geral, independente do sexo e das condições socioeconômicas, mas no que se refere ao processo de formação de família, a direção do movimento variou de acordo com os diversos segmentos de renda. Isto é, entre as mulheres jovens com renda mais baixa, houve uma antecipação da idade mediana em que elas saem de casa e têm filhos, apontando para uma antecipação no seu processo de transição. Por outro lado, as mulheres com renda mais elevada passaram a ficar mais tempo na casa dos pais e adiaram o momento em que têm filhos.

Há uma grande dificuldade de se definir quais são as delimitações entre as etapas do ciclo de vida, principalmente quais seriam os eventos que definiriam a transição para a vida adulta, já que grande parte dos jovens participa de mais de um evento. Além disso, as trajetórias estão cada vez mais erráticas do que eram no passado, visto que atualmente os jovens, por exemplo, saem de casa e podem retornar, ou podem ter filhos no domicílio de origem, ou ainda podem sair de casa e continuar a receber auxílio financeiro. Essas mudanças tornam a passagem para a vida adulta um processo heterogêneo e complexo, sendo que o único fator que parece ser um pré-requisito importante é a independência econômica (CAMARANO *et al*, 2006), conquistada através da inserção no mercado de

trabalho, que constitui num dos momentos privilegiados, por construir a possibilidade para que outras dimensões da passagem da adolescência à vida adulta se efetivem, como a formação de um domicílio próprio (GUIMARÃES, 2006). Esse é o tema explorado na próxima seção.

2.3. DA INATIVIDADE À ATIVIDADE

A transição para o trabalho parece ser realmente importante para uma transição bem sucedida para a vida adulta, tanto que as próprias mudanças que levam ao chamado “prolongamento da juventude” são atribuídas à dificuldade de se conquistar uma independência financeira, devido às mudanças estruturais no mercado de trabalho.

Guimarães (2006) coloca que esse “dever” de se inserir no mercado de trabalho, é uma construção social e recente, dado que foi somente no século XIX que a idéia de transitar de um estado para outro passou a ter um sentido social. Antes disso, os filhos de camponeses, operários e artesãos estavam regularmente ocupados, em diferentes ambientes produtivos. Apenas no século XX, após a universalização da escolarização obrigatória, é que houve espaço para se conceituar a atividade ocupacional regular, tornando socialmente possível se pensar em uma transição da escola para o trabalho (DUBAR citado por GUIMARÃES, 2006).

No Brasil, a saída da inatividade pelo jovem entre 15 e 24 anos passou por distintos ciclos nas últimas décadas. Segundo Pochman (2000), houve três movimentos distintos entre atividade e inatividade entre os jovens entre 15 e 24 anos, ao longo do século XX. A primeira foi de constante crescimento da atividade, durante a década de 1930, a segunda representa o período de 1930 a 1970, quando há uma reversão da situação, com o aumento da inatividade, resultado de uma maior dedicação dos jovens aos estudos. Neste momento, a taxa de inatividade cresceu 18,5%, enquanto que a taxa de atividade caiu em 19,01%. Ressalta-se que a não transição pode ter um significado positivo na vida dos jovens, dado que eles podem estar inseridos em atividades escolares sem trabalhar. Mas, também não é possível desconsiderar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho.

A partir da década de 1970, uma nova ruptura ocorreu, resultando em mudanças significativas na transição da inatividade para a inserção no mercado de trabalho. Nota-se uma expressiva redução na taxa de inatividade que caiu 32% entre 1980 e 1998.

Como salienta o autor

*“ao contrário da experiência internacional, nas duas últimas décadas do século 20, o Brasil retrocedeu no uso do tempo livre destinado ao jovem. Guardada a devida proporção, o país tem repetido a experiência das primeiras décadas deste século, quanto era maior a presença do jovem no mercado de trabalho”.*³

Por outro lado, a inatividade pode esconder uma outra face das atividades juvenis, como por exemplo, a realização de tarefas domésticas, ou mesmo de atividades voluntárias ou trabalho temporário. De acordo com a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) 2003, no Brasil, 6,1% dos jovens entre 10 e 24 anos realizavam apenas tarefas domésticas, 8,2% trabalhavam e também auxiliavam nas atividades do lar e 9,4% trabalhavam, estudavam e também cuidavam dos afazeres domésticos e apenas 3,3% não realizavam nenhuma das três atividades. Ressalta-se que as mulheres apresentam maior probabilidade de estarem nestes grupos do que os homens, o que indica uma divisão sexual do trabalho entre os filhos (TOMÁS, 2006). Ao mesmo tempo, é entre as mulheres que se encontram as maiores taxas de inatividade.

Dessa maneira, a transição para o mercado de trabalho apresenta padrões distintos entre homens e mulheres, que pode ser reflexo da própria preparação para a este período da vida. As trajetórias dos homens e mulheres para se preparem para a transição, tradicionalmente são bastante diferentes. A socialização dos jovens inicia-se na família e normalmente é estruturada com base nas normas e valores dos membros adultos da família, que historicamente são definidas por uma divisão sexual do trabalho. Camarano *et al* (2006) ressalta que além das variáveis consideradas no caso masculino, a inserção no mercado de trabalho, no caso das mulheres, é afetada também pela nupcialidade e fecundidade. Por outro lado, diversas mudanças têm ocorrido no processo de inserção das mulheres o que se tem observado é uma convergência em direção à situação masculina.

As mudanças que atraem as mulheres para o mercado são trazidas tanto pelas oportunidades quanto pela motivação da nova geração em ser diferente de suas mães. De um lado, o aumento da remuneração das pessoas com o nível médio, e, de outro, o aumento da importância do poder econômico feminino, pode mudar papéis tradicionais após o casamento e a maternidade (diminuir desigualdades intra-domiciliares). Para grande parte das mulheres, uma transição bem sucedida deve incluir o recebimento de rendimentos (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2005).

³ Em economias desenvolvidas a taxa de inatividade cresceu 19,7% de 1980 a 1997, acompanhada de uma elevação da escolaridade.

O trabalho do National Research Council (2005) ressalta que há três padrões internacionais de uso do tempo dos jovens, com diferenças importantes por sexo e idade: 1) há diferenças significativas entre a forma que os homens e mulheres gastam seu tempo de trabalho: desconsiderando a idade, os homens estão mais propensos a trabalhar em atividades econômicas e as mulheres em atividades não econômicas; 2) o tempo total dedicado ao trabalho, tanto no mercado de trabalho quanto nas atividades não econômicas no domicílio aumentam com a idade, tanto para os homens quanto para as mulheres; 3) as meninas tendem a trabalhar mais horas do que os homens⁴, deixando-os com mais tempo para o lazer⁵.

Além disso, o padrão de inserção no mercado de trabalho apresenta diferenças significativas entre jovens, de 15 a 19 anos, que estudam e não estudam; quanto maior o tempo na escola menor o tempo trabalhando. As variações entre os países analisados se relacionam com a carga horária escolar, quanto maior o número de aulas por dia menor o tempo disponível para o trabalho. Ressalta-se, por outro lado, que há países onde indiferente à situação de estudante, as mulheres trabalham mais que os homens (considerando atividade econômica e não econômica).

Observa-se que os meninos que estudam dividem as tarefas domésticas com as meninas, mas aqueles que não estão na escola passam a maior parte de seu dia em atividades econômicas, enquanto as mulheres que não freqüentam escola estão limitadas às atividades não econômicas relacionadas ao lar. Mais uma vez esse resultado aponta que o aumento da freqüência à escola está associada a uma menor participação dos jovens no mercado de trabalho. Ademais demonstra que com a diminuição do hiato na freqüência à escola entre ambos os sexos, a alocação do tempo dos adolescentes, pelo menos no início da transição para a vida adulta (15-19 anos), tem se tornado similar, embora ainda seja grande número de mulheres que trabalham e freqüentam escola.

O padrão de inserção ao longo dos intervalos 1980-1984, 1985-1989, 1990-1994 e a partir de 1995 em 25 países⁶ analisados demonstra que entre os homens de 15 a 19 anos de idade as taxas de participação são bastante variáveis, de 18% no Suriname a 65% em Bangladesh e 73,3% no Brasil. Como tendência geral observa-se um declínio nas últimas duas décadas, contraposto de um aumento no número de jovens na escola. No México e em

⁴ Na área urbana da Índia, por exemplo, a diferença chega a uma média de duas horas por dia.

⁵ Sobre o assunto, os autores indicam, Ritchie, Lloyd and Grant, 2004; Levison, Moe and Knaul's, 2001.

⁶ Egito, Síria, Tunísia, Turquia, Argentina, Brasil, Chile Colômbia, Equador, Peru, Suriname, Costa Rica, El Salvador, México, Panamá, Trindade e Tobago, Bangladesh, Indonésia, Malásia, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia, África do Sul e Quênia.

Bangladesh o aumento no número de matrículas não foi acompanhado de um declínio na participação no mercado de trabalho (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2005).

Entre as mulheres, nesta faixa etária, as taxas tendem a ser muito menores que a dos homens, mas essa tendência é menos consistente. Em 10 dos 26 países analisados as taxas de participação das mulheres caíram ao invés de crescerem. Entretanto, com níveis de participação tão baixos, há pouca probabilidade de estar ligado diretamente ao *trade-off* escola e participação na força de trabalho.

Entre os jovens de 20 a 24 anos, as taxas de participação dos homens são, tipicamente, iguais ou superiores a 80%, as exceções são Chile, Egito, Peru, Suriname e Tunísia. As taxas de participação feminina, as quais eram consideravelmente inferiores as deles, no início dos anos 1980, tenderam a crescer ao longo do tempo, o que pode indicar transformações importantes na transição para o mercado de trabalho, bem como uma aproximação do comportamento entre os dois sexos.

Como a transição para o trabalho pode ou não coincidir com o momento de saída da escola, seja por abandono ou por conclusão de um ciclo, os jovens muitas vezes realizam ambas as atividades. Os trabalhos de Leme e Wajnman (2000) e Tomás (2006) mostram que é alto o percentual de jovens entre 15 e 24 anos que trabalham e estudam. Reforçando essa evidência, Corseuil e Santos (2000) apontam que o Brasil e o Peru são países com a maior proporção de jovens nesta condição, na América Latina⁷, cerca de 20%. Ressalta-se, entretanto, que ambos os países apresentam cerca de 60% dos jovens estudando, enquanto que Honduras tem menos de 40% e Paraguai, México e Costa Rica pouco mais que 40%, no início do século XXI.

Uma característica subjacente à essa questão é a maior presença da simultaneidade de trabalho e escola entre as mulheres, do que entre os homens. Camarano *et al* (2006), através de dados censitários de 1980 e 2000, encontram que o *status* de estudante predominou entre as mulheres até os 17 anos, tanto em 1980, quanto em 2000. Sendo que em 1980, até os 28 anos, pelo menos 5% das mulheres ainda se encontravam na escola, e em 2000, esse percentual foi encontrado até os 43 anos, o que ocorreu concomitantemente à participação no mercado de trabalho. Essa participação simultânea se iniciou aos 12 anos, nos dois períodos considerados.

Já entre os homens, o *status* predominante dos jovens brasileiros do sexo masculino

⁷No gráfico apresentado pelos autores 16 países eram contemplados: Chile, Argentina, Uruguai, Rep. Dominicana, Panamá, Venezuela, Colômbia, Costa Rica, México, El Salvador, Bolívia, Honduras, Paraguai, Nicarágua, Peru, Equador e Brasil.

era o de participar apenas no mercado de trabalho, em 1980, em sua maioria, eles já haviam deixado a escola e estavam se inserindo no mercado de trabalho. Nesta situação se concentravam 70,5% desses jovens e 20 anos depois, quando tinham de 35 a 49 anos, somavam aproximadamente 90%. Além disso, a participação no mercado de trabalho e a frequência à escola coincidiam para os homens dos 10 aos 29 anos em 1981 e até os 35 anos em 2001 (CAMARANO *et al*, 2006).

Já no trabalho do National Research Council (2005), o Brasil era o único país entre sete países analisados (China, Irã, Quênia, México, África do Sul e Vietnam) que apresentava desde o início da transição para o trabalho, maior proporção de crianças e adolescentes (10 a 14 anos) que trabalham do que aquelas que estudam, em 1999.

Oliveira (2005) ao analisar as idades de ingresso no mercado de trabalho e saída da escola, através dos dados da PPV do IBGE observa que tanto para os homens quanto para as mulheres a transição para o mercado de trabalho é bastante intensa até os 15 anos e acaba por preceder a saída da escola. A idade mediana de saída da escola foi de 15,97 e 16,69 anos para os homens e mulheres, respectivamente, e a de entrada no mercado de trabalho foi de 13,08 e 15,66 anos.

Um dos problemas que se coloca é a precocidade na entrada no mercado de trabalho, que pode influenciar negativamente a vida produtiva destes jovens, já que o tempo disponível para a dedicação aos estudos é reduzido. Esse problema apresenta impactos na vida laboral adulta, como o alcance ocupacional e salarial. No trabalho de Kassouf (2002) é possível observar, mesmo na idade jovem (18 a 25 anos), o efeito negativo do início precoce da vida produtiva nos rendimentos, via seu efeito na escolaridade. Quanto maior a idade de ingresso do indivíduo no trabalho maior será sua escolaridade. Um ano a mais sem trabalhar equivale a um aumento de 0,134 e 0,123 nos anos de escolaridade, para homens e mulheres, respectivamente. “O aumento obtido nos rendimentos dos homens de 5,5% (postergando 3 anos de trabalho) e das mulheres de 4,7% (postergando 2 anos de trabalho) é baixo e necessita futuras investigações”.

Para uma melhor compreensão da transição para a força de trabalho é necessário conhecer quais são os fatores que influenciam o momento decisão de entrar ou não no mercado de trabalho, seja ou não em detrimento dos estudos, destacando-se, neste sentido, tanto características individuais como o sexo, o nível de escolaridade completo, quanto as características do grupo familiar ao qual o jovem pertence, uma vez que elas representam a disponibilidade de diferentes recursos a que o jovem pode recorrer, ou mesmo recursos que influenciaram sua formação, preferências e gostos. Há ainda fatores que extrapolam o

ambiente familiar, o que não significa que não estão articulados: as condições do mercado, e as mudanças demográficas que vêm ocorrendo no país. São estes os assuntos das próximas seções.

2.4. FATORES INFLUENTES DA PRIMEIRA TRANSIÇÃO

Tradicionalmente, a escolaridade é um fator importante para uma transição bem sucedida. Por outro lado, a família é uma categoria sociológica importante para a análise tanto da transmissão de *status* socioeconômico, quanto para a compreensão da reprodução de hierarquias sociais. Os estudos clássicos de estratificação social têm a família como uma importante unidade de análise, interpretada, muitas vezes, como a origem social do indivíduo (ou *background* familiar). Sendo a operacionalização normalmente feita pela análise da ocupação e escolaridade dos pais. Além disso, o tamanho da família, que faz parte tanto da dimensão demográfica, ao se pensar no efeito da taxa de fecundidade, bem como da sociológica, partindo da abordagem de capital social intra-familiar de Coleman(1988), também apresenta importantes efeitos na transição para o trabalho.

Uma dimensão relevante a ser considerada é o lado da oferta de trabalho. Com as transformações pelas quais a população vem passando, não é possível desconsiderar o efeito da coorte, mais especificamente do seu tamanho no mercado de trabalho como um todo, já que um maior ou menor grupo de pessoas representa um efeito de oferta de trabalho. Estes são os assuntos que se seguem.

2.4.1. ESCOLARIDADE COMO FATOR IMPORTANTE DA PRIMEIRA TRANSIÇÃO

Usualmente, têm-se ressaltado a importância da escolaridade para a conquista de melhores posições e melhores salários. Ao revisar e criticar a teoria funcionalista, Collins (1977) clarifica que na perspectiva funcionalista a educação requerida no mercado de trabalho pode ser explicada por: i) mudanças tecnológicas, visto que os empregos que exigem menores habilidades diminuem, e aumentam aqueles que requerem uma maior qualificação ou, ainda, pode-se entender que os mesmos postos de trabalho passam a exigir uma melhor qualificação com a implantação de novas tecnologias e ii) a educação formal proporciona o treinamento necessário para os postos de trabalho altamente qualificados. Desta maneira, as pessoas sentem a necessidade de permanecerem mais tempo na escola,

por um lado, e por outro, o processo de modernização e industrialização intensificariam a importância da escolaridade, isto é, dos atributos adquiridos.

A teoria funcional do mercado de trabalho deve ser compreendida, segundo o autor, como uma aplicação particular da teoria funcional mais geral que tem como premissas básicas: a) as posições ocupacionais requerem tipos de habilidades particulares e b) estas posições devem ser ocupadas por pessoas que têm esta habilidade inata ou que a adquiriram através de um treinamento específico. Neste sentido, a estrutura ocupacional cria a demanda por tipos específicos de performance e a sociedade moderna, inclusive a escola, são meritocráticas.

A Teoria do Capital Humano, por sua vez, postula que os trabalhadores são portadores de um capital passível de investimento, que é a educação. Para essa corrente, a educação e a experiência elevam os rendimentos do trabalho, uma vez que ela representa ganhos de produtividade e, por conseguinte, são fundamentais para o desenvolvimento econômico do país. Na visão de Schultz (1973), as capacidades adquiridas (ou capital humano) devem ser entendidas como fontes de ganhos de produtividade marginal e, conseqüentemente, de maiores rendimentos e probabilidade de se conseguir um trabalho. Para esse autor, além de escolaridade e experiência também são características do capital humano individual o treinamento, a migração, as condições de saúde, dentre outras.

Rosenbaum *et al* (1990) analisam a teoria do capital humano no momento de ingresso no mercado de trabalho. Para a teoria do capital humano, os jovens têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho, devido a sua baixa qualificação; portanto, o problema é visto como inerente ao jovem trabalhador. Os autores destacam alguns problemas deste tipo de interpretação: 1) as conquistas escolares são determinadas parcialmente pelo esforço, o qual é fortemente afetado por incentivos externos, como a estrutura de incentivos da escola; 2) embora os empregadores reclamem sobre a pouca habilidade acadêmica, eles, muitas vezes, não utilizam as notas de testes para a contratação; 3) existem reformas que podem contornar a perversidade dos problemas no momento de entrada no mercado de trabalho, já que não é apenas um problema inerente a mão-de-obra jovem.

Embora a interpretação da educação como capital humano seja uma das mais utilizadas, outras perspectivas merecem ser destacadas, como o arcabouço da reprodução social, onde a educação é compreendida como um mecanismo de transmissão de *status* e em alguma medida de reprodução de desigualdades sociais. E, ainda, como um indicador de qualificação específica, de custo de treinamento e de hábitos de trabalho. Dessa

maneira, a educação seria uma intervenção crucial que liga o *background* social dos indivíduos e sua classe social de destino (CARLSSON, 1958 e BLAU E DUNCAN, 1967).

A teoria do credencialismo interpreta a escolaridade como uma credencial para o mercado de trabalho, isto é, como uma medida indireta de custos de contratação e treinamento. Nesse sentido, a teoria do credencialismo compreende que “a educação acrescenta pouco na produtividade marginal do trabalhador”, para Berg (1970, citado por FERNANDES *et al*, 1999:1037),

“o que houve foi um crescimento na exigência de um número maior de anos de educação para todas as ocupações, devido a um aumento na expansão da educação, mas, na verdade, esse aumento na exigência de maior qualificação formal não reflete as transformações reais na estrutura de cargos e funções das empresas”..

Thurow (1975 citado por FERNANDES *et al*, 1999) reforça as concepções de Berg. Para este autor, a escolaridade serve como uma forma de selecionar os empregados, além de diminuir os custos com treinamentos futuros, entretanto, ela não é uma forma de medir nem produtividade e nem mesmo qualificação, já que esta é adquirida no local de trabalho.

Para Thurow (1975) o mercado de trabalho é um mercado de competição por emprego, onde a escolaridade é um sinalizador de capacidade de treinamento do trabalhador. O salário do indivíduo é definido pelo lugar em que ocupa na fila por empregos (*job queue*), assim, o salário é definido pelas características do trabalho e não das pessoas, como na teoria do capital humano. Dessa maneira, empregados com características similares podem receber salários diferentes, já que as diferenças salariais são fixas por ocupação⁸.

Este autor considera que a escolaridade e outras características do *background* familiar estão associadas à treinabilidade do indivíduo. A educação, por exemplo, é uma medida indireta da capacidade individual de absorção de conhecimento e demonstra disciplina. Sorensen e Kalleberg (1981), de forma semelhante, associam as características de *background*, inclusive a educação, à performance potencial, aos custos para dispensar depois, incluindo os despendidos no treinamento. Sorensen e Kalleberg, embora tenham pontos muitos similares a Thurow, definem sua abordagem como “competitividade por vagas”.

⁸ Expectativa contrária à abordagem neoclássica, onde trabalhadores com o mesmo perfil (já que é isso o determinante do rendimento) devem ter o mesmo rendimento.

Shavit e Müller (1998) ressaltam que a existência de uma fila incentiva os jovens a passarem mais tempo na escola a fim de melhorarem sua posição. Mas, esse procedimento apresenta conseqüências importantes: 1) a oferta em excesso de graduados e 2) a conseqüente desvalorização das credenciais para preencher empregos que antes exigiam menos instrução formal e a deteriorização das oportunidades de emprego dos menos escolarizados.

Dentro dessa linha de pensamento, inclui-se a abordagem de capital cultural, que considera a educação como *status* cultural, sendo a atividade principal das escolas ensinar um *status* cultural específico, permanecendo o ensino técnico em segundo plano. Exige-se escolaridade como forma de selecionar os novos membros para determinada posição da estrutura social.

Neste sentido, Bowles e Gintis (1976) formulam o princípio da correspondência, uma vez que consideram a escola como legitimadora do *status quo*, isto é, preparam as pessoas para ocupar cargos correspondentes aos de seus pais, não possibilitando uma ascensão social daqueles provenientes de baixos estratos da sociedade. Reforçando esta corrente, Bourdieu (1998, 2002, 2003) e Collins (1977) entendem que a escola oferece ao aluno capital cultural⁹ e não cognitivo.

Para Bourdieu (2003), o sistema de ensino é a solução mais dissimulada para o problema de transmissão do poder e dos privilégios, uma vez que ele contribuiu para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando sob as aparências da neutralidade o cumprimento de uma função universal. Neste sentido, a própria definição tradicional do “sistema educacional”, como meio de passar para as gerações mais jovens o legado cultural deixado pelas gerações passadas, é que permite às teorias clássicas dissociarem sua função de reprodução cultural de sua função de reprodução social.

Entretanto, a herança cultural acumulada e transmitida por gerações anteriores somente é apropriada por aqueles que possuem os instrumentos de apropriação. Há, dessa maneira, uma manutenção e reprodução da estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais, uma vez que o que a escola se propõe a fazer apenas é eficiente para aqueles que previamente são dotados de uma educação familiar. Portanto, o sistema de educação, para Bourdieu (2003), é um sistema artificial por apresentar as hierarquias

⁹ O conceito de capital cultural foi formulado por P. Bourdieu (1977, 1984) e indica um conjunto de hábitos e disposições que propiciam a compreensão e apreensão dos bens culturais, ou seja, funcionam como um dispositivo ferramental para a apropriação dos bens culturais, incluindo a cultura da escola.

sociais e sua reprodução como uma hierarquia de “dons”, méritos ou competências, tendo, portanto, uma aparência de legitimidade.

Collins (1979), por seu turno, ao criticar a teoria meritocrática do mercado de trabalho defende que a relação entre escolaridade e desenvolvimento econômico (nível macro) e produtividade individual (nível micro) não é simplesmente linear. Os argumentos centrais desse autor combatem, igualmente, os pressupostos fundamentais da relevância da educação em um contexto de alta tecnologia. Primeiramente, por compreender que há um excesso de educação requerida para determinado tipo de trabalho, isto é, questiona-se se há realmente necessidade de um certo nível educacional para se realizar tal tarefa.

Em segundo lugar, pode-se perguntar se trabalhadores mais escolarizados são realmente mais produtivos. Muitas vezes, trabalhadores mais qualificados são até mesmo menos produtivos e tendem a mudar mais de emprego. Além disso, ele defende a presença da influência da herança familiar, tanto étnica, quanto de classe, nos fatores determinantes das conquistas ocupacionais e, sobretudo, educacionais.

Dessa maneira, a importância e primazia da educação defendidas pela tecnocracia, baseadas na seleção meritocrática, não corresponderiam aos fatos reais, o peso do *background* familiar está presente na própria formação acadêmica dos indivíduos, bem como, em suas oportunidades, “a conquista educacional tem mantido o mesmo grau de correlação com a ocupação do pai, ao longo dos últimos 50 anos” (COLLINS, 1979).

Por fim, o autor discute se habilidades específicas são aprendidas na escola. Baseando-se em outros estudos constata que a educacional profissional nas escolas para posições manuais é irrelevante, visto que a maioria dos trabalhadores adquire suas habilidades no ambiente de trabalho. Além disso, o que se aprende na escola tem muito mais a ver com os padrões convencionais de sociabilidade do que habilidades instrumentais e cognitivas.

Desta maneira, Collins conclui que a educação requerida para se ocupar cargos e se conquistar certas posições no mercado de trabalho são fruto de um processo burocrático e não pela aquisição de habilidades necessárias no sistema educacional. Tem-se, portanto, uma valorização do grau, do diploma, bem como, do desempenho do aluno (boas notas dariam acesso a melhores cargos, o que não significa dizer que os melhores alunos tornam-se trabalhadores mais produtivos), conforme já dito, não pela elevação nos níveis de produtividade, mas como uma exigência de uma credencial. Junto desse argumento pode-se colocar a idéia de que a escola fornece ao aluno um conjunto ideal de comportamento, como a auto-disciplina, importante para a socialização e o aprendizado no trabalho, nesse

sentido o desempenho acadêmico estaria refletindo apenas o retorno a esse comportamento (XAVIER, 2004).

Além da escolaridade propriamente dita, o sistema educacional também influencia o processo de transição para a vida adulta, Shavit e Muller (1998) classificam o sistema educacional em dois tipos: 1) espaço de qualificação e 2) espaço organizacional. O primeiro tem a Alemanha e a França como exemplo e são definidos como sistemas onde a qualificação profissional é usada pelos empregadores para organizar os empregos e para alocar as pessoas neles. No segundo, a educação está menos relacionada com o ambiente de trabalho e o treinamento é fundamentalmente *on-the-job*, um exemplo é os Estados Unidos. A diferença entre o espaço de qualificação e o organizacional está diretamente relacionada ao debate da educação vocacional. Virtualmente todos os sistemas escolares se diferenciam entre educação vocacional e educação acadêmica.

O reflexo disso no mercado de trabalho é que as habilidades gerais são normalmente, transferíveis perfeitamente entre ocupações, enquanto que a transferibilidade das habilidades específicas é limitada. Por outro lado, quando a educação não é tão específica, tende a ter menor resultados sobre os resultados ocupacionais. Desse modo, onde a educação técnica tende a ser mais geral que específica, os trabalhadores requerem treinamento *on-the-job*. Em países, como os Estados Unidos, o Japão e o Brasil a alocação do trabalho segue o modelo “*job queu*” de Thurow (1975), que assume que a maior parte das habilidades necessárias para o trabalho são obtidas no próprio local de trabalho. As qualificações educacionais não são avaliadas pelas habilidades que representa, mas constituem uma informação indireta para os empregadores sobre o trabalhador, como já foi dito. Suas credenciais fornecem ao empregador um indicador de treinabilidade, hábitos de trabalho e disciplina.

2.4.2. RECURSOS FAMILIARES COMO FATORES IMPORTANTES NO INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

A influência da família na transição para a vida adulta ocorre por diferentes maneiras, dentre elas a influência da educação e da ocupação dos pais, como características de origem social, capital econômico e cultural; e o tamanho da família, como potencial de investimento financeiro na educação (qualidade) dos filhos e de tempo dedicado a eles (capital social intra-familiar).

A origem social do indivíduo tem um efeito crucial para a transição para o trabalho e posterior avanço na carreira profissional. Estas variáveis na abordagem tradicional funcionalista são consideradas como formas de discriminação tratadas como categorias residuais (COLLINS, 1977). Para os funcionalistas elas teriam um impacto apenas no *status* social, já que levariam em conta que famílias provenientes de estratos superiores podem auxiliar os filhos a adquirirem um *status* ocupacional mais elevado, por poderem proporcionar-lhes meios para obter uma melhor educação. Dessa maneira, o efeito seria através de uma melhoria na educação e não necessariamente pela influência direta da origem social (HALSEY, 1977).

Já para a teoria do conflito e da reprodução social, a diferenciação observada se inicia pela própria formação familiar, já que o investimento, a orientação e, até mesmo, as atividades propiciadas pelas famílias são diferentes de acordo com o grupo social do qual o indivíduo faz parte. Para Haller e Portes (1973), a influência do estrato de origem não se limita às orientações recebidas pelos pais, alcançando amigos, locais freqüentados e influências de outras pessoas. A própria ocupação do pai vai afetar, de forma indireta, as conquistas ocupacionais e educacionais dos filhos, através das atitudes que possam tomar.

Para Blau e Duncan (1967), a relação entre a origem social e as conquistas no mercado de trabalho manteve-se constante ao longo do século XX, nos Estados Unidos. Para os autores, a origem social do indivíduo influencia diretamente o nível em que ele inicia sua carreira e indiretamente, através da primeira ocupação, sua vida ocupacional subsequente, o que inclusive justificaria a atenção dada à importância do tipo de primeiro emprego conquistado. Deste modo, se o indivíduo inicia sua carreira profissional em uma ocupação que tem a mesma raiz que sua origem social, menor será a probabilidade de no futuro ele mudar de ocupação.

No Brasil, Pastore (1979) encontra os seguintes resultados: a influência do *status* do pai via educação se mantém ao longo do tempo; entretanto, foi bem maior no passado que no presente. Em contrapartida vem crescendo a influência do *status* do pai via *status* inicial (do primeiro emprego). Para ele, isso revela que a discriminação foi muito mais forte nas gerações mais velhas que nas mais novas.¹⁰

O efeito do *background* na alocação do tempo dos jovens foi analisado por Oliveira (2005), que encontrou uma relação negativa entre o fato do jovem trabalhar e a educação

¹⁰ Ressalta-se que o estudo de Pastore não é temporal e a comparação se dá entre regiões que ele considera mais e menos desenvolvidas, como um indicador de passado e presente/futuro. Ademais, suas comparações foram entre coeficientes não-padronizados.

de seus pais e uma relação positiva entre a educação dos filhos e a educação de seus pais. Silva e Kassouf (2002), ao analisarem o efeito do *background* na alocação do tempo dos jovens entre 15 e 24 anos acham um efeito da escolaridade do chefe do domicílio. Quanto maior o nível educacional maior é a probabilidade do filho estudar, indiferente de ele trabalhar ou não. Além disso, a escolaridade do chefe diminui a probabilidade do jovem só trabalhar, só cuidar dos afazeres domésticos ou não ter nenhuma das três atividades.

Da mesma forma, Tomás (2006) encontra um efeito negativo e significativo para as três faixas etárias estudadas, 10 a 14, 15 a 19 e 20 a 24 anos, isto é, quanto maior a escolaridade da mãe do indivíduo maior é chance da criança e do jovem estarem apenas estudando, em relação a estar trabalhando e/ou cuidando dos afazeres domésticos. Leme e Wajnman (2000) encontram um efeito significativo da posição na ocupação do chefe, se ele é conta própria ou empregador, o filho, em 1981 tinha maior probabilidade de estudar sem trabalhar, entre 15 e 19 anos. Mas, em 1996, ser filho deste tipo de ocupados, diminui a probabilidade de não trabalhar e estudar e aumenta a de trabalhar e estudar, o que é mais nítido para as idades mais jovens (10-14).

A desocupação dos pais também apresenta influência na probabilidade do filho se inserir ou não no mercado de trabalho. De acordo com a teoria do trabalhador adicional, quando o chefe da família perde o emprego outros membros da família se sentem motivados a trabalhar, já que há uma diminuição tanto na renda familiar como no salário reserva¹¹ dos outros membros, o que levaria a uma maior oferta de trabalho pelo cônjuge e filho (s). Embora se espere que as decisões sejam intertemporais, ou seja, que a atenção imediata seja dada à renda permanente, o efeito renda pode ser muito importante em um contexto em que as pessoas apresentam crédito reduzido (GONZAGA E REIS, 2005; EHRENBERG E SMITH, 2000).

A maior parte dos estudos foca a entrada da esposa no mercado de trabalho. Oliveira (2005) e Tomás (2006) aplicam essa abordagem para os filhos. O primeiro trabalho analisa o efeito do trabalhador adicional entre crianças e jovens de 10 a 18 anos, que eram o primeiro filho, através dos dados da PME; a autora não encontra efeito significativo da transição do chefe do domicílio para o desemprego e a condição de ocupação do filho. Já no segundo, o chefe do domicílio estar ocupado eleva a possibilidade do filho entre 10 e 24 anos estar se dedicando apenas aos estudos ao invés de também ter

¹¹ Taxa de salário que alguém sem emprego espera obter ao entrar no mercado de trabalho, dado pela probabilidade de se encontrar um emprego e pelo salário daqueles que se encontram empregados. Esse salário é, ao mesmo tempo, o custo de oportunidade do indivíduo permanecer sem trabalhar (Ehrenberg e Smith, 2000).

que ajudar nas tarefas domésticas e/ou trabalhar. Por outro lado, não há relação entre o chefe estar ocupado e diminuir a probabilidade do filho apenas trabalhar em detrimento a apenas estudar, como o esperado. Entretanto, esse resultado deve ser analisado com cautela, como destacado pela autora, já que foi analisado apenas um período, não sendo possível observar momentos de recessão, ciclos econômicos e inserção temporária na força de trabalho.¹²

Embora a educação dos pais apresente uma forte correlação com a sua ocupação, e, por conseguinte, com sua renda, a educação pode ser tratada como uma característica de capital cultural, normalmente operacionalizada a partir do nível de escolaridade dos pais. A importância de se levar em consideração esse recurso familiar no processo de transição para a vida adulta é que a acumulação do capital cultural inicia-se com o processo de socialização primária na família e acompanha o indivíduo ao longo da vida.

O processo de socialização familiar é importante, inclusive, para facilitar a apropriação de linguagens, códigos fora da família, por exemplo, na escola. Como só é possível se apropriar e entender os bens culturais de determinada hierarquia social se as pessoas já possuem os esquemas necessários de apreciação e entendimento, a influência do capital cultural dos pais é muito importante.

O recrutamento para o mercado de trabalho, portanto, ocorre para a ocupação de posições com maior ou menor poder e prestígio social, de acordo com a distribuição destes bens culturais na sociedade, o sucesso no mercado de trabalho depende fundamentalmente da apropriação e do domínio de determinados códigos, sendo este um papel primeiro da família, complementado pela escola.

O trabalho de Hasenbalg (2003) aponta para uma mudança na distribuição do capital cultural nas famílias. Houve um incremento educacional, tanto entre os chefes, quanto entre as mães e as pessoas com 15 anos ou mais na família, durante os períodos de 1981, 1990 e 1999. Entre as mães foi que houve as melhorias mais significativas, resultado consistente com o melhor desempenho educacional das mulheres observado nos últimos 20 anos.

Quanto ao efeito do capital cultural no mercado de trabalho, Fernandes *et al* (1999), Xavier (2003) e Xavier *et al* (2005) analisam seu efeito sobre o salário, contrastando com a

¹² Neste trabalho, pretende-se incorporar o desemprego da mãe, já que se espera que a probabilidade de inserção na força de trabalho seja superior caso a mãe esteja procurando emprego.

teoria do capital humano e do credencialismo. Os resultados são bastante próximos e apontam para a importância do capital cultural no retorno salarial.

Já o trabalho de Tomás *et al* (2005) operacionalizou o capital cultural através de um fator gerado a partir da educação da mãe e da educação do pai a fim de investigar seu efeito na posição ocupacional e nos rendimentos do trabalhador. No primeiro caso, observou-se que o capital cultural foi significativo apenas na categoria empregador e com um coeficiente bastante elevado. O resultado não significativo para os empregados informais corrobora com os achados de Tomás e Neves (2004) em que o *status* do pai, como medida de *background* familiar, não possui efeito na empregabilidade formal.

Já seu efeito sobre os rendimentos, em Tomás *et al* (2006), foi mensurado através de uma regressão quantílica e o resultado foi significativo em todos os quantis da distribuição condicional dos rendimentos, variando do 10º quantil ao 90º em 10,06 pontos percentuais. Isto indica que as pessoas com maiores rendimentos sofrem maior influência do *capital cultural*, o que corrobora com a visão de Bourdieu sobre a influência do capital econômico sobre o capital cultural e vice-versa, ou de uma autonomia relativa entre os capitais.

Além das características ocupacionais e educacionais dos pais terem influência em seu alcance educacional e ocupacional, o potencial de investimento em recursos educacionais para os filhos é considerado um fator importante e, neste sentido, o tamanho da família, ou seja, o número de filhos, como estudado por Lam e Marteleto (2002, 2006). Os filhos, do ponto de vista econômico, recebem dos seus pais uma herança em capital humano, fruto de seus recursos econômicos e da decisão dos pais de quanto investir em função de sua utilidade (BECKER, 1981).

Dessa maneira, um menor número de filhos potencializaria o investimento dos pais, elevando a qualidade dos filhos, como trabalhadores mais produtivos. Essa é uma das questões mais discutidas sobre a diminuição do tamanho da família. Para os teóricos que enfatizam a ação racional, a classe social consiste em um conjunto de condições e constrangimentos advindos do contexto, no qual as decisões acerca de investimento em capital humano são tomadas (WARREN *et al*, 2002).

Além disso, o valor do investimento em capital humano também depende da produtividade desse capital e de seu valor no mercado de trabalho, ou seja, o quanto ele

pode elevar o salário da criança¹³ e pelo altruísmo dos pais, isto é, o quanto eles valorizam a utilidade de seu filho *vis-à-vis* a sua própria função de utilidade (BECKER, 1981).

O trabalho de Verona (2004) testa o *trade-off* entre quantidade e qualidade dos filhos, ao realizar um experimento natural utilizando dados de gêmeos como uma *proxy* para fecundidade exógena, já que se entende que a decisão de quantos filhos ter e o nível de sua escolaridade futura são escolhas simultâneas. Seus resultados apontam primeiramente para a existência deste *trade-off* entre fecundidade (exógena) e desempenho educacional dos filhos no Brasil. Em segundo lugar, é constatado que esta relação negativa perdeu força ou magnitude entre 1984 e 2001 e há efeitos diferentes em situações socioeconômicas distintas.

Por outro lado, não é suficiente compreender a educação apenas como resultado do investimento econômico dos pais, uma vez que as próprias decisões de investimento em educação são também resultantes de aspirações e expectativas dos pais com relação aos filhos (HALLER, *et al*, 1974; WARREN *et al* 2002) e a própria aquisição do capital humano depende fortemente do capital social intra-familiar (COLEMAN, 1988). Capital social intra-domiciliar refere-se ao conjunto de tempo e esforço dos pais despendido na educação dos filhos. Ressalta-se que mesmo o capital social fora da família (ou nas palavras de Coleman, o capital social da comunidade) apresenta resultados positivos na educação dos filhos, ou seja, o pai participar de algum tipo de associação eleva o número de anos de estudos completados pelos filhos (NEVES *et al*, 2006).

Desse modo, a diminuição no número de irmãos tenderia a elevar a qualidade do tempo e dos investimentos dos pais em relação aos seus filhos. O rendimento educacional é sob esse ponto de vista destacado por Silva e Hasenbalg (2002), os quais apontam pesquisas que mostram uma relação inversa entre o número de irmãos presentes nas famílias e o desempenho educacional de crianças e jovens.

2.4.3. COORTE JOVEM E MERCADO DE TRABALHO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

A composição das coortes¹⁴ pode influenciar o mercado de trabalho de diferentes maneiras, seja através de uma maior quantidade de homens e mulheres, por diferenças na

¹³ Essa pode ser uma das explicações do motivo pelo qual os negros têm uma escolaridade menor, já que sua taxa de retorno no mercado de trabalho é inferior a dos brancos, nesse sentido, os pais de crianças negras teriam menores incentivos para investir em seu capital humano (TOMÁS, 2006).

estrutura etária, seja através de características que podem se alterar de coorte para coorte, como o nível educacional¹⁵ e taxa de participação no mercado de trabalho. Essas mudanças podem ser causadas tanto por razões estritamente demográficas, bem como por mudanças culturais, sociais e até mesmo econômicas da sociedade.

Embora as coortes não sejam homogêneas na distribuição das características dos seus indivíduos, tais como sexo, cor, local de nascimento, etc, sua heterogeneidade tende a ser fixa através da vida, o que as diferencia daquelas que a precede ou antecede. Em geral, as diferenças dentro da coorte devem-se à fecundidade, mortalidade e migração, sendo essa última mais forte no curto prazo, mas no longo prazo as alterações nas características são definidas pelo próprio diferencial na reposição (RYDER, 1965).

O tamanho é apenas uma característica da coorte que diferencia uma da outra. As mudanças no tamanho da coorte são normalmente atribuíveis ao número de nascimentos de um ano a outro. As variações bruscas no tamanho da coorte são chamadas de descontinuidades demográficas e são resultantes das variações no comportamento da dinâmica demográfica, ou seja, da fecundidade, mortalidade ou migração, que levam a mudanças no formato da pirâmide etária. Normalmente são em decorrência do número de nascimentos, ou seja, variações nos tamanhos de coortes sucessivas (BERCOVICH e MASSÉ, 2004).

Bercovich e Madeira (1990) descrevem quatro mudanças na estrutura etária brasileira. A primeira é caracterizada pelo aumento constante da base da pirâmide e se refere ao período de 1945-1965. As autoras atribuem esse alargamento à queda da mortalidade no Brasil após a Segunda Guerra. A segunda mudança é identificada pela diminuição no número de nascimentos no período de 1965-1970, o que provoca diferenças importantes entre os nascidos nesse período e o número de nascimentos no quinquênio anterior (1960-1965). Portanto, em 1975, há uma concavidade na pirâmide etária entre os grupos 10-14 e 5-9 anos.

A terceira é identificada pelo alargamento da base da pirâmide durante 1975-1980. Esse fenômeno pode ser entendido pela inércia demográfica provocada pelo alto número de nascimentos durante a década de 1960, o que resulta em uma grande proporção de mulheres em idade reprodutiva em 1980. Nesse caso, o alargamento da base da pirâmide

¹⁴ “Coorte é formada por um conjunto de pessoas que tem em comum um evento que se deu num mesmo período. Assim, temos a coorte de pessoas que nasceram em 1960, coorte de pessoas que ingressaram na 1ª série do primeiro grau em 1970, coorte de mulheres casadas em 1974 etc” (Carvalho *et al*, 1998).

¹⁵ Interessante salientar que as coortes não se diferenciam apenas pela duração da educação, mas também pela qualidade dela. Além disso, “a história de escolaridade dos indivíduos pode imprimir diferentes trajetórias ocupacionais a subgrupos diversos de uma mesma coorte de nascimento” (Oliveira, 2005:23).

etária não se deve ao aumento da fecundidade, mas ao elevado número de absoluto de nascimentos.

Por fim, há um novo estreitamento da pirâmide no período de 1980-1990, em decorrência da continuidade de queda da fecundidade. Notam-se, portanto, duas ondas jovens entre o período de 1945 a 1990. As autoras chamam atenção para o fato das descontinuidades demográficas não ocorrerem da mesma maneira para todos os subgrupos populacionais, sendo típicas de populações urbanas e brancas, além de mais concentradas entre as pessoas com maior poder aquisitivo e *status* ocupacional.

A “onda jovem” caracteriza-se pelo alargamento do grupo de 15-24 anos. No Brasil, houve acréscimo desse grupo na década de 1970, com queda em 1980. Essa década aparece como um interregno entre dois períodos de alargamento de coortes jovens, com um incremento muito pequeno, já que houve um novo impulso entre 1990/1995 com ápice no quinquênio seguinte (1995/2000) (BERCOVICH *et al*, 1998).

As mudanças no tamanho da coorte não são o único efeito das descontinuidades demográficas, uma vez que a distribuição etária e a composição de subgrupos populacionais também se alteram, com conseqüências diversas nas distintas esferas da sociedade. Uma destas conseqüências está relacionada ao mercado de trabalho juvenil.

A oferta de trabalho muda em conseqüência ou como processo demográfico análogo àquele por que passa a população. A oferta de trabalho aumenta com novas contratações e sua diminuição dá-se com as saídas temporárias ou permanentes (aposentadoria). Dessa forma, um baixo crescimento da oferta de trabalho indica uma diminuição da fecundidade e/ou da imigração (SIEGEL, 2002).

Por outro lado, o crescimento da oferta de trabalho também se relaciona com outros fatores, tais como, mudanças na distribuição etária (que podem igualmente decorrer de mudanças na fecundidade e migração) e alterações nas taxas de participação no mercado de trabalho, como é o caso das mudanças que grande parte do aumento da força de trabalho é devido à elevação da participação desse grupo. Um outro exemplo é a queda da participação dos jovens no mercado de trabalho, seja pela própria dificuldade de se conquistar um emprego ou pelo prolongamento do investimento em educação (SIEGEL, 2002).

Um outro fator importante a se considerar é o número e a composição da população, e é nesse sentido que discussão da descontinuidade demográfica torna-se ainda mais relevante, já que se relaciona diretamente com o crescimento populacional e com as

flutuações nos grupos etários. As mudanças são particularmente importantes nas idades de entrada e saída do mercado (SIEGEL, 2002).

De acordo com Lee (1988), as relações entre tamanho da coorte e mercado de trabalho são mais fáceis de serem desembaraçadas empiricamente, já que se as variações no tamanho das coortes de entrada no mercado de trabalho são induzidas pelas condições econômicas na época de seu nascimento e não da época de ingresso na força produtiva. As descontinuidades demográficas são, portanto exógenas no que diz respeito às condições econômicas contemporâneas. Mesmo se a definição da fecundidade não for totalmente de origem econômica, sua causa relaciona-se às condições do nascimento e não com o contexto atual.

A hipótese de Easterlin (1980) é que grandes coortes auferem baixos salários, levando-as a diminuírem sua fecundidade, o que produziria uma coorte menor do que o tamanho normal, a qual, por sua vez, teria bons retornos e tem, de forma pouco usual, uma alta fecundidade, o que levaria a um ciclo repetitivo ao longo de 40 ou 50 anos. Dessa maneira, uma das conseqüências da própria descontinuidade seria a criação de um ciclo de elevação e queda da fecundidade.

Muitos esforços têm sido feito para analisar o efeito do tamanho da coorte no mercado de trabalho, motivados especialmente pelo fenômeno do *baby-boom*. A entrada de grandes coortes no mercado de trabalho afeta tanto os salários relativos quanto o desemprego. Ben-Porath (1988), estudando o caso de Israel, chama a atenção para a importância do papel do governo para atenuar os impactos econômicos das flutuações demográficas. Em Israel, as coortes grandes, que aparentemente sofreriam baixos salários e alto desemprego, foram absorvidas pelo serviço militar e pelo sistema educacional. Nos Estados Unidos, como ressalta Lee (1988)¹⁶, houve um fenômeno similar, já que o impacto do *baby boom* no mercado de trabalho foi adiado e atenuado pelo crescimento do Exército e o aumento do Ensino Médio. No Japão, Martin e Ogawa (1988) também encontram efeitos negativos do tamanho da coorte nos salários, embora sejam baixos.

Bercovich *et al* (1998), estudaram os impactos da “onda jovem” no mercado de trabalho de São Paulo. No caso masculino, a População Economicamente Ativa (PEA) apresentou tendência de incrementos declinantes ao longo dos últimos 25 anos. Durante a década de 1970 o incremento da PEA era próximo ao da população total, já nos anos

¹⁶ Introdução de LEE, R., ARTHUR, W.B.; RODGERS, G.(eds). **Economics of Changing Age Distribution in Developed Countries**. Oxford: Clarendon Press, 1988.

oitenta e noventa houve um deslocamento crescente entre essas duas dimensões, tanto pelo aumento do desemprego quanto pela inatividade.

No caso da PEA feminina, a tendência do incremento é ascendente ao longo destes 25 anos. Nos anos 1970, a curva de incremento da PEA apresenta o mesmo formato da curva de incremento populacional, nas décadas seguintes há um importante distanciamento, principalmente para os jovens com menos de 20 anos. Esse distanciamento explica em grande medida o desemprego.

Na década de 1980, o desemprego feminino concentrou-se nas idades de 25 a 35 anos, enquanto no início da década seguinte estendeu-se para 10 a 45 anos, intensificado-se entre as menores de 25 anos. Ressalta-se que o grupo etário mais sujeito à onda jovem, no ano de 1995, foi o de 15 a 19 anos. Por fim, as autoras destacam a crescente pressão da mulher sobre o mercado de trabalho, embora o impacto da onda jovem não tenha atingido o aumento considerável da oferta de trabalho feminino, muito diferente da masculino.

Muniz (2003) analisou o efeito da descontinuidade no mercado de trabalho juvenil nas regiões metropolitanas do Brasil e encontrou que o mercado de trabalho nessas localidades apresenta características e comportamentos peculiares. Em algumas regiões, a relação entre o aumento populacional e o desemprego é mais clara para o grupo de homens de 15-19 anos do que em outras. Em São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo, o aumento populacional parece exercer dois efeitos: um sobre a ampliação do número de desempregados e outro sobre a elevação da parcela de inativos.

Entre os homens, a relação negativa entre ocupados e aumentos populacionais só se observa no grupo etário de 15-19 anos, já que no grupo de 20-24 anos, a relação entre a PEA e a população parece ser positiva, contrariando o esperado. Entre as mulheres a relação foi igualmente positiva, entretanto, não significativa.

A participação juvenil na PEA vem caindo e tende a continuar caindo. As razões não se resumem à queda da fecundidade, mas também à elevação da escolaridade, aos efeitos de programas de transferência de renda, ou até mesmo, pela dificuldade por que passam os jovens na conquista de um emprego, em especial, o primeiro. Rios-Neto e Golgher (2003), ao projetarem as taxas de participação para a população, encontram que as taxas de participação dos jovens apresentam um crescimento menor do que as taxas para pessoas partir de 50 anos.

Por fim, vale destacar algumas especificidades do mercado de trabalho juvenil. Não se pode considerar a posição de desocupados da mesma maneira que a compreendemos para a população adulta, principalmente porque grande parte desse desemprego nas idades

mais jovens está relacionado ao momento de entrada na força de trabalho. Alguns autores, como Pochman (2000) e Bercovich *et al* (1998), ressaltam que o desemprego juvenil é majoritariamente um problema estrutural, ou seja, é resultado da desqualificação e do despreparo para enfrentar as novas formas de organização da produção, questões exatamente relacionadas ao início da vida reprodutiva. Por outro lado, o crescimento da inatividade não pode ser visto como algo necessariamente negativo em decorrência do desemprego, uma vez que muitos jovens podem estar prolongando o tempo que passam na escola. Além disso, a ocupação juvenil é, na maioria dos casos, precária, já que a inserção ocorre com frequência em ocupações informais.

Avançando na discussão das mudanças demográficas, outros autores, como Wong e Carvalho (2001) e Birdsall e Sinding (2001), introduzem novos elementos e novas abordagens à essa discussão, uma vez que os grupos etários mais jovens (em especial a de 15-24 anos) apresentam uma atual tendência de decréscimo em suas taxas de crescimento. Por outro lado, a população a partir dos 65 anos tem uma direção contrária, ou seja, um movimento de crescimento tanto relativo quanto absoluto. Como o momento é ainda de crescimento da população em idade ativa entre 25-64 anos (aquela com as maiores taxas de participação no mercado de trabalho) esse período da transição da estrutura etária é tratado como uma janela de oportunidades.

As atuais mudanças na estrutura etária populacional trazem consigo uma série de oportunidades e desafios para o conjunto da população e, em especial, para os formuladores de políticas públicas. Essa perspectiva é um outro lado da transição demográfica, já que a abordagem da descontinuidade demográfica ressalta as dificuldades das coortes maiores e apresenta uma visão de ciclo populacional, e a abordagem da janela de oportunidade ou bônus demográfico compreende esse momento como um período transitório da transição demográfica.

As conseqüências das mudanças demográficas não são apenas na variação do tamanho da população, mas há taxas de crescimento diferentes por grupo etário, já que enquanto há um grupo com tendência de crescimento tanto em termos relativos quanto absolutos (a partir dos 65 anos) há aquele com previsões de decréscimos (15-24 anos). Essas diferenças alteram tanto a composição dos grupos na escola, no mercado de trabalho, na inatividade e quanto à própria razão de dependência entre eles.

Tomando a população de 15 a 24 anos como uma *proxy* do grupo que entra no mercado de trabalho pela primeira vez, a razão entre esse grupo de a que já está no mercado de trabalho (25-64 anos) é um bom indicador de pressão na economia para

necessidade de geração de novos empregos. Além disso, por ser uma coorte menor os investimentos em qualificação podem ter sido de melhor qualidade. Essa combinação representa um bônus se a força de trabalho jovem estiver bem qualificada e com possibilidade de estar ocupada produtivamente. Por outro lado, quando a população em idade ativa é relativamente jovem, o desemprego tende a se elevar, foi o que aconteceu recentemente no Brasil, o tamanho do grupo mais jovem cresceu em números absolutos rapidamente, pressionando a economia para a criação de novos empregos. (WONG e CARVALHO, 2001).

A população entre 25-64 anos, por sua vez, está crescendo, é ela que está em quase sua totalidade inserida em atividades produtivas e com potencialidade de poupar riquezas. Isso significa uma boa oportunidade para se fortalecer a mão de obra e se elevar o nível de poupança do país. Além disso, atualmente esse grupo é ainda maior que o das pessoas com 60 anos ou mais, o que favorece o sistema de seguridade social. O desafio será no futuro já que as pessoas mais idosas apresentam tendência a crescimento; a dificuldade será tanto maior quanto menor for o preparo das gerações mais jovens para o mercado de trabalho. (WONG e CARVALHO, 2001).

O período da janela de oportunidades pode ser caracterizado, portanto, por: 1) mais trabalhadores produzindo a maior parte do produto total, se eles estiverem empregados produtivamente; 2) aumento da acumulação de riqueza, se ocorreu poupança e elas foram investidas produtivamente; e 3) uma grande oferta de capital humano se os investimentos tiverem sido feitos apropriadamente na sua formação (BIRDSALL e SINDING, 2001). Assim, o bônus somente pode ser explorado se a sociedade estiver em condições de aproveitá-lo, ou seja, ele é uma condição suficiente para se alcançar um balanço social, econômico e intergeracional, portanto, a redução da população como consequência da queda de fecundidade não é uma solução automática para os problemas sociais (WONG e CARVALHO, 2001).

Muitos autores entendem que a visão de dividendo demográfico aponta para um retorno às políticas controlistas, baseadas nas idéias neo-malthusianas. Por outro lado, há aqueles que entendem que o processo de queda da fecundidade abre espaço para novas oportunidades, devido às mudanças na estrutura etária da população, mas como dito anteriormente, é um momento temporário da transição demográfica, que pode ou não ser aproveitado pela sociedade. Isto depende de diferentes fatores, como as características políticas, sociais e econômicas dos países, não sendo determinada pelas condições demográficas.

Articulando as duas perspectivas (a de janela de oportunidades e a de descontinuidade demográfica) pode-se dizer que o fato de uma coorte jovem ser maior que as suas vizinhas tenderia a prejudicar seus rendimentos, elevar seu desemprego e pressionar também o sistema educacional. Por outro lado, as coortes menores (que são as mais jovens) representariam um bônus demográfico, podendo ser mais qualificadas e terem maiores oportunidades de se inserirem na vida produtiva. Além disso, as coortes maiores ainda não são aquelas do topo da pirâmide etária, favorecendo a razão de dependência. Na perspectiva do mercado de trabalho, essas coortes maiores estão ainda em idade ativa, o que proporciona uma baixa dependência econômica entre as gerações. Portanto, as duas abordagens não são concorrentes, mas complementares.

Como o bônus é transitório, na medida em que as coortes maiores serão aquelas que futuramente apresentarão uma grande dependência econômica (grupos etários mais avançados), enquanto que a população economicamente ativa será de coortes mais jovens. Dessa forma, é necessário incorporar essa discussão na formulação das políticas públicas. Nesse sentido,

“a agenda sobre o dividendo demográfico consiste na identificação de pontos de estrangulamento e oportunidades geradas pela dinâmica presente e futura da estrutura etária, podendo ser analisado na perspectiva macro ou micro” (RIOS-NETO, 2005).

Além disso, a discussão do tamanho da coorte é de fundamental importância para se compreender como um contingente demográfico pode afetar diferentes dimensões da população, como saúde, trabalho, condições de vida, formação de família, dentre outros. No caso deste trabalho, deseja-se discutir o tamanho da coorte no momento de ingresso no mercado de trabalho, deste modo, deseja-se saber se um aumento ou uma queda da oferta de trabalho dos jovens eleva ou não um ingresso via desemprego, e por outro lado influencia a inatividade.

2.5. COMENTÁRIOS FINAIS

Ao final desse capítulo, observa-se que o processo de transição para o mercado de trabalho está permeado por diferentes fatores, motivações e características desse grupo, seus recursos familiares e as mudanças demográficas. Além disso, o estudo do ingresso dos jovens no mercado de trabalho não é de interesse apenas dos estudiosos da transição para a vida adulta; ela guarda relações com as abordagens da alocação do tempo de crianças e

jovens, e com a abordagem da autonomização do *status*, ao se tratar da relação do indivíduo com a estrutura social (SILVA, 2003). Dessa maneira, reconhece-se que esse processo é complexo, multi-causal e com uma grande interface em outras áreas do conhecimento, não sendo, portanto, nem objetivo e nem possível esgotá-lo neste trabalho. Busca-se com essa dissertação apenas compreender melhor alguns pontos levantados na revisão bibliográfica:

- Ao longo do tempo os jovens estão entrando mais tarde no mercado de trabalho?
- Houve mudanças significativas no padrão de inserção no mercado de trabalho?
- Há diferenças importantes entre os homens e mulheres? E entre os jovens que frequentam ou não escola?
- Quais são os fatores que influenciam a escolha do jovem em deixar a inatividade? Essa relação tem-se alterado ao longo do tempo?

Os próximos capítulos pretendem responder a essas questões, começando a explorar as estratégias escolhidas para a análise desse objeto de estudo, que é apresentada a seguir.

3. FONTE DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Este capítulo tem por objetivo introduzir as estratégias metodológicas utilizadas, como a fonte de dados e uma breve introdução das técnicas empregadas nos próximos capítulos. Da mesma forma, é importante levantar a natureza da análise e suas limitações. Desse modo, a primeira seção trata da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a segunda comenta a modelagem adotada, em seguida, tem-se o plano de construção do banco de dados e, por fim, discute-se a seletividade dos dados ao se analisar apenas os jovens filhos no domicílio/família.

3.1. FONTE DE DADOS

Este trabalho utilizou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE como sua principal fonte de dados. A PME é uma pesquisa mensal com o objetivo de produzir indicadores mensais sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e suas tendências a médio e a longo prazo. Sua cobertura compreende a área urbana de seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Neste trabalho, as análises foram realizadas levando-se em conta as seis regiões metropolitanas conjuntamente.

A pesquisa tem uma estrutura de painéis rotativos, em que uma parte da amostra de domicílios é substituída a cada mês. A substituição compreende dois estágios: i) seleciona-se uma primeira amostra, subdividida em 4 grupos (A_1, A_2, A_3, A_4), um a cada semana. Para proceder a uma gradual substituição dos domicílios que compõem a amostra, é selecionada uma 2ª amostra (Painel B), de tamanho idêntico à anterior, sem que haja nenhuma coincidência de domicílios e que também é subdividida em 4 grupos (B_1, B_2, B_3, B_4). Este processo é repetido de tal forma a se obter amostras distintas a partir do 3º ano (D_1, D_2, D_3, D_4) e assim por diante. Assim, cada grupo é investigado 4 vezes no período de 1 ano. Durante 4 meses é pesquisado, nos 8 meses subsequentes é retirado da amostra; e depois retorna à amostra, pela última vez, nos 4 meses seguintes. Em consequência dessa rotação, ao final de 1 ano, isto é, no 13º mês, a amostra é composta pelos domicílios investigados no 1º mês. Portanto, cada domicílio na amostra é entrevistado 4 pares de vezes, com as entrevistas em cada par distanciando-se exatamente um ano uma da outra. O quadro 1 apresenta o esquema de rotação da amostra.

QUADRO 1: ESQUEMA UTILIZADO NA ROTAÇÃO DA AMOSTRA

| Ano | Mês | Painel A | Painel B | Painel C | Painel A | Painel B | Painel C | Painel D |
|-----|-----|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Semana | Semana | Semana | Semana | Semana | Semana | Semana |
| | | 1ª 2ª 3ª 4ª | 1ª 2ª 3ª 4ª | 1ª 2ª 3ª 4ª | 1ª 2ª 3ª 4ª | 1ª 2ª 3ª 4ª | 1ª 2ª 3ª 4ª | 1ª 2ª 3ª 4ª |
| 1º | 1º | A ₁ A ₂ A ₃ A ₄ | | | | | | |
| 1º | 2º | A ₁ A ₂ A ₃ A ₄ | | | | | | |
| 1º | 3º | A ₂ A ₃ A ₄ | B ₁ | | | | | |
| 1º | 4º | A ₃ A ₄ | B ₁ B ₂ | | | | | |
| 1º | 5º | A ₄ | B ₁ B ₂ B ₃ | | | | | |
| 1º | 6º | | B ₁ B ₂ B ₃ B ₄ | | | | | |
| 1º | 7º | | B ₂ B ₃ B ₄ | C ₁ | | | | |
| 1º | 8º | | B ₃ B ₄ | C ₁ C ₂ | | | | |
| 1º | 9º | | B ₄ | C ₁ C ₂ C ₃ | | | | |
| 1º | 10º | | | C ₁ C ₂ C ₃ C ₄ | | | | |
| 1º | 11º | | | C ₂ C ₃ C ₄ | A ₁ | | | |
| 1º | 12º | | | C ₃ C ₄ | A ₁ A ₂ | | | |
| 2º | 1º | | | C ₄ | A ₁ A ₂ A ₃ | | | |
| 2º | 2º | | | | A ₁ A ₂ A ₃ A ₄ | | | |
| 2º | 3º | | | | A ₂ A ₃ A ₄ | B ₁ | | |
| 2º | 4º | | | | A ₃ A ₄ | B ₁ B ₂ | | |
| 2º | 5º | | | | A ₄ | B ₁ B ₂ B ₃ | | |
| 2º | 6º | | | | | B ₁ B ₂ B ₃ B ₄ | | |
| 2º | 7º | | | | | B ₂ B ₃ B ₄ | C ₁ | |
| 2º | 8º | | | | | B ₃ B ₄ | C ₁ C ₂ | |
| 2º | 9º | | | | | B ₄ | C ₁ C ₂ C ₃ | |
| 2º | 10º | | | | | | C ₁ C ₂ C ₃ C ₄ | |
| 2º | 11º | | | | | | C ₂ C ₃ C ₄ | D ₁ |
| 2º | 12º | | | | | | C ₃ C ₄ | D ₁ D ₂ |
| 3º | 1º | | | | | | C ₄ | D ₁ D ₂ D ₃ |
| 3º | 2º | | | | | | | D ₁ D ₂ D ₃ D ₄ |

Fonte: IBGE, 1983.

A forma de coleta dos dados permite a aplicação de técnicas de análise de dados longitudinais, bem como a observação de situações em que há a necessidade de se acompanhar o indivíduo, como a passagem da condição de inatividade para a de atividade, objeto desse trabalho. Outras aplicações, como a duração do desemprego, a transição da condição de desocupado para a de ocupado também são possibilidades de análises.

3.2. MODELOS DE ANÁLISE E TIPOS DE DADOS

Na primeira parte da análise descritiva (capítulo 4) será utilizado o método *singulate mean age* para o cálculo da idade média em que os jovens têm sua primeira ocupação. Na segunda parte da análise descritiva dos dados (capítulo 5) a estratégia será estimar as taxas específicas de transição para os jovens por sexo e idade e por frequência ou não à escola e idade, e, em um segundo momento, serão construídas tabelas de sobrevivência até 24 anos¹⁷.

¹⁷ Essas técnicas de análise serão exploradas nos capítulos correspondentes.

Tanto o método *singulate mean age* quanto a análise por tabelas de sobrevivência são modelos de análise de sobrevivência e métodos não paramétricos. Os métodos de análise de sobrevivência compreendem tanto a análise de duração quanto a análise de transições. A primeira considera o tempo da passagem de um estado¹⁸ para outro, como por exemplo, o tempo que as pessoas desempregadas levam para conseguir um novo emprego. A segunda corresponde aos modelos em que se observa um indivíduo em um estado e em outro momento se ele permanece neste estado ou se mudou para outro (CAMERON e TRIVEDI, 2005). Neste trabalho são observados os jovens que nunca trabalharam em determinado período; no ano seguinte verifica-se se entraram ou não no mercado de trabalho.

Estes modelos podem ser usados para se estudar a relação entre variáveis explicativas e o tempo ou duração entre um evento e um outro subsequente. Em várias áreas de interesse uma das variáveis mais analisadas é a idade em que um determinado evento ocorre, ou o tempo que se leva para realizá-lo. Para se alcançar tal objetivo diferentes métodos podem ser empregados, como o modelo de riscos proporcionais (*proportional hazards - PH*) e de vida acelerada (*accelerated live - AL*) podendo ser paramétricos ou não paramétricos (TRUSSEL *et al*, 1992).

Os métodos não paramétricos são aqueles em que não há a estimação de parâmetros, sendo muito utilizados para uma análise descritiva dos dados, como as tabelas de sobrevivência. A vantagem de se utilizar os métodos não paramétricos é a ausência de restrições sobre o modelo, como no caso da regressão, e eles não requerem a escolha de uma distribuição específica de probabilidade. Por outro lado, há desvantagens, já que como eles não fornecem estimativas de coeficientes, não há como quantificar o efeito de uma covariável sobre o tempo de sobrevivência ou sobre a transição. Além disso, não há como controlar o efeito de uma covariável pela outra e as conclusões podem ser incompletas ou mesmo equivocadas. Entretanto, o método pode ser útil para filtrar um grande número de covariáveis antes de proceder à estimação de modelos de regressão.

Os modelos paramétricos, por outro lado, permitem introduzir o efeito de um grande número de características sobre a duração da permanência em um dado estado, sendo possível testar hipóteses sobre a forma da função de risco. Dessa maneira, como nos modelos regressão eles têm como objetivo obter alguma medida do efeito que descreva a relação entre a resposta e um conjunto de variáveis. Há ainda, os modelos semi-

¹⁸ “Em econometria, um estado é uma classificação de uma entidade individual em um ponto no tempo (...)” (CAMERON e TRIVEDI, 2005).

paramétricos, como o modelo de Cox, que combinam características dos dois anteriores, como a não necessidade de se definir uma distribuição de probabilidade, com a possibilidade de se utilizar diversas covariáveis.

Um problema que esse tipo de análise enfrenta é a censura, ou seja, a ausência de dados sobre a ocorrência ou não do evento até o momento final da pesquisa. Três são os tipos de censura: a censura à direita, a censura à esquerda ou a existência de intervalos censurados. A primeira, também conhecida como censura acima, ocorre ao se observar a duração de um determinado evento entre o tempo 0 até um determinado período de tempo, ou seja, censura-se o tempo de observação, isto é, há uma interrupção do tempo de acompanhamento dos indivíduos. Alguns eventos terão terminado dentro deste intervalo de tempo, mas outros estarão incompletos, mas sabemos que em algum momento se findarão no intervalo $(c, 0)$ (CAMERON e TRIVEDI, 2005). Outros motivos podem levar à censura à direita: i) quando a pessoa é perdida para o acompanhamento durante o período de estudo e ii) a pessoa sai do estudo devido à morte ou outra razão.

Por sua vez, a censura à esquerda ou censura abaixo ocorre quando a duração do evento é conhecida até o final do intervalo $(0,c)$, mas se desconhece o momento exato de sua ocorrência. Já o intervalo censurado ocorre quando o período de duração é observado, apenas em intervalos como $[t^*_1; t^*_2)$. Uma das vantagens de se modelar a transição e não a duração é exatamente a ausência de censura, uma vez que não há limitação do período analisado, pois o indivíduo que não experimentou o evento é um dado importante de não transição (CAMERON e TRIVEDI, 2005). Por outro lado, pode haver perda de indivíduos entre um período e outro.

Os tipos de dados utilizados para esse tipo de análise são:

- **Dados Retrospectivos:** os indivíduos são entrevistados apenas uma vez e são perguntados sobre todos os eventos e suas datas de ocorrência. Os dados referem-se, portanto: 1) a um evento que ocorreu em uma certa idade ou 2) que ainda não aconteceu, dado que a idade de ocorrência é maior que o período do *survey*, ou seja, ocorre censura à direita. As principais características desse tipo de dado é que são fáceis de serem coletados, podem apresentar erros de declaração, principalmente entre as pessoas mais pobres ou pelo tempo em que o evento ocorreu. Mas, a principal desvantagem é que a pessoa precisa sobreviver até o momento da pesquisa, para não ser censurada, mas, como os casos censurados são independentes das datas de ocorrência de vários eventos, não há problemas graves em utilizá-los. Por outro lado, outros vieses podem ser incorporados, por exemplo, um indivíduo pode ter migrado ou

morrido pouco antes da entrevista e, neste caso, a migração ou a morte pode estar fortemente relacionado ao evento de interesse (COURGEAU e LELIÈVRE, 1992; TRUSSEL *et al*, 1992).

- Dados Longitudinais Prospectivos: os indivíduos são seguidos durante um período de tempo determinado, ou a partir de entrarem na população em risco do evento analisado, como, por exemplo, ao se completar 65 anos se o tema pesquisado for a aposentadoria. Normalmente, através desse método de coleta de dados tem-se uma melhor qualidade, mas há um alto custo financeiro e administrativo. Uma atenção com a definição do intervalo entre uma entrevista e outra deve ser tomada, já que intervalos longos podem afetar a perda de confiança da informação. Ademais, deve-se ter cuidado com as perdas de indivíduos ao longo do tempo, é possível que a censura pelo tempo não seja aleatória e atinja pessoas com um comportamento muito distinto da maioria (COURGEAU e LELIÈVRE, 1992; TRUSSEL *et al*, 1992).
- Dados Correntes: aos respondentes é perguntada sua idade atual e se o evento estudado ocorreu, uma resposta afirmativa (idade do evento menor que a idade corrente) produz dados censurados à esquerda e se for negativa (idade do evento maior que a idade corrente) dados censurados à direita. Portanto, este método de coleta de dados apenas produz dados censurados e não a idade que o evento ocorreu. As principais vantagens de dados correntes são que eles estão disponíveis em diferentes fontes de dados e há menos erro de declaração que nos dados longitudinais. Por outro lado, há perda de informação, já que não se tem a idade exata do evento. Ademais, esse tipo de dado é igualmente problemático quando o evento é recorrente, como a abstinência pós-parto, por que é afetado por viés de duração, isto é, a amostra pode estar enviesada, dado que a probabilidade de seleção do indivíduo depende da duração dos intervalos intergênesicos (TRUSSEL *et al*, 1992).

Ressalta-se, por fim, que uma das maiores dificuldades na análise de eventos históricos é a presença de censura, como já tratada. Tanto no método prospectivo, quanto no retrospectivo, os dados biográficos caracteristicamente envolvem censura no final do período de observação, a menos que os dados prospectivos se prolonguem até a morte dos respondentes. Em um *survey* puramente prospectivo pode haver tanto censura à direita quanto à esquerda, no retrospectivo, a data da entrevista é também a data na qual o registro termina (COURGEAU e LELIÈVRE, 1992).

Cada tipo de dado requer uma metodologia específica para seu tratamento. Neste trabalho, os esforços são concentrados nos dados correntes, no quarto capítulo, para a

estimação da idade média da primeira ocupação e de painel ou longitudinais¹⁹ para a análise da transição para o mercado de trabalho, no quinto capítulo.

Já o capítulo seis trata da análise inferencial e o modelo adotado foi o logit multinomial. O modelo tem como variável dependente ter realizado ou não a transição para o trabalho, onde 1= realizou a transição para a situação de ocupado; 2 = realizou a transição para a situação de desocupado e 3= não realizou a transição. Dessa maneira, neste capítulo há uma combinação de dados longitudinais e correntes, já que as variáveis dependentes são resultantes da análise de dois períodos e as variáveis independentes são *cross-section*, referentes ao momento t_0 .

Ao longo da dissertação buscou-se analisar prioritariamente os resultados por sexo e, em alguns casos, por frequência à escola, já que se compreende que a transição para o mercado de trabalho é diferente entre esses dois grupos.

3.3. CONSTRUÇÃO DO BANCO DE DADOS

O banco de dados para o cálculo da idade média, a partir do método *singulate mean age*, foi formado por todos os indivíduos do ano correspondente (1983,1992 e 2001) entre 10 e 64 anos, intervalo considerado da população em idade ativa, já que a variável de interesse eram os quesitos: V318 (Já trabalhou antes sem remuneração?) e o V319 (Já trabalhou antes com remuneração?) Ressalta-se, entretanto, que essas não são as variáveis finais.

Para a construção da variável final, isto é, aquela que aponta quem realmente nunca trabalhou, em contraposição a quem já trabalhou, é necessário também levar em consideração os quesitos: V301 (Que fez na semana de referência?), V313 (Tomou providência no período?, ou seja, procurou trabalho no período de referência?) E V314 (Tomou providência antes?, ou seja, procurou trabalho antes do período de referência). Foram consideradas pessoas que nunca trabalharam e nem procuraram emprego (isto, é, aquelas que permanecem na inatividade) os indivíduos que responderam “não” aos quesitos V318 e V319, não tinham procurado emprego no período, ou antes do período e não eram aposentados.

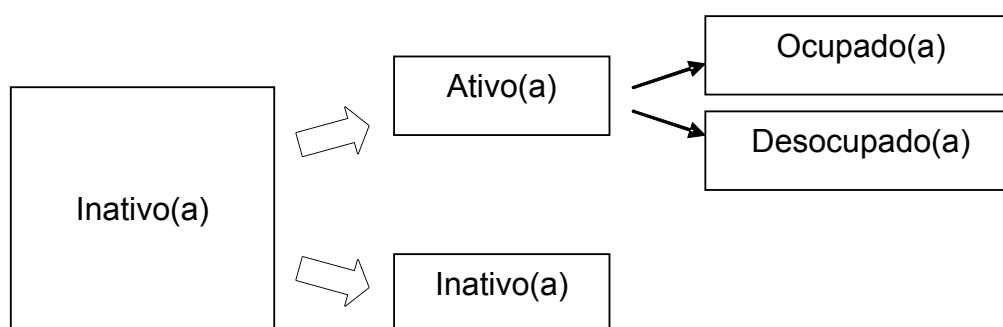
Todo o restante da análise dos dados (capítulos 5 e 6) tem como ponto de partida a transição de jovens da inatividade para a vida produtiva. Os painéis foram construídos a

¹⁹ Como tratado no item 3.1. os dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) podem ser tratados como de um painel.

partir dos dados da PME de dois períodos consecutivos, o que permite a estimação das taxas de transições e, por conseguinte, a estimação de probabilidades a serem utilizadas nas tabelas de vida. Para este trabalho, foram utilizadas informações dos mesmos indivíduos de um ano para outro, dos seguintes meses: março, julho e novembro²⁰. Para a identificação dos indivíduos foram utilizadas, além das variáveis de identificação do domicílio, as seguintes características: sexo, dia, mês e ano do nascimento.

A transição foi observada a partir a variável de quem nunca tinha trabalhado (descrita anteriormente), em contraposição ao que estava realizando no ano seguinte. Dessa maneira, têm-se os jovens que realizaram a transição (1) e aqueles que não realizaram (0). Em um segundo momento, foram separados aqueles que transitaram para a situação de desocupados e aqueles que passaram a ser ocupados.

FIGURA 1 – POSSIBILIDADES DE TRANSIÇÃO



Elaboração da autora.

As transições analisadas foram entre 1982/1983, 1991/1992 e 2000/2001. O banco final para a construção das tabelas de sobrevivência e para a estimação dos modelos multinomiais é, portanto, formado por jovens entre 15 e 24 anos de idade, na condição de filho na família²¹ e que no ano anterior (1982, 1991 e 2000) nunca tinham trabalhado, dessa forma, as características do primeiro emprego correspondem à ocupação corrente do ano seguinte (1983, 1992 e 2001).

²⁰ Como a pesquisa acompanha o mesmo indivíduo durante quatro meses, é necessário escolher três meses durante o período de um ano para não haver repetição de indivíduos e, conseqüentemente, as transições serem independentes.

²¹ Destaca-se que se levou em consideração apenas a família 1 no domicílio, o que não prejudica a análise por ela representar mais de 90% da amostra. Desse modo, o uso dos termos domicílio e família tem o mesmo significado.

3.4. O PROBLEMA DA SELETIVIDADE: A SAÍDA DO DOMICÍLIO

Muitas vezes, não há dados sobre todos os indivíduos da amostra pesquisada e uma parte da população é excluída da amostra selecionada. Quando isso ocorre a amostra selecionada torna-se não representativa de toda a população, não podendo os resultados serem generalizados, sendo criado, assim, um viés de seletividade. O viés de seletividade decorre, portanto, de uma diferença sistemática entre a amostra selecionada e o total da população. A causa pode ser tanto a seleção do pesquisador, quanto uma motivação diferente dos respondentes para não responderem determinadas questões ou ainda porque a característica estudada só é encontrada em um conjunto específico da população, como por exemplo, o salário que está presente apenas entre as pessoas que trabalham (GUJARATI, 2000; CAMERON e TRIVEDI, 2005)

Dessa maneira, ao se analisar a transição para a vida adulta e, nesse trabalho, especificamente, para a vida produtiva, através de dados *cross-section*, e não retrospectivos, é configurado um viés de seletividade, dado que são selecionados apenas os indivíduos que se declaram filhos na unidade familiar, em uma determinada faixa etária. O problema se intensifica já que a análise pressupõe um ciclo de vida, tanto pela abordagem teórica quanto através dos métodos utilizados. Dessa forma, se captarmos pessoas de coortes muito diferentes e tratá-las como de uma mesma coorte, os resultados podem ser enviesados. Caso houvesse dados longitudinais poder-se ia analisar o conjunto total da população e esse problema seria evitado.

Os dados selecionados apresentam igualmente outro tipo de viés de seleção, os jovens filhos são aqueles que realizam a transição mais tardiamente, ademais são jovens que têm uma família mais estruturada e provavelmente maior nível de escolaridade. Mas, porque se justifica analisar apenas os filhos? Porque, em sua maioria, são aqueles que realizam a primeira transição para o mercado de trabalho, principalmente tendo em vista que essa é uma das características para a transição para a vida adulta. Outra justificativa é que em geral, a entrada no mercado de trabalho, se dá antes da saída do domicílio, segundo Camarano *et al* (2006), a formação de um novo domicílio ocorreu em 1980 e em 2000, cerca de dez anos após a inserção na atividade produtiva.

Além disso, para se analisar o conjunto de fatores influentes no momento de ingresso no mercado de trabalho é importante considerar as características da família, levando-se em consideração as informações sobre os pais, o que é possível fazer apenas

para os filhos, já que nas bases de dados disponíveis não há informações dos pais durante a adolescência e juventude²².

As tabelas 1 a 3 apresentam o percentual de jovens por idade simples por sua condição no domicílio. Observa-se que, em 1983, o percentual de filhos aos 23 anos já era inferior a 50%, diferentemente de 2001 que apenas aos 25 anos alcançou-se esse percentual. Houve ao longo do tempo um prolongamento no tempo de saída da casa dos pais, o que é igualmente corroborado pela menor concentração de jovens na condição de pessoa de referência, por exemplo, aos 24 anos, 24,5% dos jovens em 1983, já eram responsáveis por um novo domicílio, esse percentual cai em 1992 para 17,9% e, em 2001, diminui para 16,5%, nesta idade.

TABELA 1 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E IDADE – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983

| Idade | Condição no domicílio | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0,09 | 0,60 | 90,88 | 8,43 |
| 16 | 0,19 | 1,62 | 88,84 | 9,35 |
| 17 | 0,55 | 3,48 | 85,64 | 10,34 |
| 18 | 1,22 | 5,44 | 81,61 | 11,73 |
| 19 | 3,03 | 8,45 | 76,18 | 12,34 |
| 20 | 5,31 | 12,93 | 68,53 | 13,23 |
| 21 | 8,67 | 16,51 | 61,47 | 13,34 |
| 22 | 13,16 | 20,55 | 53,74 | 12,54 |
| 23 | 17,98 | 23,62 | 46,66 | 11,75 |
| 24 | 24,46 | 27,77 | 37,79 | 9,99 |
| 25 | 27,55 | 30,74 | 31,96 | 9,75 |
| 26 | 31,71 | 33,73 | 26,14 | 8,42 |
| 27 | 34,82 | 36,39 | 21,43 | 7,36 |
| 28 | 37,95 | 37,91 | 17,97 | 6,18 |
| 29 | 40,38 | 38,91 | 15,48 | 5,23 |
| 30 | 43,73 | 38,48 | 12,90 | 4,89 |
| 31 | 44,07 | 40,10 | 11,47 | 4,36 |
| 32 | 47,02 | 38,55 | 10,31 | 4,11 |
| 33 | 48,25 | 39,34 | 8,66 | 3,75 |
| 34 | 49,09 | 39,89 | 7,54 | 3,48 |
| 35 | 50,21 | 39,56 | 6,83 | 3,40 |
| Total | 22,95 | 23,83 | 44,55 | 8,67 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

²² Com exceção das PNAD's de 1982, 1988 e 1996, que apresentam informações sobre os pais, para os cônjuges e chefes de família; e da PPV (Pesquisa de Padrão de Vida) 1996-1997, onde se encontra informações sobre os pais para todos os indivíduos da amostra, bem como, a idade do primeiro emprego, do primeiro filho e ainda é possível calcular o momento de saída da escola. Entretanto, essas pesquisas também não são adequadas para o objetivo proposto nesta dissertação, dado que não apresentam uma forma de se captar a primeira transição para o mercado de trabalho separando as condições de ocupado e desempregado, como é possível captar na PME. Ademais, não apresentam características dos indivíduos no momento de transição para o mercado de trabalho, mas sim do momento de realização da pesquisa.

TABELA 2 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E IDADE - REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| Idade | Condição no domicílio | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0,05 | 0,71 | 91,48 | 7,77 |
| 16 | 0,21 | 1,01 | 89,99 | 8,79 |
| 17 | 0,46 | 2,05 | 87,38 | 10,11 |
| 18 | 0,97 | 3,80 | 84,22 | 11,02 |
| 19 | 2,28 | 5,92 | 79,38 | 12,42 |
| 20 | 3,85 | 9,28 | 74,20 | 12,68 |
| 21 | 6,57 | 11,52 | 69,83 | 12,08 |
| 22 | 9,45 | 15,32 | 62,03 | 13,20 |
| 23 | 14,82 | 19,93 | 53,62 | 11,63 |
| 24 | 17,93 | 23,07 | 48,63 | 10,37 |
| 25 | 22,03 | 25,96 | 41,62 | 10,39 |
| 26 | 25,98 | 28,01 | 36,81 | 9,20 |
| 27 | 28,77 | 31,06 | 32,11 | 8,06 |
| 28 | 32,74 | 33,47 | 26,79 | 6,99 |
| 29 | 35,32 | 36,13 | 22,46 | 6,09 |
| 30 | 38,07 | 35,66 | 20,76 | 5,51 |
| 31 | 40,49 | 37,38 | 17,60 | 4,52 |
| 32 | 40,80 | 37,74 | 16,70 | 4,77 |
| 33 | 44,62 | 38,60 | 12,65 | 4,12 |
| 34 | 45,36 | 39,00 | 11,53 | 4,10 |
| 35 | 47,62 | 39,17 | 9,37 | 3,84 |
| Total | 20,72 | 21,63 | 49,08 | 8,57 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

TABELA 3 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E IDADE - REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| Idade | Condição no domicílio | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0,17 | 0,47 | 91,29 | 8,07 |
| 16 | 0,30 | 1,16 | 89,76 | 8,78 |
| 17 | 0,46 | 1,72 | 89,07 | 8,75 |
| 18 | 1,30 | 3,04 | 86,30 | 9,36 |
| 19 | 2,29 | 5,08 | 82,55 | 10,08 |
| 20 | 4,00 | 7,09 | 78,69 | 10,22 |
| 21 | 6,30 | 9,26 | 73,82 | 10,61 |
| 22 | 9,53 | 11,80 | 68,05 | 10,61 |
| 23 | 12,52 | 15,12 | 62,21 | 10,15 |
| 24 | 16,50 | 18,23 | 55,10 | 10,17 |
| 25 | 20,28 | 21,55 | 48,62 | 9,54 |
| 26 | 23,33 | 23,94 | 44,12 | 8,60 |
| 27 | 26,81 | 27,07 | 38,31 | 7,82 |
| 28 | 30,55 | 29,25 | 33,09 | 7,11 |
| 29 | 33,17 | 31,11 | 29,38 | 6,34 |
| 30 | 36,13 | 32,13 | 25,70 | 6,05 |
| 31 | 38,26 | 34,14 | 22,68 | 4,93 |
| 32 | 40,48 | 35,24 | 19,79 | 4,49 |
| 33 | 42,96 | 35,95 | 16,89 | 4,20 |
| 34 | 43,70 | 36,18 | 15,82 | 4,29 |
| 35 | 44,99 | 36,43 | 15,03 | 3,55 |
| Total | 18,62 | 18,10 | 55,27 | 8,02 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

A situação por sexo apresenta-se bastante diferenciada, normalmente, as mulheres saem mais cedo de casa, na maior parte dos casos em função do casamento. Em 1983, enquanto que aos 22 anos apenas 43,22% das mulheres eram filhas, entre os homens, nesta idade 64,29% estavam na condição de filhos. Entre eles o percentual somente é inferior a 50% aos 24 anos, embora haja uma maior representatividade entre as pessoas de referência, mas em menor proporção que a condição de cônjuge entre as mulheres, visto que entre os homens de 22 anos apenas 23,09% eram responsáveis por um domicílio, enquanto que 40,91% das mulheres já eram cônjuges. O que indica também que as mulheres tendem a casar com homens mais velhos (TAB.4).

TABELA 4 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO, IDADE e SEXO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983

| | Homens | | | | Mulheres | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Condição no domicílio | | | | Condição no domicílio | | | |
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0.13 | 0.00 | 93.33 | 6.54 | 0.05 | 1.19 | 88.51 | 10.25 |
| 16 | 0.28 | 0.04 | 92.18 | 7.50 | 0.10 | 3.14 | 85.62 | 11.14 |
| 17 | 0.85 | 0.01 | 90.80 | 8.34 | 0.25 | 6.94 | 80.47 | 12.34 |
| 18 | 2.00 | 0.01 | 88.15 | 9.85 | 0.40 | 11.11 | 74.80 | 13.70 |
| 19 | 4.94 | 0.01 | 84.40 | 10.65 | 1.09 | 16.99 | 67.87 | 14.05 |
| 20 | 9.09 | 0.06 | 78.29 | 12.56 | 1.62 | 25.48 | 59.01 | 13.89 |
| 21 | 14.76 | 0.09 | 71.85 | 13.30 | 2.66 | 32.74 | 51.22 | 13.38 |
| 22 | 23.09 | 0.15 | 64.29 | 12.47 | 3.26 | 40.91 | 43.22 | 12.61 |
| 23 | 32.14 | 0.14 | 55.77 | 11.95 | 3.78 | 47.16 | 37.52 | 11.54 |
| 24 | 43.87 | 0.20 | 45.90 | 10.02 | 5.43 | 54.78 | 29.83 | 9.97 |
| 25 | 50.94 | 0.22 | 39.19 | 9.66 | 5.96 | 58.92 | 25.28 | 9.83 |
| 26 | 59.19 | 0.26 | 32.25 | 8.30 | 6.22 | 64.76 | 20.48 | 8.54 |
| 27 | 66.90 | 0.27 | 25.83 | 7.00 | 6.15 | 68.67 | 17.50 | 7.68 |
| 28 | 72.60 | 0.39 | 20.62 | 6.39 | 6.90 | 71.52 | 15.59 | 5.98 |
| 29 | 77.13 | 0.20 | 17.79 | 4.88 | 7.47 | 73.58 | 13.41 | 5.54 |
| 30 | 81.46 | 0.35 | 14.06 | 4.13 | 8.63 | 73.94 | 11.83 | 5.60 |
| 31 | 83.26 | 0.40 | 12.85 | 3.49 | 8.87 | 75.76 | 10.23 | 5.14 |
| 32 | 85.87 | 0.41 | 10.70 | 3.03 | 10.03 | 74.88 | 9.95 | 5.14 |
| 33 | 87.77 | 0.29 | 8.85 | 3.09 | 10.22 | 76.92 | 8.49 | 4.38 |
| 34 | 89.42 | 0.33 | 7.56 | 2.68 | 11.81 | 76.45 | 7.52 | 4.22 |
| 35 | 91.29 | 0.11 | 6.21 | 2.39 | 11.94 | 76.30 | 7.41 | 4.34 |
| Total | 41.74 | 0.17 | 50.15 | 7.94 | 4.95 | 46.50 | 39.18 | 9.37 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

Já em 1992, aos 23 anos as mulheres deixam de ser maioria na condição de filhos, os homens, por sua vez, apenas aos 26 anos. Aos 25 anos, a condição de cônjuge entre as mulheres é cerca de 50% e somente aos 27 anos entre os homens é que a posição de pessoa de referência corresponde à maioria dos jovens deste sexo (TAB.5).

Em 2001, o adiamento na constituição de um novo domicílio é reforçado, já que apenas aos 27 anos é que a condição de cônjuge é maioria entre as mulheres; por outro

lado, houve um aumento expressivo deste grupo como responsáveis pelo domicílio, visto que nesta idade (27 anos) elas correspondem a 10,35% enquanto que em 1992 correspondiam a apenas 6,8% e, em 1983 a 6,15%. Camarano *et al* (2006) constata uma elevação no número de novos domicílios formados por mulheres sem a presença do casamento, no ano de 2000, em relação a 1980. Os homens, por sua vez, apresentavam aproximadamente 45% na condição de filhos e na de pessoas de referência no domicílio. Ressalta-se apenas, que em 1983, os homens nesta idade eram em sua maioria responsáveis por um novo domicílio (**TAB.6**).

Dessa forma, houve uma queda mais acentuada entre os homens, que saíram de casa (posição de referência ou cônjuge no domicílio), na idade de 27 anos. Entre 1983 e 1992, a queda foi de 14,64 p.p, entre as mulheres, e de apenas 8,11 p.p entre os homens. Na década seguinte (1992-2001), o declínio foi bastante semelhante entre ambos os sexos, 6,14 p.p entre os jovens do sexo masculino e 6,16 p.p entre o sexo feminino. No total, entre os homens a queda foi de 20,77 p.p e entre as mulheres 14,26 p.p.

Analisando o total de homens, em 1983 e 2001, houve uma queda de 11,7 p.p como pessoas de referência, um aumento de 0,92 p.p como cônjuges e 10,62 como filhos. Entre as mulheres, houve um aumento de 2,37p.p entre as responsáveis pelos domicílios, uma diminuição de 11,56 p.p entre as cônjuges e um aumento de 10,65 entre as filhas.

TABELA 5 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO, IDADE e SEXO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| | Homens | | | | Mulheres | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Condição no domicílio | | | | Condição no domicílio | | | |
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0.09 | 0.00 | 93.62 | 6.28 | 0.00 | 1.41 | 89.36 | 9.24 |
| 16 | 0.35 | 0.03 | 92.68 | 6.94 | 0.07 | 2.03 | 87.19 | 10.72 |
| 17 | 0.76 | 0.03 | 91.59 | 7.62 | 0.16 | 4.04 | 83.20 | 12.59 |
| 18 | 1.56 | 0.03 | 89.89 | 8.52 | 0.36 | 7.64 | 78.43 | 13.56 |
| 19 | 3.43 | 0.07 | 85.39 | 11.11 | 1.14 | 11.72 | 73.41 | 13.72 |
| 20 | 6.39 | 0.19 | 81.50 | 11.91 | 1.18 | 18.78 | 66.55 | 13.48 |
| 21 | 10.86 | 0.14 | 77.16 | 11.84 | 1.80 | 24.17 | 61.69 | 12.34 |
| 22 | 16.04 | 0.35 | 70.04 | 13.57 | 2.69 | 30.68 | 53.81 | 12.82 |
| 23 | 25.52 | 0.19 | 63.05 | 11.24 | 4.30 | 39.32 | 44.37 | 12.01 |
| 24 | 32.22 | 0.42 | 56.81 | 10.55 | 4.21 | 44.81 | 40.78 | 10.20 |
| 25 | 38.79 | 0.24 | 49.92 | 11.05 | 6.01 | 50.54 | 33.69 | 9.75 |
| 26 | 46.44 | 0.62 | 43.45 | 9.48 | 6.45 | 54.13 | 30.48 | 8.94 |
| 27 | 52.11 | 0.42 | 40.36 | 7.11 | 6.80 | 59.91 | 24.34 | 8.95 |
| 28 | 60.05 | 0.86 | 32.21 | 6.88 | 6.81 | 64.44 | 21.65 | 7.10 |
| 29 | 66.24 | 0.62 | 27.06 | 6.08 | 7.79 | 67.75 | 18.35 | 6.11 |
| 30 | 69.41 | 0.46 | 24.85 | 5.29 | 9.03 | 68.29 | 16.97 | 5.71 |
| 31 | 74.10 | 0.67 | 20.87 | 4.36 | 10.10 | 70.58 | 14.65 | 4.67 |
| 32 | 75.20 | 0.55 | 19.96 | 4.30 | 10.39 | 70.61 | 13.81 | 5.18 |
| 33 | 80.56 | 0.91 | 14.58 | 3.95 | 11.56 | 73.29 | 10.88 | 4.28 |
| 34 | 82.80 | 0.54 | 12.47 | 4.18 | 11.67 | 73.61 | 10.69 | 4.03 |
| 35 | 85.98 | 0.46 | 9.74 | 3.83 | 12.89 | 74.23 | 9.04 | 3.84 |
| Total | 36.63 | 0.35 | 54.99 | 8.04 | 5.32 | 42.22 | 43.36 | 9.10 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

TABELA 6 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO, IDADE e SEXO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| | Homens | | | | Mulheres | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Condição no domicílio | | | | Condição no domicílio | | | |
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0.20 | 0.03 | 92.34 | 7.42 | 0.14 | 0.89 | 90.29 | 8.69 |
| 16 | 0.40 | 0.05 | 91.33 | 8.22 | 0.20 | 2.29 | 88.17 | 9.35 |
| 17 | 0.61 | 0.07 | 90.93 | 8.39 | 0.30 | 3.43 | 87.15 | 9.12 |
| 18 | 1.73 | 0.11 | 88.84 | 9.31 | 0.83 | 6.27 | 83.49 | 9.41 |
| 19 | 3.02 | 0.10 | 87.31 | 9.57 | 1.48 | 10.56 | 77.31 | 10.65 |
| 20 | 5.70 | 0.32 | 83.77 | 10.21 | 2.15 | 14.46 | 73.15 | 10.24 |
| 21 | 8.67 | 0.40 | 79.98 | 10.95 | 3.73 | 18.89 | 67.14 | 10.24 |
| 22 | 13.72 | 0.63 | 75.06 | 10.59 | 4.98 | 23.95 | 60.44 | 10.63 |
| 23 | 19.47 | 0.86 | 69.12 | 10.56 | 5.07 | 30.42 | 54.80 | 9.71 |
| 24 | 25.92 | 1.05 | 63.20 | 9.83 | 6.87 | 35.80 | 46.82 | 10.51 |
| 25 | 32.57 | 1.50 | 55.99 | 9.94 | 7.84 | 41.84 | 41.18 | 9.14 |
| 26 | 37.57 | 1.64 | 51.54 | 9.25 | 9.53 | 45.56 | 36.93 | 7.98 |
| 27 | 45.20 | 1.20 | 45.40 | 8.21 | 10.35 | 50.20 | 31.97 | 7.47 |
| 28 | 51.26 | 2.13 | 39.16 | 7.46 | 10.70 | 55.25 | 27.27 | 6.79 |
| 29 | 55.90 | 2.21 | 35.43 | 6.46 | 12.03 | 58.00 | 23.74 | 6.23 |
| 30 | 61.59 | 2.43 | 29.94 | 6.04 | 12.94 | 59.16 | 21.84 | 6.06 |
| 31 | 66.85 | 1.74 | 26.40 | 5.02 | 12.90 | 62.87 | 19.38 | 4.85 |
| 32 | 70.50 | 2.36 | 22.67 | 4.47 | 14.04 | 64.19 | 17.24 | 4.52 |
| 33 | 73.75 | 2.74 | 19.21 | 4.29 | 15.49 | 65.58 | 14.82 | 4.11 |
| 34 | 74.38 | 2.23 | 18.65 | 4.73 | 16.18 | 66.63 | 13.28 | 3.90 |
| 35 | 76.85 | 2.32 | 17.12 | 3.70 | 16.78 | 66.63 | 13.18 | 3.41 |
| Total | 30.03 | 1.09 | 60.76 | 8.11 | 7.31 | 34.94 | 49.83 | 7.92 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

Como esperado, os jovens que estudam prolongam a permanência na casa dos pais. Aos 24 anos, por exemplo, em 1983, o percentual de jovens-filhos entre os que estudavam era de 62,22%, contra apenas 33,64% entre aqueles que não estudavam. Uma diferença que merece destaque é o percentual de jovens que são responsáveis pelo domicílio: até os 22 anos são muito poucos entre os estudantes. Aos 20 anos, por exemplo, apenas 1,9% estão nesta condição, sendo que entre os que não freqüentam escola o percentual chega a 6,97% nesta idade e 14,94% aos 22 anos. Analisando o total de jovens neste período, observa-se que entre 15 e 35 anos, 80,93% entre os que estudam são filhos e apenas 5,99% são responsáveis por domicílio, ao contrário, 32,57% dentre os que não estudam são filhos e 28,53% são pessoa de referência (TAB.7).

TABELA 7 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO, IDADE e FREQUÊNCIA A ESCOLA – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983

| | Freqüenta Escola | | | | Não Freqüenta Escola | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Condição no domicílio | | | | Condição no domicílio | | | |
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0.02 | 0.06 | 93.37 | 6.55 | 0.31 | 2.22 | 83.37 | 14.10 |
| 16 | 0.10 | 0.12 | 92.82 | 6.96 | 0.36 | 4.61 | 80.86 | 14.17 |
| 17 | 0.20 | 0.31 | 91.08 | 8.40 | 1.04 | 8.03 | 77.79 | 13.14 |
| 18 | 0.47 | 0.53 | 89.99 | 9.01 | 1.95 | 10.29 | 73.35 | 14.41 |
| 19 | 1.05 | 1.23 | 87.13 | 10.59 | 4.31 | 13.16 | 69.04 | 13.49 |
| 20 | 1.90 | 2.41 | 83.56 | 12.14 | 6.97 | 18.05 | 61.21 | 13.77 |
| 21 | 4.20 | 3.14 | 79.87 | 12.79 | 10.35 | 21.54 | 54.56 | 13.55 |
| 22 | 6.95 | 4.58 | 75.27 | 13.21 | 14.94 | 25.12 | 47.59 | 12.35 |
| 23 | 10.09 | 6.67 | 68.26 | 14.98 | 19.75 | 27.43 | 41.80 | 11.02 |
| 24 | 15.61 | 9.96 | 62.22 | 12.20 | 25.96 | 30.79 | 33.64 | 9.62 |
| 25 | 19.92 | 10.92 | 55.12 | 14.05 | 28.56 | 33.35 | 28.90 | 9.18 |
| 26 | 27.37 | 14.19 | 45.55 | 12.89 | 32.18 | 35.86 | 24.02 | 7.94 |
| 27 | 32.85 | 14.39 | 40.37 | 12.39 | 34.99 | 38.30 | 19.80 | 6.92 |
| 28 | 31.68 | 18.41 | 37.88 | 12.03 | 38.43 | 39.42 | 16.43 | 5.72 |
| 29 | 36.48 | 19.84 | 31.87 | 11.80 | 40.64 | 40.17 | 14.39 | 4.79 |
| 30 | 47.14 | 18.45 | 24.43 | 9.98 | 43.53 | 39.60 | 12.26 | 4.61 |
| 31 | 46.68 | 23.62 | 21.12 | 8.58 | 43.95 | 40.88 | 11.01 | 4.16 |
| 32 | 48.45 | 23.75 | 19.54 | 8.26 | 46.96 | 39.24 | 9.88 | 3.92 |
| 33 | 49.90 | 28.29 | 14.71 | 7.10 | 48.19 | 39.77 | 8.43 | 3.61 |
| 34 | 54.72 | 26.15 | 12.35 | 6.78 | 48.89 | 40.38 | 7.36 | 3.37 |
| 35 | 52.16 | 27.61 | 14.38 | 5.85 | 50.14 | 39.97 | 6.57 | 3.32 |
| Total | 5.99 | 3.50 | 80.93 | 9.59 | 28.53 | 30.52 | 32.57 | 8.37 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

Em 1992, os jovens estudantes apenas deixam de ser maioria na condição de filhos aos 28 anos entre aqueles que não estudam essa condição deixa de ser majoritária aos 23 anos. Há grandes diferenças entre o percentual de jovens responsáveis por um domicílio até os 31 anos. Destaca-se que até os 23 anos, entre os que não estudavam esse percentual chegava a 16,79% e entre os que freqüentavam escola era apenas 7,02%. Observando o

total de jovens entre 15 e 35 anos, nota-se que houve um aumento, em relação a 1983, na concentração de jovens como filhos estudantes, que passou a ser 83,77% e um aumento similar entre os filhos que não estudam, configurando um total de 35,15%. Por outro lado, cai tanto a prevalência de pessoas de referência quanto de cônjuges nos dois grupos (TAB.8).

TABELA 8 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO, IDADE e FREQUÊNCIA A ESCOLA – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| | Frequente Escola | | | | Não Frequente Escola | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Condição no domicílio | | | | Condição no domicílio | | | |
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | - | 0.20 | 93.38 | 6.42 | 0.31 | 3.61 | 80.60 | 15.48 |
| 16 | 0.06 | 0.34 | 92.64 | 6.96 | 0.82 | 3.78 | 79.06 | 16.34 |
| 17 | 0.07 | 0.34 | 91.31 | 8.29 | 1.49 | 6.54 | 77.05 | 14.92 |
| 18 | 0.29 | 0.81 | 90.02 | 8.88 | 2.09 | 8.74 | 74.62 | 14.56 |
| 19 | 0.90 | 1.18 | 87.68 | 10.23 | 3.74 | 10.98 | 70.52 | 14.76 |
| 20 | 1.46 | 2.25 | 84.36 | 11.94 | 5.57 | 14.35 | 66.87 | 13.21 |
| 21 | 2.14 | 2.76 | 84.07 | 11.03 | 8.75 | 15.83 | 62.83 | 12.59 |
| 22 | 3.49 | 4.03 | 80.12 | 12.36 | 11.58 | 19.35 | 55.57 | 13.50 |
| 23 | 7.02 | 6.08 | 74.65 | 12.25 | 16.79 | 23.43 | 48.31 | 11.47 |
| 24 | 10.41 | 9.11 | 66.86 | 13.61 | 19.32 | 25.66 | 45.25 | 9.77 |
| 25 | 12.17 | 8.47 | 65.79 | 13.56 | 23.48 | 28.52 | 38.08 | 9.92 |
| 26 | 17.30 | 10.38 | 59.17 | 13.15 | 27.05 | 30.18 | 34.06 | 8.72 |
| 27 | 14.86 | 15.50 | 54.56 | 15.07 | 30.12 | 32.57 | 29.94 | 7.38 |
| 28 | 22.09 | 18.20 | 48.79 | 10.92 | 33.61 | 34.71 | 25.01 | 6.67 |
| 29 | 25.99 | 19.57 | 41.59 | 12.84 | 35.95 | 37.25 | 21.16 | 5.64 |
| 30 | 27.30 | 25.18 | 37.59 | 9.93 | 38.66 | 36.23 | 19.84 | 5.27 |
| 31 | 28.51 | 27.15 | 34.84 | 9.50 | 41.08 | 37.89 | 16.76 | 4.28 |
| 32 | 35.83 | 25.42 | 31.25 | 7.50 | 41.03 | 38.31 | 16.03 | 4.64 |
| 33 | 40.84 | 32.98 | 18.32 | 7.85 | 44.77 | 38.82 | 12.43 | 3.98 |
| 34 | 41.30 | 33.15 | 16.85 | 8.70 | 45.52 | 39.22 | 11.33 | 3.93 |
| 35 | 47.86 | 30.00 | 14.29 | 7.86 | 47.61 | 39.43 | 9.23 | 3.72 |
| Total | 3.64 | 3.33 | 83.77 | 9.26 | 27.57 | 28.98 | 35.15 | 8.30 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

No ano de 2001, há um adiamento na idade em que os filhos deixam de ser maioria entre os jovens que não frequentam escola, mas o mesmo não ocorre entre os estudantes; a idade permanece aos 28 anos. Além disso, ao se analisar o total, nota-se uma ligeira diminuição entre os filhos e um leve aumento no percentual de chefes de domicílio e cônjuges entre os estudantes, o que pode indicar que mesmo após a saída da casa dos pais os jovens estão continuando a estudar. Por outro lado, entre os que não estudavam houve um movimento contrário, ou seja, um pequeno aumento entre o percentual de filhos, acompanhado de um tênue declínio entre os jovens que já saíram de casa (TAB.9).

Conclui-se, portanto, que a escolha do intervalo etário ao se lidar com jovens-filhos é muito importante para se diminuir o viés de seletividade. Nesse sentido, reforça-se que o

intervalo definido neste trabalho foi de 15 a 24 anos. Embora se observem percentuais inferiores a 50% de filhos aos 22 anos, em alguns grupos e períodos, preferiu-se não diminuir o intervalo por duas razões principais: 1) um dos objetivos deste trabalho é captar o adiamento do ingresso no mercado de trabalho e a utilização de um intervalo menor poderia prejudicar essa análise, além disso, houve um adiamento ao longo do tempo, na saída do domicílio; 2) e o segundo motivo foi trabalhar com intervalos quinquenais, a fim de simplificar a operacionalização metodológica e possibilitar comparações com outros trabalhos²³.

TABELA 9 – PERCENTUAL DE JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO, IDADE e FREQUÊNCIA A ESCOLA – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| | Freqüente Escola | | | | Não Freqüente Escola | | | |
|-------|-----------------------|---------|-------|--------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | Condição no domicílio | | | | Condição no domicílio | | | |
| | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | 0.03 | 0.14 | 92.02 | 7.81 | 3.31 | 8.02 | 74.55 | 14.13 |
| 16 | 0.11 | 0.44 | 91.20 | 8.25 | 2.59 | 9.82 | 72.44 | 15.16 |
| 17 | 0.26 | 0.70 | 91.16 | 7.88 | 1.72 | 8.17 | 75.84 | 14.28 |
| 18 | 0.85 | 0.96 | 89.80 | 8.38 | 2.56 | 8.84 | 76.52 | 12.08 |
| 19 | 1.32 | 1.83 | 87.28 | 9.56 | 3.67 | 9.76 | 75.73 | 10.84 |
| 20 | 1.75 | 2.17 | 86.41 | 9.66 | 6.18 | 11.87 | 71.17 | 10.77 |
| 21 | 3.57 | 2.68 | 83.80 | 9.96 | 8.25 | 13.98 | 66.69 | 11.08 |
| 22 | 5.76 | 4.69 | 79.02 | 10.53 | 11.55 | 15.62 | 62.17 | 10.66 |
| 23 | 6.51 | 6.54 | 76.78 | 10.17 | 14.97 | 18.63 | 56.26 | 10.14 |
| 24 | 9.46 | 8.98 | 70.13 | 11.43 | 18.66 | 21.08 | 50.48 | 9.78 |
| 25 | 11.65 | 11.76 | 65.62 | 10.97 | 22.41 | 23.98 | 44.42 | 9.19 |
| 26 | 14.57 | 10.36 | 63.98 | 11.09 | 25.13 | 26.72 | 40.06 | 8.10 |
| 27 | 18.78 | 15.54 | 54.43 | 11.25 | 28.09 | 28.91 | 35.73 | 7.27 |
| 28 | 21.47 | 18.27 | 49.91 | 10.36 | 31.76 | 30.72 | 30.84 | 6.68 |
| 29 | 25.35 | 23.99 | 42.00 | 8.65 | 34.10 | 31.95 | 27.88 | 6.07 |
| 30 | 29.02 | 25.51 | 36.31 | 9.16 | 36.89 | 32.84 | 24.56 | 5.72 |
| 31 | 25.07 | 32.13 | 36.51 | 6.29 | 39.37 | 34.31 | 21.51 | 4.81 |
| 32 | 36.70 | 30.50 | 26.90 | 5.90 | 40.77 | 35.61 | 19.24 | 4.39 |
| 33 | 38.96 | 31.60 | 23.77 | 5.67 | 43.27 | 36.28 | 16.37 | 4.08 |
| 34 | 41.44 | 33.03 | 19.82 | 5.71 | 43.83 | 36.36 | 15.59 | 4.21 |
| 35 | 44.53 | 36.95 | 14.14 | 4.38 | 45.02 | 36.40 | 15.09 | 3.49 |
| Total | 4.56 | 4.27 | 82.31 | 8.87 | 26.93 | 26.27 | 39.29 | 7.51 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

Uma outra maneira de se analisar a seletividade dos dados é através da escolaridade média por idade e condição no domicílio, já que se espera que a escolaridade aumente de uma idade para outra, mas pode ocorrer uma diminuição como em 1983 e 1992 de 28 anos para 29 anos e, em 2001, de 29 anos para 30 anos, entre os filhos. Entre as pessoas de

²³ Destaca-se que qualquer intervalo etário é arbitrário e acaba por ser definido de acordo com o objeto da pesquisa, bem como pela metodologia empregada

referência há uma oscilação maior, em 1983 e 1992 havia uma mudança brusca entre 16 e 17 anos, o que não aparece em 2001, a partir de 28 anos há pequenas oscilações.

Esse resultado aponta uma mudança importante na coorte analisada, o que representa um motivo para não se adotar intervalos etários extensos, especialmente ao se aplicar técnicas demográficas que presumem a construção de uma coorte hipotética. Ressalta-se, por fim, uma elevação da escolaridade média em todas as posições no domicílio, e uma diminuição do desvio padrão entre 1992 e 2001 (**TAB.10-12**).

TABELA 10 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E IDADE - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983

| | | Condição no domicílio | | | |
|----|---------------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | Média | 4.33 | 5.00 | 5.17 | 4.10 |
| | Desvio Padrão | 0.58 | 2.34 | 2.05 | 2.16 |
| 16 | Média | 5.15 | 4.90 | 5.74 | 4.57 |
| | Desvio Padrão | 2.64 | 2.44 | 2.28 | 2.31 |
| 17 | Média | 3.86 | 4.89 | 6.27 | 5.01 |
| | Desvio Padrão | 2.98 | 2.27 | 2.53 | 2.59 |
| 18 | Média | 5.36 | 5.75 | 6.87 | 5.67 |
| | Desvio Padrão | 2.86 | 2.33 | 2.79 | 2.86 |
| 19 | Média | 5.72 | 5.82 | 7.37 | 6.07 |
| | Desvio Padrão | 2.95 | 2.78 | 3.01 | 3.12 |
| 20 | Média | 5.89 | 5.91 | 7.69 | 6.45 |
| | Desvio Padrão | 3.05 | 2.85 | 3.17 | 3.26 |
| 21 | Média | 6.19 | 6.22 | 8.01 | 6.41 |
| | Desvio Padrão | 3.00 | 3.00 | 3.37 | 3.32 |
| 22 | Média | 6.39 | 6.37 | 8.17 | 6.74 |
| | Desvio Padrão | 3.08 | 3.34 | 3.61 | 3.70 |
| 23 | Média | 6.44 | 6.67 | 8.45 | 7.05 |
| | Desvio Padrão | 3.64 | 3.26 | 3.76 | 3.82 |
| 24 | Média | 6.70 | 6.94 | 8.68 | 7.16 |
| | Desvio Padrão | 3.48 | 3.48 | 3.90 | 3.93 |
| 25 | Média | 7.13 | 7.21 | 8.79 | 7.18 |
| | Desvio Padrão | 3.72 | 3.70 | 4.03 | 4.00 |
| 26 | Média | 7.22 | 7.10 | 8.97 | 7.51 |
| | Desvio Padrão | 3.74 | 3.75 | 4.04 | 4.14 |
| 27 | Média | 7.50 | 7.21 | 9.03 | 7.13 |
| | Desvio Padrão | 3.89 | 3.78 | 4.11 | 4.16 |
| 28 | Média | 7.49 | 7.60 | 9.10 | 7.41 |
| | Desvio Padrão | 3.91 | 3.91 | 4.20 | 4.31 |
| 29 | Média | 7.71 | 7.47 | 8.91 | 7.37 |
| | Desvio Padrão | 4.05 | 4.14 | 4.35 | 4.41 |
| 30 | Média | 7.64 | 7.52 | 8.94 | 7.61 |
| | Desvio Padrão | 4.12 | 4.10 | 4.30 | 4.42 |
| 31 | Média | 7.78 | 7.61 | 9.07 | 7.86 |
| | Desvio Padrão | 4.18 | 4.18 | 4.38 | 4.64 |
| 32 | Média | 7.63 | 7.40 | 8.82 | 7.43 |
| | Desvio Padrão | 4.10 | 4.24 | 4.46 | 4.60 |
| 33 | Média | 7.67 | 7.37 | 8.75 | 7.20 |
| | Desvio Padrão | 4.32 | 4.25 | 4.62 | 4.52 |
| 34 | Média | 7.63 | 7.36 | 8.31 | 7.42 |
| | Desvio Padrão | 4.43 | 4.31 | 4.78 | 4.25 |
| 35 | Média | 7.57 | 7.18 | 8.46 | 6.77 |
| | Desvio Padrão | 4.42 | 4.36 | 4.52 | 4.63 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

TABELA 11 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E IDADE – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| | | Condição no domicílio | | | |
|----|---------------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | Média | 4.33 | 5 | 5.17 | 4.10 |
| | Desvio Padrão | 0.58 | 2.34 | 2.05 | 2.16 |
| 16 | Média | 5.15 | 4.90 | 5.74 | 4.57 |
| | Desvio Padrão | 2.64 | 2.44 | 2.28 | 2.31 |
| 17 | Média | 3.86 | 4.89 | 6.27 | 5.01 |
| | Desvio Padrão | 2.98 | 2.27 | 2.53 | 2.59 |
| 18 | Média | 5.36 | 5.75 | 6.87 | 5.67 |
| | Desvio Padrão | 2.86 | 2.33 | 2.79 | 2.86 |
| 19 | Média | 5.72 | 5.82 | 7.37 | 6.07 |
| | Desvio Padrão | 2.95 | 2.78 | 3.01 | 3.12 |
| 20 | Média | 5.89 | 5.91 | 7.69 | 6.45 |
| | Desvio Padrão | 3.05 | 2.85 | 3.17 | 3.26 |
| 21 | Média | 6.19 | 6.22 | 8.01 | 6.41 |
| | Desvio Padrão | 3.00 | 3.00 | 3.37 | 3.32 |
| 22 | Média | 6.39 | 6.37 | 8.17 | 6.74 |
| | Desvio Padrão | 3.08 | 3.34 | 3.61 | 3.70 |
| 23 | Média | 6.44 | 6.67 | 8.45 | 7.05 |
| | Desvio Padrão | 3.64 | 3.26 | 3.76 | 3.82 |
| 24 | Média | 6.70 | 6.94 | 8.68 | 7.16 |
| | Desvio Padrão | 3.48 | 3.48 | 3.90 | 3.93 |
| 25 | Média | 7.13 | 7.21 | 8.79 | 7.18 |
| | Desvio Padrão | 3.72 | 3.70 | 4.03 | 4.00 |
| 26 | Média | 7.22 | 7.10 | 8.97 | 7.51 |
| | Desvio Padrão | 3.74 | 3.75 | 4.04 | 4.14 |
| 27 | Média | 7.50 | 7.21 | 9.03 | 7.13 |
| | Desvio Padrão | 3.89 | 3.78 | 4.11 | 4.16 |
| 28 | Média | 7.49 | 7.60 | 9.10 | 7.41 |
| | Desvio Padrão | 3.91 | 3.91 | 4.20 | 4.31 |
| 29 | Média | 7.71 | 7.47 | 8.91 | 7.37 |
| | Desvio Padrão | 4.05 | 4.14 | 4.35 | 4.41 |
| 30 | Média | 7.64 | 7.52 | 8.94 | 7.61 |
| | Desvio Padrão | 4.12 | 4.10 | 4.30 | 4.42 |
| 31 | Média | 7.78 | 7.61 | 9.07 | 7.86 |
| | Desvio Padrão | 4.18 | 4.18 | 4.38 | 4.64 |
| 32 | Média | 7.63 | 7.40 | 8.82 | 7.43 |
| | Desvio Padrão | 4.10 | 4.24 | 4.46 | 4.60 |
| 33 | Média | 7.67 | 7.37 | 8.75 | 7.20 |
| | Desvio Padrão | 4.32 | 4.25 | 4.62 | 4.52 |
| 34 | Média | 7.63 | 7.36 | 8.31 | 7.42 |
| | Desvio Padrão | 4.43 | 4.31 | 4.78 | 4.25 |
| 35 | Média | 7.57 | 7.18 | 8.46 | 6.77 |
| | Desvio Padrão | 4.42 | 4.36 | 4.52 | 4.63 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

TABELA 12 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E IDADE – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| | | Condição no domicílio | | | |
|----|---------------|-----------------------|---------|-------|--------|
| | | Pessoa de Referência | Cônjuge | Filho | Outros |
| 15 | Média | 5.34 | 5.83 | 6.74 | 6.07 |
| | Desvio Padrão | 2.90 | 2.12 | 1.75 | 1.92 |
| 16 | Média | 5.49 | 6.09 | 7.35 | 6.65 |
| | Desvio Padrão | 3.26 | 2.18 | 2.03 | 2.18 |
| 17 | Média | 5.89 | 6.82 | 8.05 | 7.11 |
| | Desvio Padrão | 3.11 | 2.44 | 2.33 | 2.52 |
| 18 | Média | 7.34 | 6.95 | 8.65 | 7.46 |
| | Desvio Padrão | 2.86 | 2.60 | 2.47 | 2.82 |
| 19 | Média | 7.84 | 7.22 | 9.15 | 8.19 |
| | Desvio Padrão | 3.02 | 2.80 | 2.59 | 2.85 |
| 20 | Média | 7.68 | 7.45 | 9.37 | 8.27 |
| | Desvio Padrão | 3.10 | 2.93 | 2.80 | 3.19 |
| 21 | Média | 8.08 | 7.56 | 9.66 | 8.48 |
| | Desvio Padrão | 3.16 | 2.97 | 2.96 | 3.26 |
| 22 | Média | 8.00 | 7.95 | 9.87 | 8.58 |
| | Desvio Padrão | 3.35 | 3.05 | 3.12 | 3.54 |
| 23 | Média | 7.87 | 7.94 | 9.88 | 8.43 |
| | Desvio Padrão | 3.49 | 3.21 | 3.47 | 3.51 |
| 24 | Média | 8.13 | 8.04 | 10.08 | 8.63 |
| | Desvio Padrão | 3.66 | 3.32 | 3.53 | 3.64 |
| 25 | Média | 8.12 | 8.04 | 10.14 | 8.63 |
| | Desvio Padrão | 3.73 | 3.49 | 3.75 | 3.83 |
| 26 | Média | 8.11 | 8.26 | 10.15 | 8.94 |
| | Desvio Padrão | 3.72 | 3.57 | 3.73 | 3.83 |
| 27 | Média | 8.27 | 8.24 | 10.16 | 8.73 |
| | Desvio Padrão | 3.73 | 3.69 | 3.93 | 3.79 |
| 28 | Média | 8.24 | 8.28 | 9.93 | 8.76 |
| | Desvio Padrão | 3.83 | 3.67 | 3.99 | 3.98 |
| 29 | Média | 8.24 | 8.24 | 9.99 | 8.54 |
| | Desvio Padrão | 3.75 | 3.70 | 3.85 | 4.11 |
| 30 | Média | 8.17 | 8.34 | 9.71 | 8.47 |
| | Desvio Padrão | 3.84 | 3.73 | 4.09 | 4.16 |
| 31 | Média | 8.22 | 8.10 | 9.57 | 8.34 |
| | Desvio Padrão | 3.93 | 3.82 | 4.13 | 3.93 |
| 32 | Média | 8.26 | 7.99 | 9.35 | 8.05 |
| | Desvio Padrão | 3.94 | 3.89 | 4.30 | 4.18 |
| 33 | Média | 8.13 | 8.21 | 9.57 | 8.00 |
| | Desvio Padrão | 3.94 | 3.83 | 4.13 | 4.34 |
| 34 | Média | 8.08 | 8.21 | 9.15 | 7.80 |
| | Desvio Padrão | 3.97 | 3.92 | 4.18 | 4.35 |
| 35 | Média | 8.40 | 8.23 | 9.02 | 8.45 |
| | Desvio Padrão | 3.97 | 3.93 | 4.32 | 4.25 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

4. IDADE MÉDIA DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO

Para uma melhor compreensão do fenômeno da transição para o mercado de trabalho, e, em especial o adiamento na obtenção de uma primeira ocupação, optou-se por calcular a idade média da primeira ocupação, entendida como qualquer tipo de trabalho que o indivíduo já tenha realizado, para tal, aplicou-se o método *singulate mean age (at first marriage)*. Neste capítulo, serão abordados tanto a metodologia para o cálculo, bem como a interpretação dos resultados.

4.1. SINGULATE MEAN AGE AT FIRST MARRIAGE

O método utilizado para se calcular a idade média que a pessoa começa a trabalhar foi o SMAFM (*Singulate Mean Age at First Marriage*), que foi concebido para o cálculo da idade média ao primeiro casamento. Essa técnica tem os modelos de nupcialidade como sua base de cálculo.

As motivações para a formulação dessa técnica são as complexidades que surgem ao se estudar a nupcialidade, inicialmente pela sua própria definição: o que se deve considerar relações estáveis? Os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo? As pessoas divorciadas seriam consideradas casadas? Além disso, as taxas de casamento e divórcio são muito voláteis; normalmente ao se calcular as taxas de eventos demográficos se pressupõe que elas são inalteráveis no curto prazo. Por fim, há uma razão técnica, a nupcialidade é mais difícil de se quantificar do que a mortalidade, visto que uma pessoa pode se casar mais de uma vez, e os eventos sucessivos de se casar e de se divorciar influenciam diretamente as taxas de transição (WACHTER, 2006).

Um evento que facilita o estudo da nupcialidade é o primeiro casamento e dessa maneira, esse evento pode ser analisado analogamente à morte. A manipulação desse evento se aproximaria, portanto, à explicação de uma tábua de vida, já que essa transição ocorre apenas uma vez na vida (nunca casados para uma vez casados) e não há possibilidade de se tornar solteiro novamente.

Todos os membros de uma coorte iniciam-se solteiros. A proporção de membros da coorte solteiros na idade x pode ser encontrada dividindo-se a quantidade de pessoas nesta idade pelo seu tamanho inicial, o que corresponde ao valor do l_x na tabela de sobrevivência, ou seja, a proporção dos não casados é a mesma proporção daqueles que

continuam vivos na tabela de sobrevivência. A proporção dos casados entre as idades x e $x+n$, ou seja, a proporção de pessoas que saiu da condição de solteiros corresponde ao ${}_n d_x$ (proporção de mortes entre as idades x e $x+n$). A probabilidade de casamentos no próximo ano x para aqueles que ainda permaneceram solteiros na idade x é de ${}_n q_x$ (probabilidade de sobrevivência) (WACHTER, 2006).

Há duas importantes diferenças entre a tabela de vida de primeiro casamento e as de morte: a primeira é o formato da curva dos valores de l_x , já que não há casamentos entre crianças, em seguida apresenta um crescimento entre as idades jovens e, posteriormente, declina nas idades mais avançadas; e a segunda distinção é que nem todas as pessoas irão se casar, mas todas morrem, portanto, há de se distinguir o *timing* de se casar e o nível de universalidade do casamento (WACHTER, 2006).

Os primeiros modelos de nupcialidade foram formulados por Coale (1971) e Coale e Trussel (1974). O modelo de Coale (1971) descreve a uniformidade do padrão etário da proporção das mulheres que alguma vez se casam. As curvas, em geral, têm a mesma estrutura e se diferem apenas na idade em que se iniciam os casamentos, na taxa em que o casamento aumenta e na proporção final de mulheres casadas. Além do estudo do próprio casamento esses modelos auxiliaram e proporcionaram o desenvolvimento dos estudos de fecundidade.

A primeira formulação da idade média do primeiro casamento foi definida por Hajnal (1953). Para resumir seu raciocínio, basta supor que as proporções de solteiras existentes nas sucessivas idades de uma coorte ao longo da vida fossem conhecidas; então, devem-se deduzir as taxas de casamento de cada idade em que a situação de solteiro “desapareceu”²⁴. Em termos práticos, se a proporção de solteiros for constante ao longo do tempo, isso é de coorte para coorte, as proporções encontradas nos censos para sucessivas idades podem ser tomadas para representar aproximadamente as experiências de uma coorte ao longo da vida.

Dado um conjunto de taxas de casamento por idade, pode-se derivar medidas dele, sem se adicionar informação, sendo possível reconstruir a experiência de uma coorte hipotética, a qual está sujeita a tais taxas de casamento por idade e na qual não há mortalidade entre as pessoas em idade de se casar. A desvantagem é exatamente a necessidade de se limitar um intervalo em que os casamentos ocorrem (HAJNAL, 1953).

²⁴ Nota de pé de página do próprio autor: “Essa afirmação, certamente, apenas é correta se as taxas de mortalidade e de migração por idade forem as mesmas para as mulheres solteiras e a população total”.

Em um outro trabalho, Hajnal (1965) demonstrou a relação entre a idade média do primeiro casamento e a proporção dos que alguma vez se casavam durante a vida, entre diferentes localidades. Ele apontou que casamento tardio e alta proporção de mulheres que nunca se casavam eram encontrados simultaneamente na maior parte do nordeste da Europa²⁵, em contraste com casamentos mais jovens e com menor proporção de não casadas na Ásia e África. Ele foi o primeiro autor a definir o Padrão Europeu de Casamento.

A idade média para o primeiro casamento é uma medida de coorte, que pode ser calculada com dados de período, como outras medidas demográficas. Desta maneira, Hajnal (1953) propôs o cálculo com dados de período utilizando apenas a proporção das mulheres que nunca tinham se casado. O método recebe o nome de *singulate*, não pelo fato de utilizar as pessoas solteiras, mas por ser a distribuição estatística utilizada por Hajnal. “*Singulate Mean*” é uma forma de se inferir a idade média do primeiro casamento quando não se tem os dados de casamentos nas idades x , mas apenas os dados sobre a proporção de casados por certas idades (WACHTER, 2006). Os dados utilizados, portanto, são correntes, conforme definido no item 3.2.

Para esse cálculo é, portanto, adotada uma série de pré-requisitos: 1) as idades não podem ser números negativos; 2) as pessoas nunca perdem o estado de alguma vez casadas, e assim não retornam à condição de solteiras e 3) apenas as pessoas que têm o *status* de alguma vez casada entram no cálculo. Na prática, outras características são acrescentadas: 4) a proporção de pessoas casadas não altera muito ao longo do tempo; 5) aqueles listados como casados, viúvos e divorciados são, de fato, alguma vez casados, embora se reconheça que algumas pessoas respondam que são solteiras e 6) a mortalidade é independente do *status* marital nas idades jovens (WACHTER, 2006).

Esses três últimos pressupostos não são totalmente verdadeiros, já que a proporção de casados tende a mudar rapidamente e muitas pessoas viúvas e divorciadas, principalmente no passado, tendem a responder que são solteiras. Além disso, a mortalidade é diferenciada por *status* marital, sendo que as pessoas casadas apresentam menores taxas. Desse modo, a SMAFM é uma medida imperfeita e aproximada da idade média, sendo por outro lado, muito utilizada, respeitada e eficaz (WACHTER, 2006).

O cálculo adotado neste trabalho é um pouco diferente da concepção inicial de Hajnal (1965) e foi definida por Wachter (2006). A principal diferença entre os dois

²⁵ Esse padrão foi denominado “Padrão Europeu de Casamento”; aquele em que há casamentos tardios e alta proporção de celibatários na sociedade.

autores é a escolha do último intervalo etário (F_{ult}), denominado o momento em que todos aqueles que se casariam já estariam casados, conforme será explicado abaixo. Ademais, a concepção da idade média de Hajnal é para todos os casamentos e não o primeiro, tanto que se denominava SMAM (*Singulate Mean Age of Marriage*). Já para Wachter (2006) é para o primeiro casamento, o que inclusive se adapta melhor aos objetivos deste trabalho, embora Hajnal reconheça, em seu trabalho, que ao se falar de casamentos está se referindo ao primeiro. Os autores ressaltam que não é possível calcular para todos os casamentos, já que estar casado diferentemente de alguma vez ter se casado é um estado que uma vez adquirido pode ser facilmente perdido.

A proporção de mulheres alguma vez casadas é dada por $F(x)$:

$$F(x) = \frac{Casadas_{x, x+n}}{Mulheres_{x, x+n}} \quad (1)$$

Em seguida, calcula-se a proporção daquelas que se casam alguma vez na vida, mas ainda permaneceram solteiras:

$$G(x) = 1 - \frac{F_x}{F_{ult}} \quad (2)$$

onde F_{ult} é o valor mais elevado, ou seja, seria a idade em que todos que tivessem que se casar já teriam se casado, a proporção restante refere-se ao conjunto de pessoas que nunca se casará. Em coortes esse valor sempre aumentaria em todas as idades e o último valor seria o F_{ult} , mas como se utiliza dados de período pode haver declínio nas idades mais elevadas, tornando a escolha de F_{ult} um pouco complicada. Dessa forma, Wachter (2006) sugere que se utilize o maior valor antes de se iniciar a queda. Esse modo é diferente da proposta inicial de Hajnal, que utiliza o valor correspondente a uma idade limite de ocorrência do evento, no caso do casamento o grupo de 45 a 49 anos.

E, por fim, multiplica-se o valor de $G(x)$ pelo tamanho do intervalo etário e tem-se $nG(x)$. A soma dos valores de $nG(x)$, até a idade que corresponde ao F_{ult} é a idade média. Dessa forma, é muito importante iniciar o cálculo na idade zero, mesmo que não haja casamentos antes da idade 15, por exemplo, todos que estariam abaixo dos 15 anos de idade contribuiriam com esse tempo total. Assim, diferentemente, da expectativa de vida das tábuas de vida, a idade média depende fortemente da estrutura etária da população.

Por fim, ressalta-se que o método “*Singulate Mean*” pode ser utilizado para outros processos que não o casamento, desde que as condições sejam as mesmas. Como

por exemplo, o cálculo da idade média ao se aposentar (ver Liberato, 2003). Em seguida, apresenta-se a analogia com o mercado de trabalho, a qual é empregada nesta dissertação.

4.2. ANALOGIA E ADAPTAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO

Nesta dissertação, o interesse é compreender a transição da inatividade para a atividade, ou seja, a entrada dos jovens na população economicamente ativa. Uma das características de interesse é a idade do primeiro emprego, levando em consideração as diferenças entre homens e mulheres, quanto para o entendimento do prolongamento da inatividade ao longo do tempo. Dessa forma, foi calculada a idade média da primeira ocupação (IMPO)²⁶.

Da mesma maneira que o casamento, o trabalho, muitas vezes, não é bem definido: o trabalho informal deve ser considerado? E a ajuda a familiares? Quantas horas devem ser consideradas? Além disso, não é um evento único, mas sucessivo, pois um indivíduo pode entrar e sair do mercado de trabalho diversas vezes ao longo da vida. Assim, um evento que facilita o entendimento e o cálculo é o primeiro emprego, que também é difícil de se encontrar dados a respeito.

Para aplicação do método, foram considerados aqueles que nunca trabalharam e os indivíduos listados como empregados, aposentados ou desempregados são considerados como aqueles que já trabalharam. Quanto aos pressupostos: 1) as idades também são positivas; 2) uma vez que as pessoas já trabalharam, elas não retornam à condição de nunca terem trabalhado, embora possam retornar à inatividade; 3) somente após a dedução daqueles que nunca trabalharam, passa-se a incluir apenas aqueles que já trabalharam.

Os problemas com os pressupostos são, igualmente, similares, entre a primeira ocupação e o primeiro casamento. Entretanto, na análise do mercado de trabalho pode ser considerado menor, já que a pergunta é se nunca trabalhou, o que dificulta a um desempregado responder “sim”. Ademais, esses casos foram excluídos pela própria estrutura da pesquisa, que pergunta os quesitos se a pessoa nunca trabalhou apenas para as pessoas que responderam que são aposentados, estudantes, ou que se dedicam a afazeres domésticos no ano corrente. Quanto à mortalidade seletiva, ela difere entre quem trabalha e

²⁶ São consideradas qualquer tipo de ocupação, em diferentes posições de ocupação (conta-própria, empregador, etc), não apenas os empregados, portanto, optou-se não denominar idade média do primeiro emprego, já que estaria subentendido uma relação de empregado/empregador, embora se reconheça que a maior parte dos jovens ingressam no mercado de trabalho como empregados (veja **GRÁF. 12**).

não trabalha, inclusive a probabilidade de morrer é diferente entre as ocupações (SMITH *et al.*, 1997).

A proporção de pessoas que trabalham também se altera no tempo. É bastante provável que o problema da migração seja até superior que o da mortalidade, já que os indivíduos analisados são de região metropolitana. Hajnal (1953) já alertava que as mudanças de curto prazo podem ser fortemente afetadas pelas mudanças na seletividade da mortalidade e da migração. Uma forma de corrigir este problema seria analisar a razão entre os sobreviventes em uma tabela de vida de pessoas que nunca trabalharam e os sobreviventes da tabela de vida usual, o que resultaria na proporção de pessoas que nunca trabalharam, parcela que deveria ser deduzida para reduzir o efeito da mortalidade seletiva (HAJNAL, 1953).

Neste trabalho a idade mínima foi de 10 anos e a máxima de 64 anos de idade, dado que este é o intervalo da população economicamente ativa. Embora se reconheça que para o caso do primeiro emprego a idade limite está bastante elevada, essa definição inicial não prejudica a análise, já que para seu cálculo escolhe-se o intervalo onde a maior parte das pessoas já realizou a transição, o que ocorre usualmente entre 25 e 35 anos.²⁷ Desse modo, após se somar os valor de nGx foram acrescentados 10 anos. O grupo selecionado foi o de filhos a fim de manter a comparabilidade dos resultados ao longo da dissertação.

$F(x)$ passa a ser a proporção de pessoas que já trabalharam e é expressa da seguinte forma:

$$Fx = \frac{Játrabalharam_{x,x+n}}{Total_{x,x+n}} \quad (3)$$

$G(x)$ é a proporção daqueles que irão trabalhar alguma vez na vida, mas ainda permanecem inativos.

A idade média, ao final, indica quando na vida das pessoas a primeira ocupação ocorre. Espera-se encontrar uma tendência de crescimento da idade, devido ao adiamento da entrada no mercado de trabalho. Para se constatar essa tendência também foi analisada a proporção de pessoas que permanecem sem trabalhar ao final da distribuição, ou seja, o valor de F_{ult} de um ano ($S1(x)$) comparado ao período seguinte ($S2(x)$). Sendo

$$(S2(x)) = [(S1(x))]^k \quad (4)$$

e

$$k = \frac{\log S_2(x)}{\log S_1(x)} \quad (5)$$

²⁷ Ver tabelas no anexo do capítulo 4.

A desvantagem de se analisar através do valor de k é que se assume que a mudança foi igual em todas as idades, o que nem sempre é verdade. Dessa maneira, pode-se analisar a razão entre a proporção de pessoas que nunca trabalharam no intervalo de F_{ult} e a proporção em um intervalo etário mais jovem, como por exemplo, próximo à média. O resultado é a proporção de pessoas que nunca tinham trabalhado quando jovens que permanecem sem trabalhar até o intervalo de F_{ult} . Ambos os resultados são apresentados na seção seguinte.

Hajnal (1953) utilizou essa estratégia para analisar a mudança no padrão Europeu de casamento e observou que, quando há elevação na idade de se casar, há uma elevação na proporção de pessoas que permanecem sem se casar. Espera-se a mesma relação entre o aumento da idade média do primeiro emprego e a proporção no último intervalo etário (F_{ult}). Entretanto, ressalta-se que as razões que elevam a proporção final de pessoas sem nunca terem trabalhado são bastante diferentes das motivações para o não casamento e dificilmente uma pessoa optaria por permanecer sem trabalhar, da mesma maneira que poderia optar por permanecer solteira. Adicionalmente, as dificuldades de se conquistar um emprego são diferentes daquelas de se casar.

Por fim, ressalta-se que apenas nessa seção as estimações por frequência ou não à escola não foram realizadas. Optou-se por dividir os grupos apenas por sexo, dado os pressupostos do modelo, que se trata de uma coorte hipotética. Ao dividir o grupo entre estudantes e não estudantes, uma criança de 10 anos que não freqüentava escola no ano analisado seria considerada, como um indivíduo que não teria freqüentado em nenhum período anterior, da mesma maneira que um jovem com 25 anos, que seria tratado como se não tivesse freqüentado escola até essa idade. Este seria um pressuposto muito forte para a estimação, principalmente entre as idades mais elevadas em que a não freqüência à escola pode indicar a conclusão de um ciclo de estudo, e não necessariamente que o indivíduo nunca tenha freqüentado escola.

4.3. RESULTADOS

Os resultados encontrados por Kassouf (2002a), com o suplemento da PNAD 1999 apontam para uma idade média de 13 anos no Brasil, considerando tanto o meio rural quanto o urbano e não diferencia pelo momento de entrada no mercado de trabalho, ou seja, essa idade é uma média das pessoas entrevistadas em 1999, mas que entraram no mercado de trabalho em momentos muito diferentes. Já Hasenbalg (2003a), utilizando os dados do suplemento da PNAD 1996, calcula a idade média de chefes e cônjuges para homens e mulheres, separadamente, e diferenciando pela data de ingresso no mercado de trabalho, como mostrado a seguir (**QUADRO 2**).

Como o próprio autor ressalta, estes valores devem ser analisados com cautela, já que a condição de cônjuges e chefes impõe um forte viés de seleção, por se tratar de um grupo que já constituíram família, e não considera todo o conjunto de ingressantes no mercado de trabalho neste período. Mas estes resultados já apontam para um aumento na idade de ingresso e para a grande diferença na transição para os homens e mulheres.

QUADRO 2 – IDADE MÉDIA AO INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO, SEGUNDO A EPÓCA, RESULTADOS DE HASENBALG (2003a)

| Data de Ingresso no Mercado de Trabalho | Sexo | Idade no Ingresso |
|--|--------------|--------------------------|
| Até 1967 | Masculino | 11,08 |
| | Feminino | 11,44 |
| | Total | 11,21 |
| 1968-1979 | Masculino | 12,87 |
| | Feminino | 14,13 |
| | Total | 13,39 |
| 1980-1989 | Masculino | 14,54 |
| | Feminino | 16,46 |
| | Total | 15,45 |
| 1990-1996 | Masculino | 17,84 |
| | Feminino | 22,46 |
| | Total | 21,17 |
| Total | Masculino | 12,40 |
| | Feminino | 14,17 |
| | Total | 13,13 |

Fonte: Hasenbalg, 2003a., página 161.

Camarano *et al* (2006), ao utilizar uma metodologia de coorte hipotética e os dados de Censos Demográficos, encontram uma idade média para os homens de 17 anos em 1980 e 18 anos em 2000. E, para as mulheres, 16 anos, em 1980 e 18 anos, em 2000.

Por outro lado, salienta-se que estes trabalhos não possuem comparabilidade com os resultados desta dissertação, embora em alguma medida e em alguns grupos analisados os resultados se aproximem. A não comparabilidade dá-se tanto pela área geográfica estudada, quanto pela base de dados utilizada e metodologia empregada, já que o primeiro trabalho utiliza um questionário suplementar com características de coleta peculiares, com representatividade nacional e o segundo analisa apenas os chefes e cônjuges no domicílio, também com dados para todo o Brasil. O terceiro utiliza dados igualmente nacionais. No que concerne à metodologia, exceto o trabalho de Camarano *et al* (2006), não tem uma perspectiva de ciclo de vida e não consideram todo o conjunto populacional, mas apenas aqueles que já ingressaram no mercado de trabalhando, excluindo aqueles que ainda vão ingressar do cálculo da idade média. Dessa forma, essa dissertação representa igualmente uma contribuição metodológica para um cálculo mais preciso da idade média, que ao mesmo tempo confirma a tendência já observada.

Como já verificado por estes e outros autores a idade média da primeira ocupação tem se elevado ao longo do tempo. Observa-se que, em 1983 era 17,30 anos, na década seguinte passa a ser 18,54 anos e, em 2001, 19,12 anos (resultados bastante similares de Camarano *et al*, 2006). Em todos os grupos houve elevação na idade, sendo que entre as mulheres de 1992 a 2001 esse aumento foi muito pequeno e entre os homens o aumento foi maior, se aproximando a um ano por década. Esses resultados confirmam a tendência já constatada por Hasenbalg (2003a) e por Camarano *et al* (2006), principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, em que há aproximadamente um ganho de 1 ano para os homens e 1,5 a 2 anos para as mulheres. Como destacado pelo próprio Hasenbalg, embora tenha ocorrido uma elevação na idade em que se começa a trabalhar, o que pode estar fortemente associado com a elevação da escolaridade entre a população jovem, esse aumento é considerado baixo dentro dos padrões internacionais. Ademais, não se podem desconsiderar as mudanças ocorridas na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, ao longo desse período.

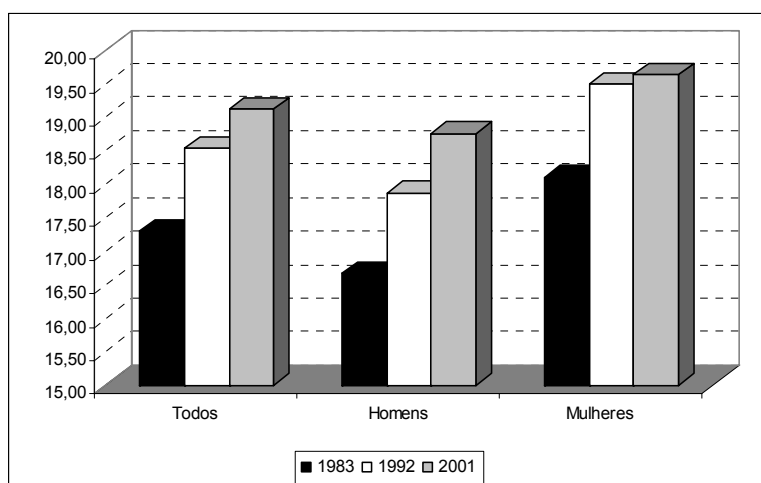
A **TAB.13** e o **GRAF.1**, abaixo, apresentam os resultados.

TABELA 13 – IDADE MÉDIA DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO POR GRUPOS ANALISADOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 e 2001

| Idade Média | | | |
|-------------|-------|-------|-------|
| Grupo | 1983 | 1992 | 2001 |
| Todos | 17,30 | 18,54 | 19,12 |
| Homens | 16,67 | 17,87 | 18,76 |
| Mulheres | 18,11 | 19,50 | 19,63 |

Fontes de Dados: PME, 1983, 1992 e 2001.

GRÁFICO 1 - IDADE MÉDIA DA OCUPAÇÃO POR GRUPOS ANALISADOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 e 2001



Fontes de Dados: PME, 1983, 1992 e 2001.

Um aumento na idade média de inserção no mercado de trabalho indica um prolongamento na condição de inatividade que não parece ser justificado apenas pelo prolongamento dos estudos, já que se sabe que no Brasil, os jovens não necessariamente entram para o mercado de trabalho após completarem os estudos. O momento de entrada é da mesma maneira importante, já que condições piores para encontrar trabalho podem desestimular os jovens, que decidem adiar sua entrada no mercado de trabalho (ROSENBAUM, *et al*, 1990) ou esse adiamento pode ser dado via desemprego, já que se está tratando da primeira ocupação e não apenas da inserção na vida ativa. Vários estudos apontam para um aumento do desemprego entre as décadas de 1980 e 1990 (OIT, 2001; POCHMAN, 2000).

Flori (2004) utilizando os dados para as seis regiões metropolitanas da PME, durante 1983 a 2002, decompôs a taxa de desemprego dos jovens em duração ou taxa de entrada no desemprego e comparou sua decomposição com a taxa de desemprego dos

adultos e idosos. Ao final, concluiu que o principal responsável pela magnitude da taxa de desemprego entre os adultos e idosos é a duração média do desemprego; já para os jovens, essa diferença não se verifica, pois tanto a duração quanto a entrada no desemprego contribuem igualmente para o alto desemprego juvenil. Porém a duração média no desemprego entre os jovens é tão alta quanto entre os adultos e idosos, mas, eles apresentam uma taxa de entrada no desemprego é maior. Dessa forma, a rotatividade não só é maior entre os jovens, mas também é o principal determinante do desemprego entre este grupo.

A dificuldade de se conseguir o primeiro emprego pode igualmente afetar a idade média, já que uma demora em se encontrar um trabalho adie a entrada na primeira ocupação. Flori (2004) também decompôs a taxa de desemprego dos jovens entre os jovens que já trabalharam antes e os que estavam buscando o primeiro emprego.

“A taxa de entrada no desemprego dos jovens que já trabalharam antes é bem maior que a dos que estão em busca do primeiro emprego. Os resultados mostram que pouco mais de 10% dos jovens que entram no desemprego, nesse período estudado, estão à procura do primeiro emprego, enquanto mais de 80% deles já tiveram empregos anteriormente” (FLORI, 2004:9).

Desse modo, esses resultados desmistificam o papel do desemprego na procura pela primeira ocupação, inclusive como influência na idade de inserção na primeira ocupação. Ademais, muitos jovens que nunca trabalharam e estão procurando emprego podem não se considerarem desempregados, se declarando como inativos, principalmente entre aqueles que estudavam.

As diferenças entre homens e mulheres diminuíram entre 1983 e 2001, no primeiro período era de 1,44 anos, em 1992, de 1,63 anos e, em 2001, de 0,87 ano. A transição para a vida adulta e, inclusive para a entrada no mercado de trabalho, é bastante diferente entre homens e mulheres. Camarano *et al* (2004), analisando os dados das PNADS 1982 e 2002, concluem que o processo de transição das mulheres diverge do observado entre os homens. Tanto em 1982 quanto em 2002, observou-se que ela ocorre cerca de três anos mais cedo entre as mulheres, o que está fortemente associado a casamentos e uniões de mulheres com homens mais velhos. Por outro lado, entre 1982 e 2002

“novas formas de transição parecem estar ocorrendo entre as mulheres jovens, com possíveis influências no postergamento da saída da casa dos pais. Em 1982, a saída de casa dava-se, principalmente, pelo casamento, ou seja, por estar assumindo o papel de cônjuge. Novos papéis foram criados nos 20 anos analisados. Cresceu o número de mulheres jovens que saem de casa na condição de chefes e de homens na condição de cônjuges” (CAMARANO et al, 2004:16).

Além disso, outras mudanças com relação à transição para a vida adulta são uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho, embora elas estejam adiando sua

entrada e obtendo uma maior escolarização. Entre os homens, além do adiamento na inserção no mercado de trabalho, também parece que eles estão adiando o casamento e a formação de um novo domicílio (CAMARANO *et al*, 2006, 2006a)

Continuando a análise do adiamento na entrada no mercado de trabalho. A **TAB.14** abaixo apresenta o cálculo do índice *k*, onde se observa, em todos os anos e grupos estudados, uma elevação de no grupo final que permanece na categoria que nunca trabalhou. Esse percentual varia de 1% entre as mulheres, no período de 2001 em relação a 1992, a 12% entre os homens no período de 1992 em relação a 1983.

TABELA 14 – CÁLCULO DO ÍNDICE K PARA ANÁLISE DA PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE PERMANECEM SEM TRABALHAR - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 e 2001

| Grupo | 1983 | | 1992 | | 2001 | | Cálculo do K | |
|----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------|-----------|
| | Idade | % | Idade | % | Idade | % | 1983/1992 | 1992/2001 |
| Todos | 25 | 12,15 | 30 | 15,34 | 30 | 17,34 | 1,09 | 1,04 |
| Homens | 25 | 8,22 | 30 | 10,52 | 30 | 13,53 | 1,12 | 1,11 |
| Mulheres | 25 | 17,39 | 35 | 21,24 | 30 | 21,99 | 1,07 | 1,01 |

Fonte de Dados: PME, 1983, 1992 e 2001.

A **TAB.15** a seguir apresenta a proporção dos indivíduos que permanecem sem trabalhar através da comparação de $S_1(x)$ e $S_2(x)$, que é uma outra forma de se analisar a questão do adiamento da transição. Observa-se que apenas entre os homens no período de 1983 e 1992 a proporção é menor do que a esperada; embora a idade média tenha aumentado. Não houve muita diferença entre os índices de um ano e outro, ou seja, a queda parece ter sido constante entre os três períodos. Os resultados foram um pouco diferentes dos encontrados com o método anterior, mas ambos apontam para a mesma tendência.

Essas diferenças podem ser explicadas pelo próprio pressuposto de que a queda foi a mesma para todas as idades, no cálculo do índice *k*. Como é de se esperar que a queda seja mais acentuada nas primeiras idades, pode haver diferença entre os dois métodos. Mas, ressalta-se que a tendência é bastante similar.

TABELA 15 – ANÁLISE DA PROPORÇÃO DE PESSOAS QUE PERMANECEM SEM TRABALHAR ATRAVÉS DA COMPARAÇÃO ENTRE S_1 E S_2 - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 e 2001

| Grupo | % nunca trabalharam 15-19 | | | S_1^* | | | cálculo do índice | | S_2 | | S_1/S_2 | |
|----------|---------------------------|-------|-------|---------|-------|-------|-------------------|------|-------|-------|-----------|------|
| | 1983 | 1992 | 2001 | 1983 | 1992 | 2001 | 1983 | 1992 | 1992 | 2001 | 1992 | 2001 |
| Todos | 52,7 | 66,19 | 73,4 | 12,15 | 15,34 | 17,34 | 0,23 | 0,23 | 15,26 | 15,34 | 1,01 | 1,13 |
| Homens | 43,68 | 57,9 | 68,77 | 8,22 | 10,52 | 13,53 | 0,19 | 0,18 | 10,90 | 10,52 | 0,97 | 1,29 |
| Mulheres | 62,83 | 75,31 | 78,51 | 17,39 | 21,24 | 21,99 | 0,28 | 0,28 | 20,84 | 21,24 | 1,02 | 1,04 |

Fonte de Dados: PME, 1983, 1992 e 2001.

A queda entre os períodos pode ser afetada pelo rápido declínio no período intermediário. Além disso, vale ressaltar que essas mudanças podem ser em certa medida afetadas pela migração e mortalidade (HAJNAL, 1953). Destaca-se que no contingente analisado nesta dissertação esses problemas podem ser bastante influentes, visto que se trata de regiões metropolitanas, onde tanto a mortalidade por causas externas, especialmente entre os jovens, quanto a migração são expressivas.

No caso da mortalidade, Santos *et al*, (2001) destacam que vítimas de homicídios concentram-se na periferia da área mais urbanizada. Em Recife, Barros *et al* (2001) observam que entre 1979 e 1995 os coeficientes de mortalidade por causas externas mostraram crescimento, sobretudo de homicídios entre os adolescentes, em que se observaram um aumento anual médio de 3,05 e um aumento relativo de 601, 3% ao longo da série. Em 1995, mais de 90% desses homicídios foram causados por armas de fogo.

Guimarães *et al* (1995) encontram um crescimento expressivo das mortes por causas externas no Recife, entre 1980 e 1991. Em 1980, o número de homicídios era de 9,8 por 100.000 habitantes, entre 10 e 19 anos. Já em 1991 passou a ser 39,5 por 100.000 habitantes. Em Salvador, Freitas *et al* (2000) estimaram um aumento de 34,6% no número de mortes violentas entre os anos de 1988 e 1994. As maiores taxas de mortalidade ocorreram entre o sexo masculino nas faixas etárias de 20-29 (192,0 a 262,0/100.000) anos e de 65 anos ou mais (188,7 a 258,1/100.000).

Não somente a morte por causas externas (ou violentas) chama a atenção na mortalidade entre a faixa etária de 15 a 24 anos. Vermelho e Jorge (1996), ao estudarem a mortalidade de jovens (15 a 24 anos) das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1930 a 1991, observaram que doenças cardiovasculares, respiratórias e, mais tarde, a AIDS, também se destacaram. Embora, após 1960, seja evidente que as causas violentas passaram a ocupar a primeira posição, principalmente acidentes de trânsito e homicídios.

A migração nas regiões metropolitanas, apesar de ter sido no passado expressiva, já que estas regiões eram receptoras de um grande contingente de pessoas, atualmente não é expressiva e o crescimento populacional tem diminuído, ao longo do tempo.

No período 1970/80 já se podia evidenciar um arrefecimento no ritmo de crescimento da população residente nessas áreas: a taxa média de crescimento populacional metropolitano passou de 4,7% a.a., em 1960-70, para 3,8%, em 1970-80. Mesmo assim, o volume migratório que havia se dirigido para essas metrópoles justificava apontar um padrão crescente de concentração populacional. Nos anos 80, no entanto, a taxa de crescimento da população metropolitana nacional apresentou um decréscimo considerável, registrando 1,99% a.a., baixando para 1,5% a.a. entre 1991-96 (BAENINGER, 1998:15).

4.4. COMENTÁRIOS FINAIS

Ao final deste capítulo é possível constatar o adiamento da entrada no mercado de trabalho, entre 1983 e 2001, do total de jovens e também de homens e mulheres separadamente, tanto pelo aumento da idade da primeira ocupação, quanto pelo contingente de pessoas que permanecem sem trabalhar. Entre os homens houve o maior aumento da idade média, aproximadamente um ano por década. Um aumento na idade média de inserção no mercado de trabalho indica um prolongamento da condição de inatividade que não parece ser justificado apenas pelo prolongamento dos estudos, já que se sabe que muitos jovens combinam ambas as atividades. Mas pode ser explicado conjuntamente com a dificuldade decorrentes do mercado de trabalho, bem como mudanças culturais na transição para a vida adulta.

Tendo em vista a necessidade de se explorar outras dimensões da transição para a atividade, além da idade, a fim de se verificar mudanças no padrão de inserção e compreender melhor o processo de ingresso no mercado de trabalho o próximo capítulo apresenta outros resultados que virão a corroborar os aqui encontrados. Além disso, pretendeu-se separar a análise entre a inserção para a ocupação e o desemprego de inserção, ou a procura pelo primeiro emprego.

5. TRANSIÇÕES PARA A ATIVIDADE

Esse capítulo tem dois objetivos principais. O primeiro é identificar se o padrão de inserção no mercado de trabalho tem mudado ao longo do tempo. As principais mudanças que se pretende verificar são com relação ao padrão etário por sexo e se o jovem freqüenta ou não escola. Dessa maneira, não somente as mudanças ao longo do tempo foram exploradas, mas também as diferenças entre os grupos. Para se alcançar esses objetivos foram calculadas as taxas específicas de transição, por sexo e idade, e freqüência ou não à escola e idade e construídas tabelas de sobrevivência simples. Ressalta-se apenas que como se está analisando o momento da transição é possível separar as estimativas entre quem freqüenta ou não escola já que essa informação refere-se exatamente ao ano de entrada no mercado de trabalho, diferentemente da técnica utilizada no capítulo anterior. Um outro elemento é adicionado à discussão do capítulo quatro é a análise da inserção no mercado de trabalho pela condição de ocupação. O segundo objetivo é caracterizar o grupo que ingressa no mercado de trabalho e pontuar algumas características da primeira ocupação dos jovens que se inseriram na vida produtiva.

5.1. TABELA DE SOBREVIVÊNCIA

A tabela de sobrevivência, adotada neste trabalho, corresponde a uma tabela de coorte hipotética e não real, em que se tem como ponto de partida as taxas de transição de um período; essa tabela é também conhecida como tabela de sobrevivência de período. Assume-se, portanto, que a população é estacionária, isto é, que apresenta taxas de transição constantes e é fechada²⁸. Dessa maneira, a tabela de sobrevivência apenas informa o que deveria ocorrer a uma coorte hipotética sob um conjunto de condições de transição para o primeiro emprego. Sob essas condições a taxa de transição de período é igual a de coorte. Desse modo, assume-se, igualmente, que na tabela de sobrevivência, a transição para a atividade de período é igual a de coorte:

$${}_n m_x = {}_n M_x$$

Em seguida, calcularam-se os valores de l_x , ou seja, o número de pessoas que atinge a idade exata x a cada ano sem realizar a transição para a população economicamente ativa.

²⁸ Da mesma forma que no método anterior, ressalta-se que a questão da migração é bastante complicada ao se analisar as regiões metropolitanas.

Sendo l_0 a raiz da tabela, valor utilizado é 100.000; esse valor é arbitrário e independente do tamanho da população em estudo. Os próximos valores de l_x serão iguais a:

$$l_{x+n} = l_x - {}_x d_n. \quad (6)$$

Onde ${}_n d_x$, significa a quantidade de jovens que deixam a inatividade:

$${}_n d_x = {}_n q_x * l_x \quad (7)$$

O valor de anos-pessoas que não realizaram a transição (número de pessoas com a idade exata entre x e $x+n$ ainda na inatividade) é dado por:

$${}_n L_x = \frac{n}{2} \times l_{x+n} + \frac{n}{2} \times l_x \quad (8)$$

O cálculo do último intervalo (L_w) corresponde a :

$$L_{w+} = l_w \times \ln(l_w) \quad (9)$$

A população de jovens inativos acumulada a partir da idade x , isto é, o número de pessoas com x anos ou mais inativos foi calculado da seguinte forma:

$$T_x = \sum_{a=x}^{\infty} {}_n L_a \quad (10)$$

Tendo calculado os valores de T_x calculou-se o valor da esperança de vida para cada grupo etário, conforme a fórmula abaixo:

$$e_x^0 = \frac{T_x}{l_x} \quad (11)$$

A esperança de vida, neste trabalho, é compreendida como o número médio de anos que um jovem, que esteve inativo até os 15 anos de idade, espera permanecer na inatividade até transitar para a atividade (seja na situação de ocupado ou de desocupado).

5.2. RESULTADOS

Inicialmente, optou-se por analisar as curvas de transição, ou seja, a taxa específica da saída do estado de inatividade para a atividade, tanto na condição de ocupado, quanto na de desocupado até os 29 anos. A importância destas taxas é que elas são a base da tabela de sobrevivência. O objetivo é apenas descrever o comportamento etário da transição, portanto, o intervalo mais extenso não prejudica a análise, pelo contrário, auxilia a apontar mudanças ao longo do tempo. Ademais, essa análise também subsidiou a escolha do intervalo etário de 15 a 24 anos para a construção das tabelas de sobrevivência (analisadas no tópico 5.2.1 a seguir), já que a partir dessa idade há uma queda acentuada na taxa de transição, assim como na quantidade de jovens na condição de filhos, como analisado anteriormente (tópico 3.4).

O formato das curvas é bastante similar nos três períodos analisados, destaca-se que no grupo de 15 a 19 anos há maior possibilidade de não realizar a transição do que realizá-la e essa tendência segue até os 22 anos em 1983 e 2001. Após este período as taxas de transição caem e tendem a se tornar menores que a da não transição. Embora entre 15 e 19 anos a maior tendência seja de permanecer na inatividade, é nessa faixa etária onde ocorrem as maiores taxas de entrada no mercado de trabalho pela primeira vez, que tendem a diminuir após este grupo etário.

Apesar do padrão das curvas ser semelhante entre os três anos analisados, o nível se difere entre eles e é possível observar uma menor taxa de transição entre os jovens de 15 a 19 anos em 2001. Nas décadas anteriores as taxas entre 15 e 19 anos eram bastante similares em todo o intervalo. Isso fica mais claro ao se analisar as curvas de transição para a condição de ocupado ou para a de desocupado, uma vez que é possível perceber um deslocamento das curvas entre as idades mais jovens, o que pode indicar uma mudança no padrão etário de inserção.

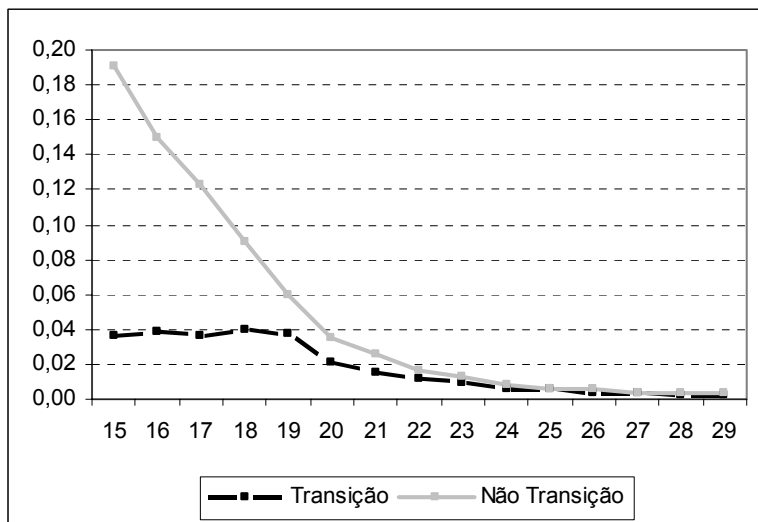
Na década de 1980, as taxas de transição tanto para a situação de ocupado como para a de desocupado eram elevadas até os 18 anos e depois tendiam a cair. Já em 1992 nota-se uma queda significativa até os 17 anos com um pico (inexistente anteriormente) aos 18 anos com tendência à queda em seguida na curva dos jovens empregados. Na curva de desempregados há dois picos: um aos 16 anos e outro aos 20 anos. Em 2001, por sua vez, a curva apresentou uma queda ainda maior até os 17 anos, com um pico também aos 18 anos, só que com um nível inferior ao do período anterior.

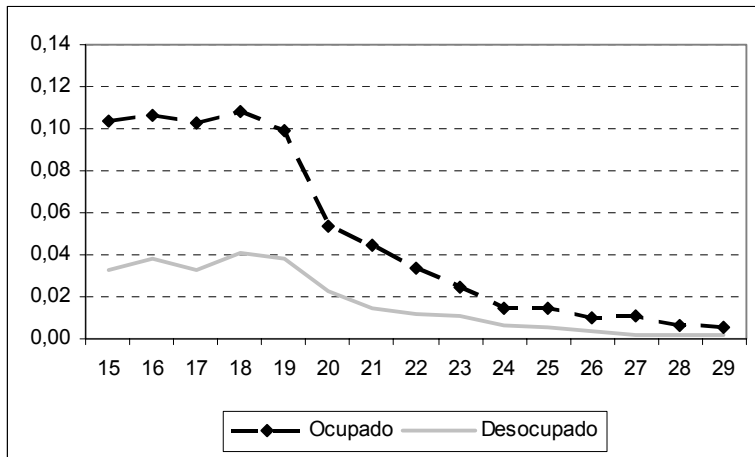
Por fim, destaca-se apenas, que em todos os períodos as taxas de ocupação são superiores às de desocupação, tendendo a se igualar nas idades mais avançadas, ou seja, após os 24 anos, na década de 1980, 26 anos em 1992 e apenas aos 28 anos em 2001. Novamente, se observa uma mudança no comportamento etário, provavelmente devido ao adiamento na entrada na vida produtiva.

Todas essas mudanças parecem corroborar a hipótese do adiamento da entrada na vida produtiva pelos jovens. O adiamento da entrada no mercado de trabalho, como já abordado, é decorrente principalmente da maior escolarização ao longo do tempo, o que parece estar atingindo mais os jovens até 17 anos. Hasenbalg (2003a) constata um aumento no número de jovens que freqüentam a escola entre 15-19 anos, com sua diminuição na PEA durante as décadas de 1980 e 1990, o que demonstra uma melhoria na capacidade de retenção dos estudantes no sistema escolar. Além disso, o autor destaca que a expansão educacional ocorrida entre 1981 e 1990 apresentou um impacto menor na diminuição da PEA juvenil do que a expansão ocorrida na década de 1990, o que também é apontado com os dados do **GRÁF.2**.

GRÁFICO 2 - TAXAS ESPECÍFICAS DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO POR IDADE – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

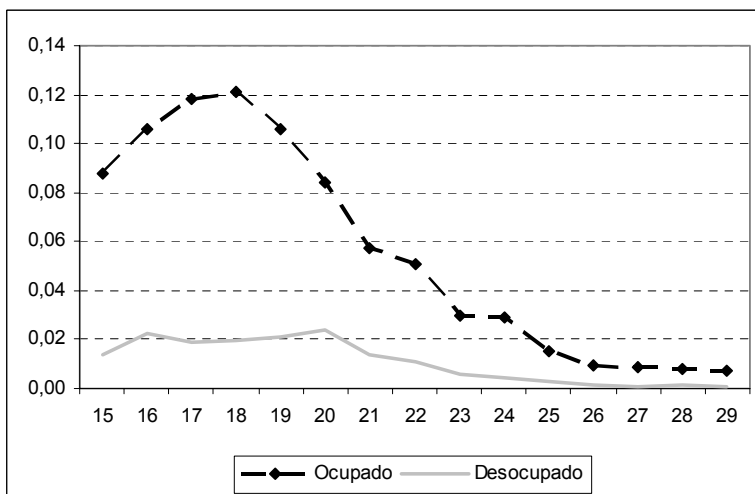
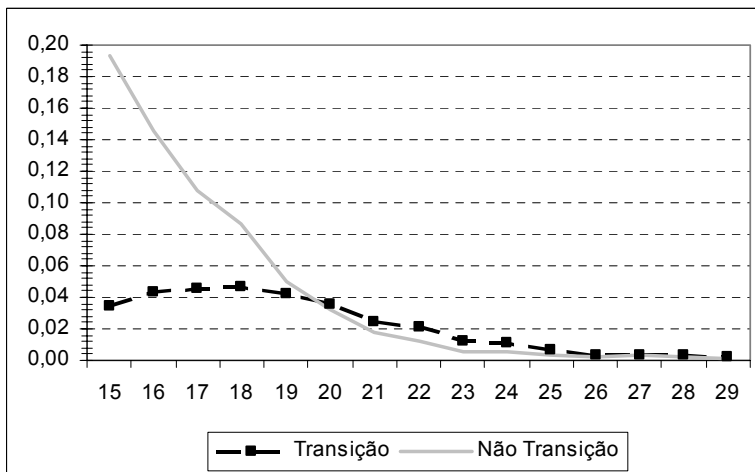
2A) 1982/1983





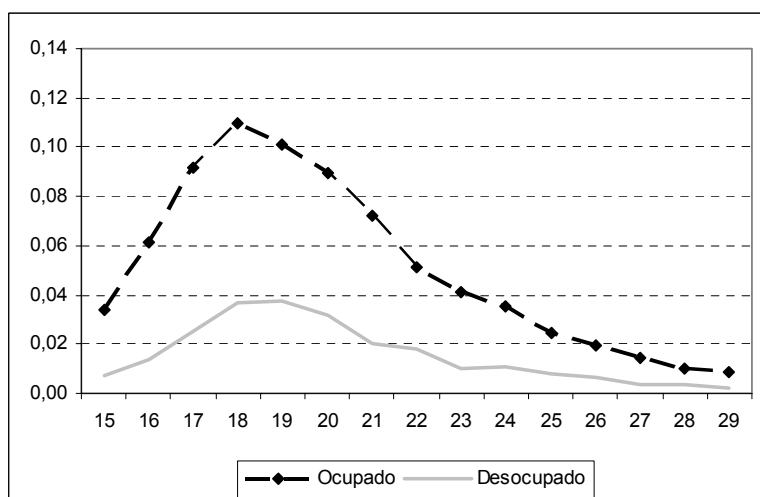
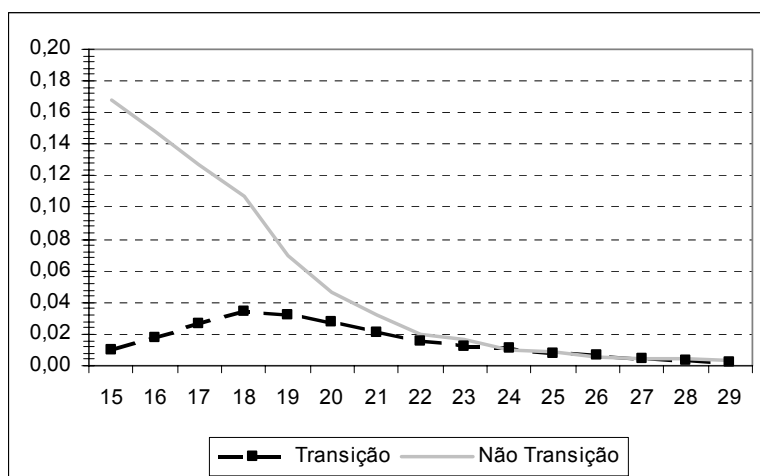
Fonte de Dados: PME, 1982/1983.

2B) 1991/1992



Fonte de Dados: PME, 1991/1992.

2C) 2000/2001



Fonte de Dados: PME, 2000 e 2001.

Ao se analisar as taxas específicas por sexo há três pontos importantes para se discutir: 1) de maneira geral, os homens apresentam taxas de transição superiores às das mulheres; 2) houve queda nas taxas de transição masculinas e elevação das taxas de transição feminina, que por consequência levam ao terceiro tema, a aproximação dos padrões feminino e masculino.

Nas últimas décadas, e principalmente no período analisado, de 1983 a 2001, houve um grande aumento da participação feminina na PEA. Leme e Wajnman (2003) apontam para um crescimento de 16,5p.p. entre 1977 e 1997. Além disso, observa-se um deslocamento do pico de atividade para as idades mais maduras, movimento este que é igualmente observado no **GRÁF.3** já que em 1983 e 1992 as taxas de transição entre as mulheres eram superiores que as dos homens a partir de 20 anos, com uma maior diferença

no segundo período. Ademais, há uma queda entre as mulheres e também entre os homens, da transição nas idades mais jovens. Entre 1983 e 1992 já é possível perceber essa mudança, mas em 2001, houve uma forte diminuição da transição para o mercado de trabalho entre as idades de 15 e 19 anos.

Os resultados de Leme e Wajnman (2003) confirmam a hipótese de que o ciclo de vida é um importante preditor para o comportamento da atividade feminina. Além disso, o crescimento da atividade feminina está fortemente associado à queda da fecundidade e ao crescimento da escolaridade, sendo menos sensíveis às variáveis econômicas, que em seu trabalho, foram consideradas variáveis de período, como renda per capita, PIB serviços e salário-hora.

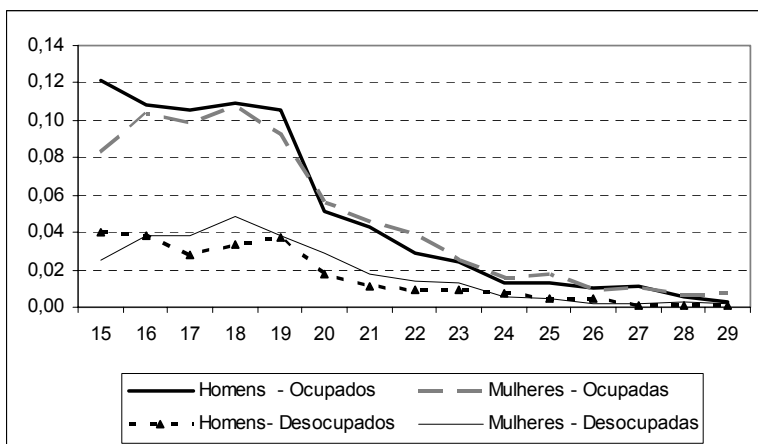
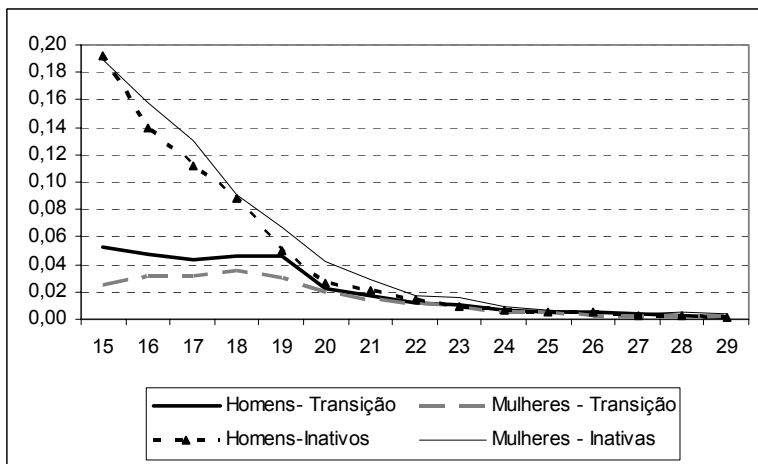
Por outro lado, a participação masculina na PEA caiu nos anos noventa, como salientado por Wajnman *et al* (1998) e é bastante visível a queda nas taxas de transição entre 2000 e 2001, nos gráficos que se seguem. Dessa forma, com o aumento da participação feminina na PEA, o padrão etário de inserção no mercado de trabalho tem se aproximado entre ambos os sexos, em 2001, sendo mais similar a partir dos 20 anos, já que entre 15 e 19 anos, os homens, em 2001, mantiveram suas taxas de transição superiores.

Ao se analisar os gráficos referentes às taxas de transição para a situação de ocupados ou para a de desocupados, observa-se que a curva do desemprego acompanha à da ocupação, já que é maior nas idades até 20 anos e declina posteriormente. Além disso, em todos os períodos, as taxas para todas as idades de desocupação feminina são superiores às masculinas. Dessa maneira, percebe-se que embora sua participação no mercado de trabalho tenha aumentado, sua inserção ainda é mais precária do que a dos homens, o que inclui não somente o desemprego, mas a informalidade e os menores rendimentos²⁹.

²⁹ Algumas referências sobre o assunto: WAJNMAN, QUEIROZ e LIBERTATO, 1998.; LEME e WAJNAMAN, 2000a; OLIVEIRA, 2003.

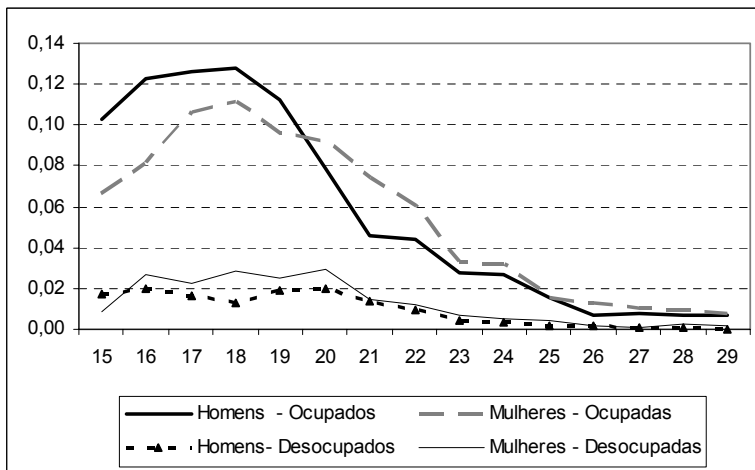
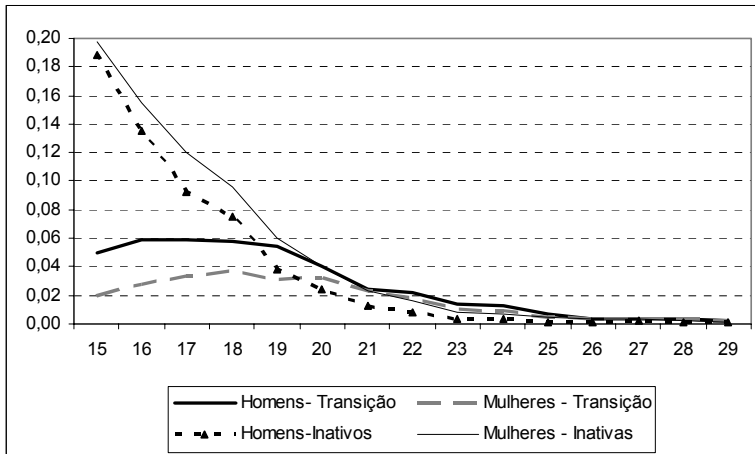
GRÁFICO 3 - TAXAS ESPECÍFICAS DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO POR IDADE E SEXO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

9A) 1982/1983



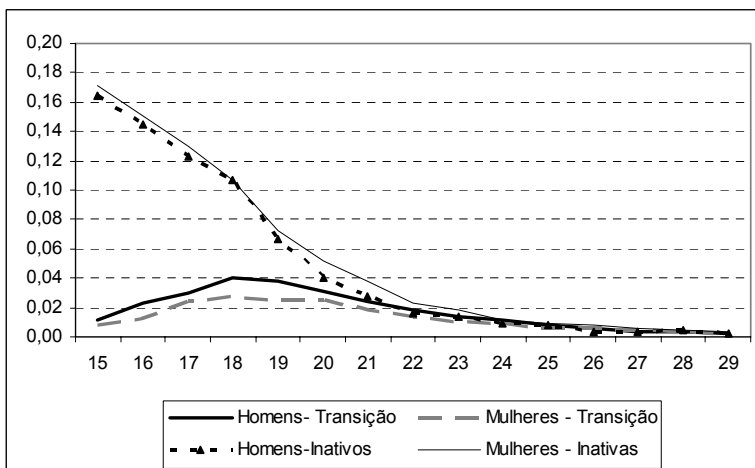
Fonte de Dados: PME, 1982/1983.

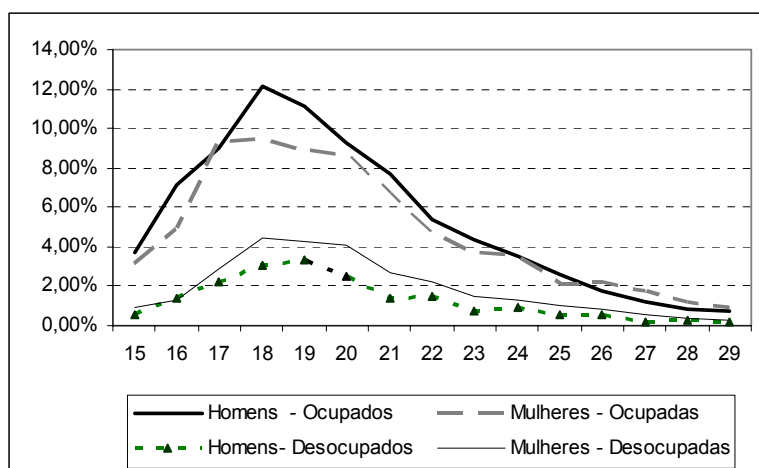
9B) 1992/1993



Fonte de Dados: PME, 1991 e 1992.

9C) 2000/2001





Fonte de Dados: PME, 2000 e 2001.

Ao se analisar o grupo daqueles que freqüentam escola em contraposição aos jovens que não são estudantes, nota-se que em todos os períodos a inatividade é maior entre os que estão na escola até os 19 anos de idade. A partir desta idade, o nível da curva se aproxima, como em 1992, ou a taxa se torna menor, como em 1983 e 2001, o que indica que a partir de uma determinada idade, indiferente do jovem ser ou não estudante, ele provavelmente entrará no mercado de trabalho. Esse resultado, ao mesmo tempo, indica uma acumulação de trabalho e estudo. Esse fenômeno foi igualmente evidenciado por Leme e Wanjman (2000), Corseuil *et al* (2001) e mais recentemente por Tomás (2006) e Camarano *et al* (2006), neste último trabalho as autoras discutem se a combinação de uma atividade típica do mundo jovem e uma do mundo adulto pode ser considerada uma nova forma de transição para a vida adulta ou uma etapa adicional nesse processo.

Não é razoável, portanto, considerar que a entrada no mercado de trabalho se realiza apenas após a conclusão da educação formal, esse modelo é o encontrado entre os países desenvolvidos, mas não é a realidade brasileira e nem de muitos países latino americanos. Ao longo do tempo, as taxas de transição entre 15 e 17 anos diminuíram bastante, inclusive um novo padrão etário parece estar se configurando, já que em 1983 a curva de transição dos estudantes apresentava taxas superiores entre 15 e 19 anos, tendendo a cair posteriormente. Em 1992, há uma grande diminuição da taxa de transição aos 15 anos, que cai cerca de 50%, mas permanece bastante similar nas outras idades. Já em 2001, a queda é grande para todas as idades até 19 anos, demonstrando mais uma vez a capacidade de retenção dos jovens na escola.

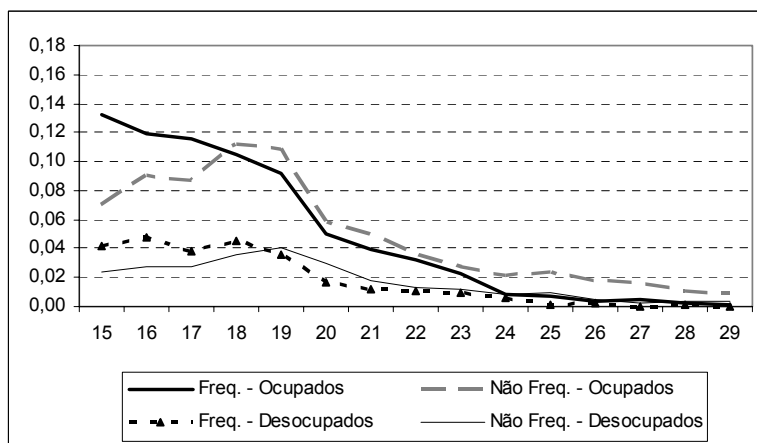
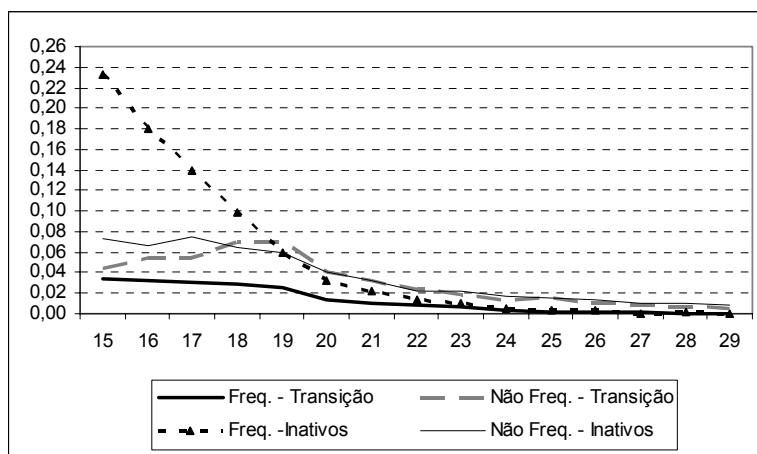
Por outro lado, as taxas de transição para a PEA são sempre superiores entre quem não freqüenta escola, principalmente nas idades mais jovens, o que aponta para a relação

entre menor frequência escolar e ingresso antecipado ao mercado de trabalho. Além disso, a curva de transição dos jovens que não estudam é superior à curva de permanência na inatividade. Esse padrão foi encontrado em diversos países pelo trabalho do National Research Council (2005); a variação observada entre os países deve-se à carga horária da escola. Acrescenta-se ainda, que examinando as curvas de quem transita para a situação de ocupado, em todos os períodos as taxas de ocupação eram superiores para os estudantes apenas até os 18 anos, após essa idade eram inferiores, apontando novamente para uma acumulação das duas atividades.

Após as considerações sobre as taxas originárias da tabela de vida, a próxima seção apresenta a discussão com os indicadores da tabela de sobrevivência. Todos os resultados assinalam uma mesma direção.

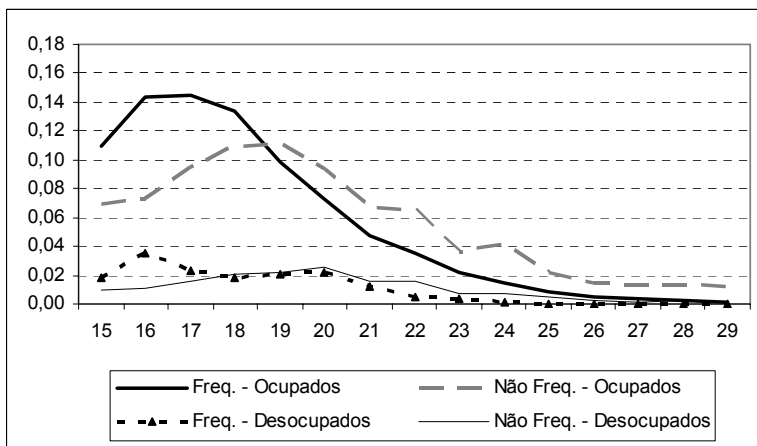
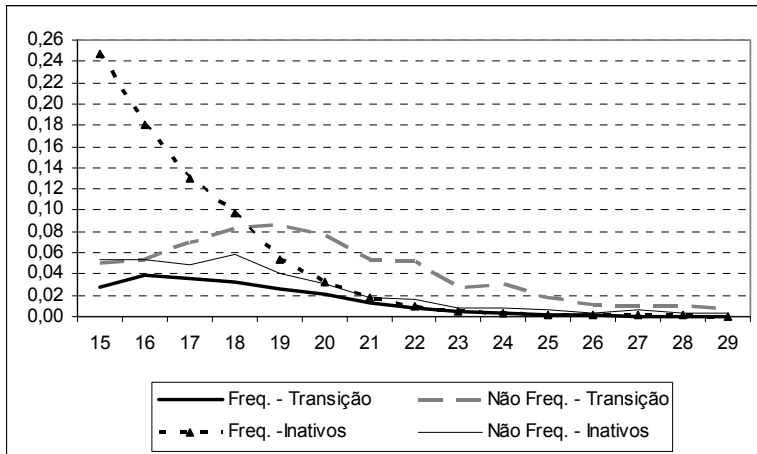
GRÁFICO 4 - TAXAS ESPECÍFICAS DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO POR IDADE E POR FREQUÊNCIA OU NÃO À ESCOLA – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

10A) 1982/1983



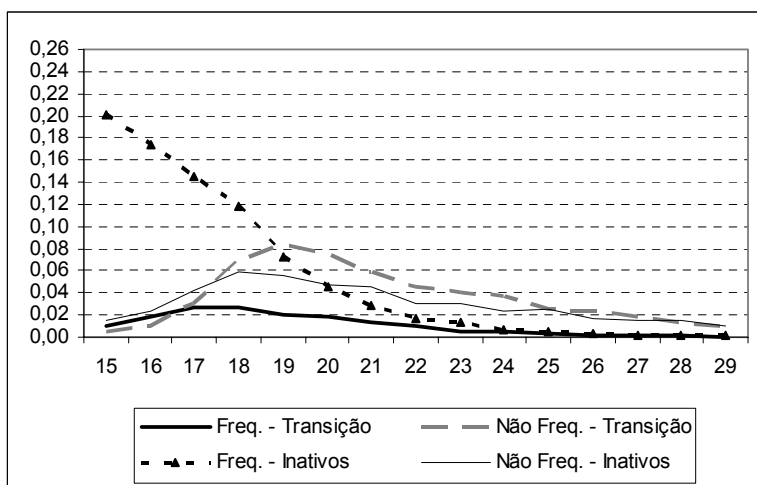
Fonte de Dados: PME, 1982 e 1983.

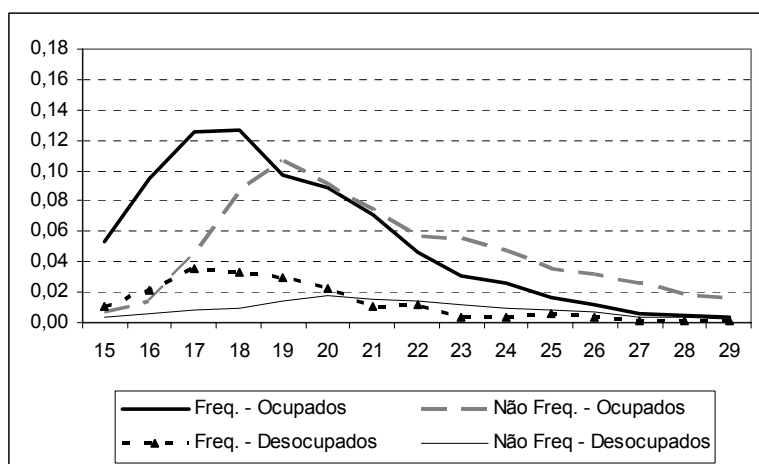
10B) 1991/1992



Fonte de Dados: PME, 1991/1992.

10C) 2000/2001





Fonte de Dados: PME, 2000 e 2001.

5.2.1. INDICADORES SINTÉTICOS DA TABELA DE VIDA

A análise dos indicadores da tabela de sobrevivência possibilita mais uma vez, perceber as diferenças na inserção na vida produtiva entre homens e mulheres e entre estudantes e não estudantes e, ainda, observar as mudanças ocorridas no padrão etário na inserção na atividade dentro destes grupos. E por fim, é possível analisar a questão do adiamento da entrada no mercado de trabalho.

Dois são os indicadores analisados nesta seção: a esperança de vida e o número de pessoas ano que permanece na inatividade por idade. A esperança de vida corresponde ao número médio de anos que se espera passar na inatividade, dado que esteve inativo até os 15 anos. A vantagem deste indicador é não ser influenciado pela estrutura etária, podendo, portanto, ser comparado entre diferentes grupos. O valor de l_x indica o contingente de jovens por idade que permanece inativo, a análise do nível das curvas indica uma entrada anterior ou postergada entre os grupos e períodos analisados³⁰.

A **TAB.16** e o **GRAF.5** apresentam os valores das expectativas de vida que apontam para o adiamento na entrada no mercado de trabalho, ao longo das décadas analisadas, para ambos sexos e tanto pra os jovens que estão na escola quanto para aqueles que não estão, já que entre 1983 e 1992 há uma variação de cerca de 30% na esperança de vida aos quinze anos. A maior variação foi entre os homens com uma queda de quase 38% e a menor foi entre as mulheres 23,1%. Essa alta queda entre os homens, como já apontada na análise das taxas específicas de transição, corrobora o argumento de uma possível aproximação do padrão de transição entre os homens e as mulheres.

³⁰ As tabelas de vida são apresentadas na primeira parte do ANEXO do capítulo 5.

Um dado interessante é uma leve queda da esperança de vida entre o período de 1983 e 1992, para todos os grupos, esse resultado pode indicar que a expansão educacional na década de 80-90 não teve o mesmo efeito na diminuição da participação dos jovens na PEA (HASENBALG, 2003a). Como a queda não foi grande pode-se considerar que a duração da inatividade permaneceu próxima a da década anterior, mesmo com a mudança no padrão etário já observado.

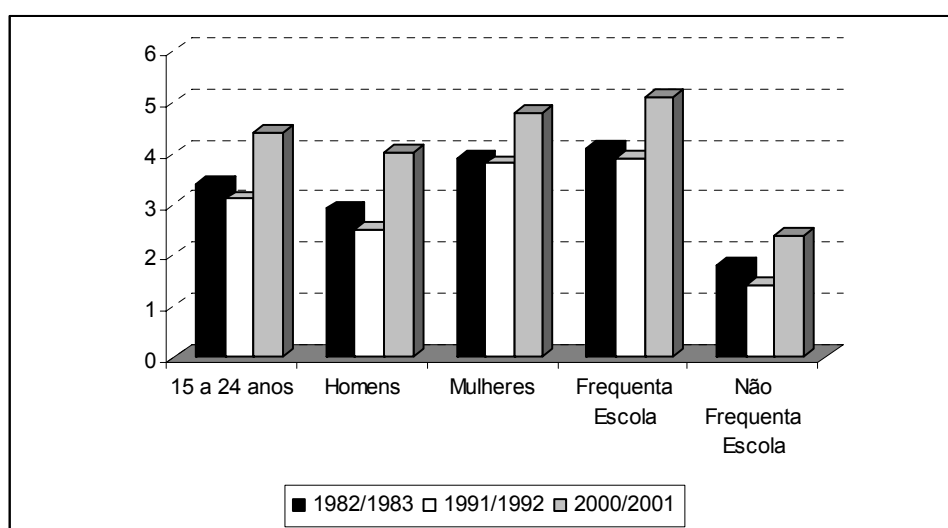
Ressalta-se ainda que não considerar essa leve queda da esperança de vida como uma indicação de queda na idade em que se começa a trabalhar é uma decisão pautada também nos resultados do capítulo anterior, onde se encontra uma elevação na idade da primeira ocupação. Dado que as técnicas utilizadas e a construção do banco de dados são distintas, essas pequenas diferenças são esperadas, mas as tendências observadas de adiamento na década de 1990 e em 2001 são consistentes, através de diferentes indicadores, com uma maior distinção do período de 1992 a 2001.

TABELA 16 - TEMPO MÉDIO NA INATIVIDADE, DADO QUE ATÉ 15 ANOS ESTEVE INATIVO, POR GRUPOS ANALISADOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Grupos | Períodos | | | Variação | | |
|----------------------|----------|------|------|-----------|-----------|-----------|
| | 1983 | 1992 | 2001 | 1983/1992 | 1992/2001 | 1983/2001 |
| 15 a 24 anos | 3,40 | 3,10 | 4,40 | -8,8% | 41,9% | 29,4% |
| Homens | 2,90 | 2,50 | 4,00 | -13,8% | 60,0% | 37,9% |
| Mulheres | 3,90 | 3,80 | 4,80 | -2,6% | 26,3% | 23,1% |
| Frequenta Escola | 4,10 | 3,90 | 5,10 | -4,9% | 30,8% | 24,4% |
| Não Frequenta Escola | 1,80 | 1,40 | 2,37 | -22,2% | 69,3% | 31,7% |

Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

GRÁFICO 5 – TEMPO MÉDIO NA INATIVIDADE, DADO QUE ATÉ 15 ANOS ESTEVE INATIVO, POR GRUPOS ANALISADOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



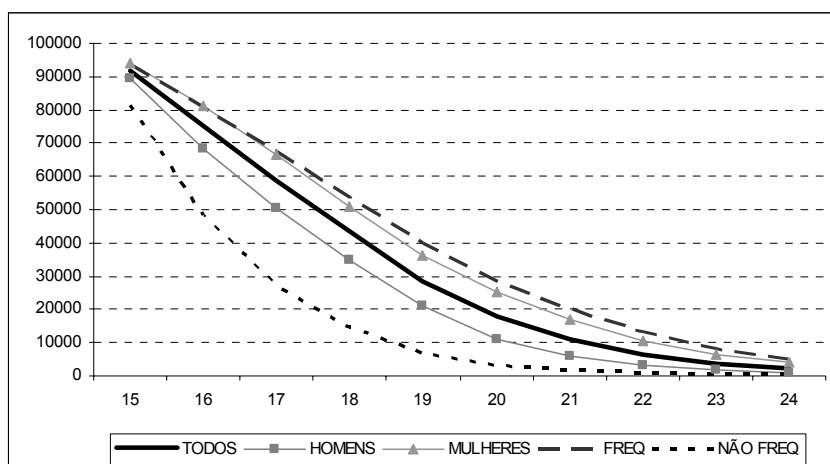
Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Os **GRAF.6 a 8** apresentam as curvas de sobrevivência (l_x), ou seja, quantos jovens permanecem inativos, para os três períodos considerados. Mais uma vez, ficam evidentes as diferenças entre os grupos escolhidos para análise e as mudanças no padrão de inserção ao longo do tempo.

As diferenças entre os grupos selecionados tendem a se manter ao longo do tempo, já que os homens entram mais cedo no mercado de trabalho do que as mulheres e mais precocemente realizam a transição os jovens que não estão na escola. Ademais, é bastante similar à curva de quem não realizou a transição entre as mulheres e entre os estudantes, sendo que até os 17 anos, há uma maior sobrevivência das mulheres, mas depois dessa idade os estudantes realizam ligeiramente menos a transição.

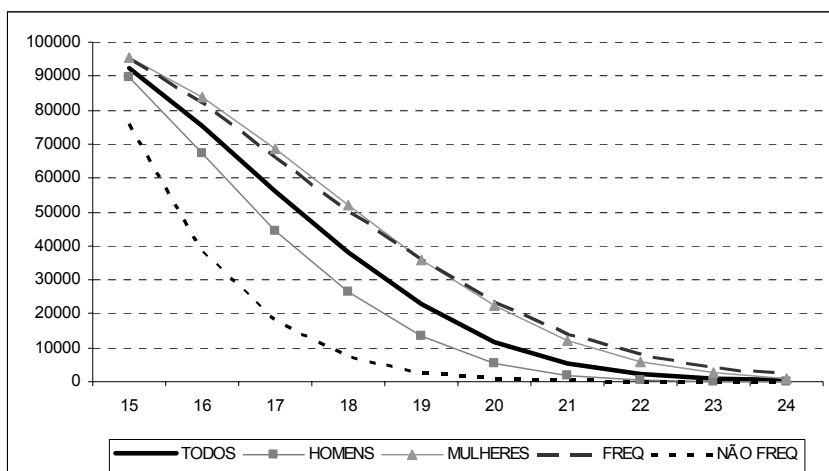
Quanto à alteração no padrão etário de inserção, destaca-se o formato das curvas até a idade de 17 anos. Em 2001, há um deslocamento para a direita nessa idade, indicando que menos pessoas estão realizando a transição, já que há mais pessoas sendo consideradas inativas (valor de l_x), principalmente entre os jovens que não freqüentam escola.

GRÁFICO 6 – VALORES DE l_x PARA OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1982/1983



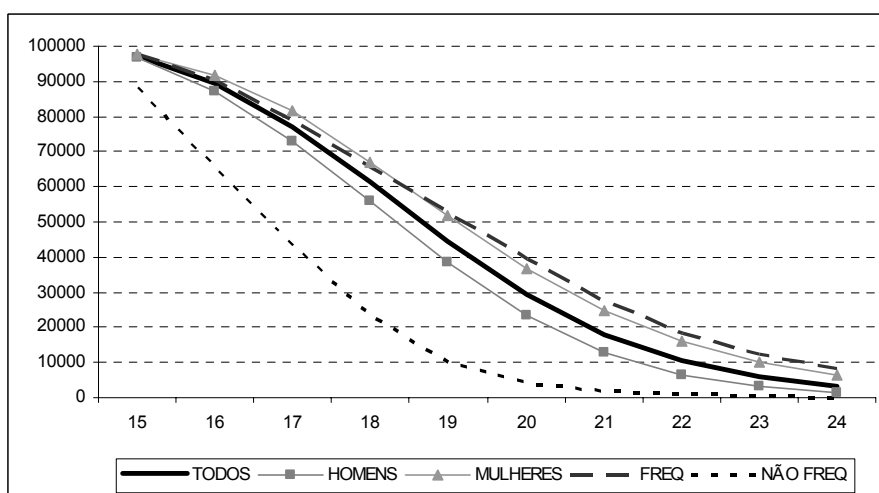
Fonte de Dados: PME 1982, 1983.

GRÁFICO 7 – VALORES DE l_x PARA OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1991/1992



Fonte de Dados: PME 1991, 1992.

GRÁFICO 8 – VALORES DE l_x PARA OS JOVENS DE 15 A 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 2000/2001



Fonte de Dados: PME 2000 e 2001.

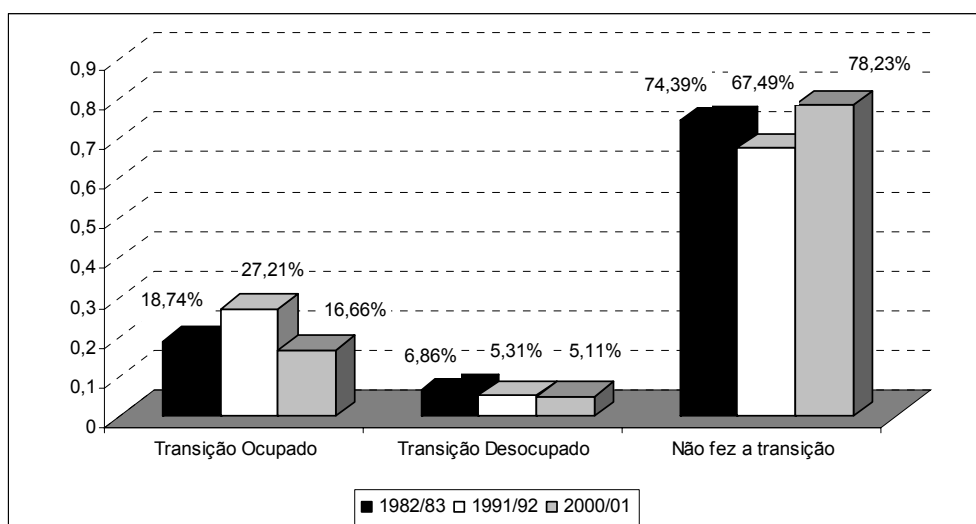
5.3. CARACTERÍSTICAS DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO

Uma vez identificada uma mudança no padrão de inserção no mercado de trabalho, é importante analisar se também está ocorrendo mudança nas características dos jovens que começam a trabalhar ou a procurar emprego, além da idade, como a escolaridade e as características da família. Da mesma forma, é interessante observar se as características da primeira ocupação têm se alterado, como a jornada de trabalho, a posição na ocupação, o setor de atividade e mesmo as ocupações em que os jovens estão alocados.

O **GRAF.9** (abaixo) apresenta o percentual de jovens que realizaram ou não a transição. A maior proporção de jovens entre 15 e 24 anos não realizou a transição para o mercado de trabalho, permanecendo inativos. Destes aproximadamente 86,71% estudam, sendo que esse percentual se eleva ao longo do tempo (83%, em 1983; 85,85% em 1992 e 91% em 2001).

Em 1983, eram 61,75% dos jovens que nunca tinham trabalhado e que permaneceram sem trabalhar, em 1992, esse percentual caiu um pouco para 57,94% e em 2001, se eleva para 71,31%. O menor percentual refere-se à transição para a condição de desocupado.

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DE JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS POR TIPO DE TRANSIÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Há diferenças entre o grupo de 15 a 19 anos e 20 a 24 anos. Observa-se que o grupo de 20 a 24 anos realiza um percentual maior de transições tanto para uma ocupação quanto para a busca de um emprego. Além disso, a transição para a condição de desemprego diminui ao longo do tempo para os dois grupos etários (**TAB.17**).³¹

³¹ Como já foram bastante discutidas as diferenças entre homens e mulheres e entre os jovens estudantes e os que estão fora da escola, optou-se por deixar os gráficos com os percentuais que realizaram ou não a transição para a atividade na segunda parte do anexo do capítulo 5 e priorizar as características da família dos jovens e da primeira ocupação.

TABELA 17 – PERCENTUAL DE JOVENS POR TIPO DE TRANSIÇÃO E GRUPO ETÁRIO - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001 (%)

| Tipo de Transição | 1982/83 | | 1991/92 | | 2000/01 | |
|-----------------------------|---------|-------|---------|-------|---------|-------|
| | 15-19 | 20-24 | 15-19 | 20-24 | 15-19 | 20-24 |
| Transição Ocupado | 17,12 | 27,54 | 22,68 | 47,54 | 12,43 | 31,42 |
| Transição Desocupado | 6,02 | 11,42 | 4,03 | 11,02 | 3,74 | 9,85 |
| Não fez a transição | 76,86 | 61,05 | 73,29 | 41,44 | 83,83 | 58,72 |

Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

O grupo que apresenta maior média de anos de estudo é o dos que começaram a procurar emprego (**TAB.18**). A primeira vista pode parecer um resultado contraditório, mas o desemprego juvenil, principalmente o dos que nunca trabalharam, não pode ser visto da mesma maneira que o desemprego dos adultos. Um maior nível de escolaridade pode indicar duas características desse ingresso: 1) o jovem começou a procurar emprego com um nível mais elevado porque, em alguns vários casos, já completou um ciclo de estudos e não pretende continuar estudando; 2) uma maior qualificação pode levar ao jovem a esperar mais para se inserir no mercado de trabalho, a fim de conquistar uma posição compatível com sua formação. Embora, não seja possível inferir sobre o tempo de procura, a partir da análise aqui empregada.

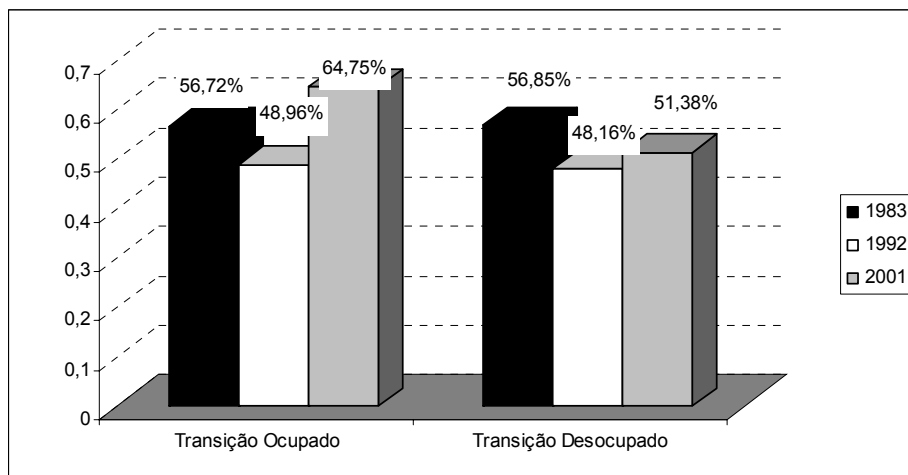
Apesar de se esperar que a entrada no mercado de trabalho leve à saída da escola, observa-se que a maior parte dos jovens que realiza a transição continua estudando, o que demonstra mais uma vez que a inserção no mercado de trabalho, na maioria dos casos, antecede a saída da escola, como já verificado em outros estudos. O percentual de jovens que continua estudando é bastante similar, em 1983 e 1992, entre os ocupados e os que procuram emprego pela primeira vez. Já em 2001, esse percentual é maior entre os ocupados, o que pode significar a necessidade de uma constante qualificação devido às mudanças do mercado de trabalho, e ao mesmo tempo, ser uma das conseqüências das mudanças no sistema educacional, levando aos jovens a permanecerem mais tempo na escola, mesmo trabalhando (**GRÁF.10**).

TABELA 18 – MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DOS JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS POR TIPO DE TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Tipo de Transição | Escolaridade | | |
|----------------------|--------------|------|------|
| | 1983 | 1992 | 2001 |
| Transição Ocupado | 7,11 | 6,55 | 8,98 |
| Transição Desocupado | 7,49 | 6,58 | 9,16 |
| Não fez transição | 6,91 | 6,35 | 8,19 |

Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

GRÁFICO 10 – TIPO DE TRANSIÇÃO E FREQUÊNCIA À ESCOLA - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Com relação às características da família, nota-se que os jovens que não realizaram a transição são aqueles que têm pais com maior escolaridade, em todos os períodos (TAB.19). E são igualmente aqueles que residem em famílias com menos filhos, resultado que aponta para a influência do *background* familiar na alocação do tempo dos filhos e nas relações entre capital social intra-familiar (tamanho da família) e investimento em capital humano do filho, tanto pela possibilidade de maiores investimentos financeiros (BECKER, 1981) quanto pelo tempo dedicado aos filhos (COLEMAN, 1988).

A partir destes resultados é possível concluir que a distribuição dos jovens entre as possíveis transições e não transição para o mercado de trabalho está fortemente associada aos recursos familiares e da própria posição das famílias no sistema de estratificação social.

“Os jovens provenientes de diversos estratos apresentam trajetórias também diferentes de emancipação. Uma, mais tardia, e com baixa fecundidade, própria dos setores médios e altos; outra, com abandono precoce dos estudos, maternidade adolescente e maiores taxas de fecundidade, própria dos setores menos abastados. Um setor da juventude tende a responder às exigências de acumulação de conhecimentos emanadas do mercado de trabalho e prolonga seus estudos muito mais que no passado, enquanto outro tendo, por diversas causas, a desertar do sistema educativo antes de alcançar os limiares necessários para uma inserção adequada no mercado de trabalho. (...) Na medida em que afeta a forma de distribuição da carga de reprodução biológica e social entre os distintos grupos socioeconômicos, essa situação polar tem importantes implicações para a sustentabilidade do desenvolvimento equitativo” (Celade/CEPAL/FNUAP, 2000:17, citado por Hasenbalg, 2003a).

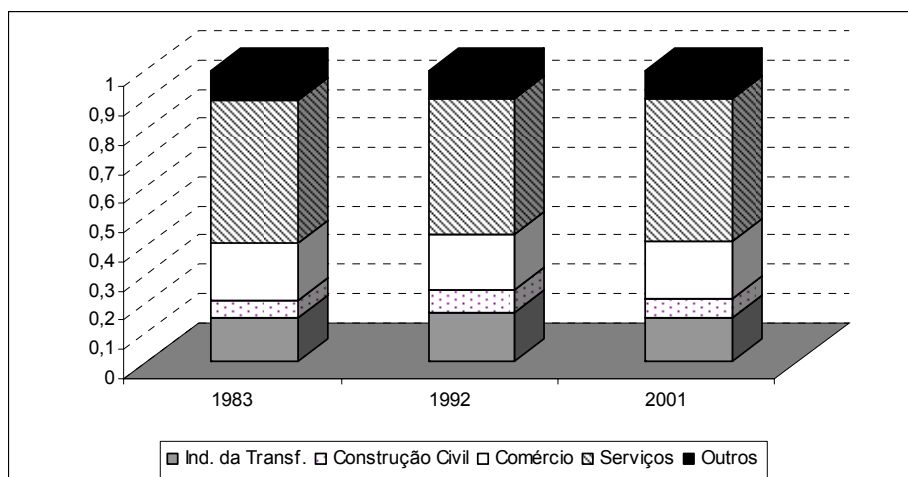
TABELA 19 – TIPO DE TRANSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Tipo de Transição | Escolaridade Pai | | | Escolaridade Mãe | | | Tamanho da Família | | |
|----------------------|------------------|------|------|------------------|------|------|--------------------|------|------|
| | 1983 | 1992 | 2001 | 1983 | 1992 | 2001 | 1983 | 1992 | 2001 |
| Transição Ocupado | 4,48 | 4,32 | 6,93 | 3,84 | 3,86 | 6,58 | 3,5 | 3,25 | 2,6 |
| Transição Desocupado | 4,73 | 4,32 | 6,28 | 4,06 | 4,04 | 6,24 | 3,24 | 3,11 | 2,61 |
| Não fez transição | 5,64 | 5,96 | 7,69 | 4,78 | 5,4 | 7,44 | 3,29 | 3,04 | 2,5 |

Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Com relação às características da primeira ocupação que os jovens conquistam, a maioria delas está no setor de serviços (48,77% em 1983, 46,12%, em 1992 e 49% em 2001), seguido do comércio (cerca de 20% nos três períodos) e o menor percentual está na construção civil. Destaca-se que a distribuição entre os ramos de atividades permaneceu bastante similar entre os três anos analisados (**GRAF.11**).

GRÁFICO 11 – RAMO DE ATIVIDADE DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



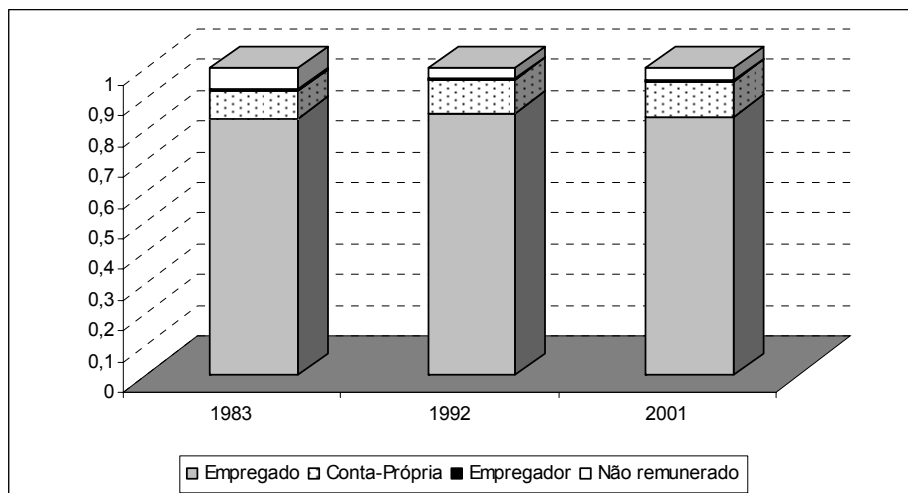
Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

A maioria dos jovens entra no mercado de trabalho pela primeira vez na posição de empregados (cerca de 85%), seguem-se os conta-própria (9,02% em 1983; 10,76% em 1992 e 11,39%, em 2001) e a menor proporção está entre os empregadores, menos de 1% (**GRAF.12**). As ocupações mais comuns são: empregado(a) doméstico(a), auxiliar de escritório, vendedor, servente de pedreiros, trabalhadores na conservação de rodovias, atendente de bar, professor de 1ª a 4ª série, etc.

Menos de 50% dos jovens têm carteira de trabalho assinada e esse percentual tem diminuído ao longo do tempo. Em 1983, correspondia a 42,01% dos jovens entre 15 e 24 anos que entraram no mercado de trabalho pela primeira vez, em 1992, há um pequeno

acréscimo, passando para 46,34%, entretanto há um forte declínio em 2001, e os jovens com carteira assinada na primeira ocupação passam a ser 38,06%.

GRÁFICO 12 – POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO REFERENTE À PRIMEIRA OCUPAÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Uma outra importante característica da primeira ocupação é a jornada de trabalho. Observa-se, na **TAB.20**, que a maior parte dos jovens entre 15 e 24 anos trabalha mais de 40 horas semanais em sua primeira ocupação. Esse percentual é mais elevado em 1983 e 1992, e diminui em 2001; em contrapartida, neste ano, houve um aumento da jornada entre a categoria de 31 a 40 horas semanais, tornando-se o grupo majoritário. O problema que surge com jornadas longas de trabalho é a dificuldade de se conciliar as atividades laborais com a continuidade dos estudos. Como muitos continuam na escola, provavelmente são forçados a um baixo aproveitamento no turno noturno, ou mesmo um abandono do curso no médio/longo prazo. Uma relação positiva entre média de horas trabalhadas e o percentual de jovens que trabalham e também estudam parece existir, já que no período em que a média foi superior (1992) foi também o que tinha a menor presença de jovens estudando. Por outro lado, o elevado percentual de jovens trabalhadores e estudantes, em 2001, não parece ser apenas devido a uma menor jornada de trabalho, já que ela é bastante semelhante ao período de 1983, provavelmente refletindo também as mudanças ocorridas no sistema educacional.

TABELA 20 – NÚMERO DE HORAS TRABALHADAS POR SEMANA NA PRIMEIRA OCUPAÇÃO - REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Horas Trabalhadas | 1983 | 1992 | 2001 |
|-----------------------------|-------------|-------------|-------------|
| até 20 horas | 18,48 | 12,42 | 16,00 |
| de 21 a 30 horas | 12,71 | 12,12 | 12,99 |
| 31 a 40 horas | 27,2 | 34,34 | 37,66 |
| >40 horas | 41,61 | 41,12 | 33,35 |
| Média de Horas Trabalhadas | 37,78 | 38,58 | 37,07 |
| Percentual que Freq. Escola | 56,76 | 48,82 | 61,61 |

Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

5.4. COMENTÁRIOS FINAIS

Dois foram os objetivos deste capítulo, o primeiro foi analisar a inserção no mercado de trabalho dos jovens brasileiros, residentes nas regiões metropolitanas entre 15 e 24 anos, diferenciando por frequência à escola e por sexo e o segundo foi examinar as características do grupo que fez e que não fez a transição. Ademais, buscou-se também conhecer algumas características da primeira ocupação.

Ao final, observou-se que há diferenças significativas no ingresso no mercado de trabalho entre homens e mulheres, que parecem diminuir ao longo do tempo, graças a uma queda na taxa de transição dos homens e uma elevação na taxa de transição das mulheres. Além disso, as taxas de desemprego entre os homens são superiores que entre as mulheres em todos os períodos. Estar na escola significa adiar a entrada no mercado de trabalho, os jovens que não estudavam são aqueles que apresentam as maiores taxas de transição em todos os períodos analisados. Dentre as mudanças no padrão de inserção pode-se ainda mencionar a grande diminuição das taxas de transição entre os jovens de 15 a 17 anos, provavelmente por uma maior retenção no sistema escolar.

Sobre as características dos jovens que transitam ou não para o mercado de trabalho é possível concluir que a maior parte continua estudando, mesmo depois de começar a trabalhar, ou seja, a inserção no primeiro emprego ou mesmo o início de uma busca por trabalho não significam que necessariamente o jovem está saindo da escola, mais de 50% deles continuam estudando.

Os jovens que não realizaram a transição são aqueles cujos pais têm maiores níveis educacionais e menores famílias, o que aponta para a importante influência das características da família na transição para o mercado de trabalho.

Duas características da primeira ocupação que merecem destaque são: 1) menos de 50% dos jovens entre 15 e 24 anos, em sua primeira ocupação, tem carteira de trabalho

assinada, além disso, esse percentual é inferior em 2001 em relação aos períodos anteriores; 2) a jornada de trabalho destes jovens é extensa, a maioria deles trabalhavam mais de 40 horas semanais, em 1983 e 1992. Em 2001, há uma diminuição neste grupo, em contrapartida com o aumento no intervalo de 31 a 40 horas trabalhadas por semana.

Salienta-se, por fim, que embora as técnicas utilizadas neste capítulo não sejam diretamente comparáveis com a utilizada no capítulo anterior, ambos os resultados apontam para mudanças no padrão de inserção no mercado de trabalho, respondendo algumas das questões levantadas ao final do capítulo dois: 1) há realmente fortes evidências de que está ocorrendo um adiamento na entrada no mercado de trabalho; 2) parece haver uma maior retenção dos jovens na escola, mesmo quando trabalham; 3) as características da família tendem a ter uma influência importante na decisão de entrar ou não no mercado de trabalho; 4) o padrão de inserção entre homens e mulheres é diferente, mas recentemente, parece ocorrer uma aproximação; 5) entre os jovens estudantes e aqueles que não frequentam escola há, da mesma forma diferenças no momento de entrada no mercado de trabalho.

De posse destes resultados faz-se necessário compreender melhor os fatores que estão relacionados à transição ou a não transição para o mercado de trabalho entre os jovens de 15 a 24 anos, o que será tratado no capítulo seguinte.

6. FATORES ASSOCIADOS AO INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Após a análise das características do padrão de inserção no mercado de trabalho de jovens entre 15 e 24 anos, faz-se necessário conhecer os fatores relacionais a este ingresso, como as características da família, as variáveis demográficas no momento de entrada e a qualificação dos jovens, dado por sua escolaridade. Dessa maneira, esse capítulo tem uma importância fundamental para uma melhor compreensão dos padrões encontrados anteriormente.

Portanto, essa segunda parte da análise dos dados compreende um modelo que busca analisar os principais fatores associados à transição para a vida econômica, seja na situação de ocupado ou de desocupado. As duas principais questões a que se busca responder com esse modelo são: 1) quais são os fatores que estão associados à transição para o mercado de trabalho e em que medida? e 2) ao longo do tempo tem se alterado a relação entre escolaridade, as características da família e o tamanho de coorte e a transição para o primeiro emprego?

6.1. ANÁLISE MULTINOMIAL

O modelo de análise adotado neste trabalho foi o logit multinomial, já que a variável dependente é categórica com mais de duas categorias não ordenadas: 1) realizou a transição para a situação de ocupado; 2) fez a transição para a situação de desocupado; 3) não realizou a transição (permanece na inatividade). Em um segundo momento, estimaram-se modelos separadamente para homens e mulheres, para jovens entre 15 e 19 anos e 20 a 24 anos e para os três períodos estudados.

Este modelo considera que os indivíduos $i=1, \dots, i, N$, decidem entre $j=0, 1, 2$, que são as possibilidades de transição, que é determinada pelos regressores $p=1, \dots, p$. Dessa forma, tem-se o preditor linear para o indivíduo i , $X_i\beta_i$ e a probabilidade do indivíduo i escolher o tipo de transição j é:

$$\Pr(Y_i = j)P_{ij} = \frac{\exp(X_i\beta_j)}{1 + \sum_{k=0}^j \exp(X\beta_k)} \quad (12)$$

As equações estimadas fornecem um conjunto de probabilidade para as $j+1$ escolhas do indivíduo com características X_i :

$$\Pr(Y = j)P_j = \frac{\exp(X\beta_j)}{1 + \sum_{k=0}^j \exp(X\beta_k)} \quad (13)$$

Dessa maneira é possível estimar o efeito das covariáveis para cada grupo analisado.

O modelo logit multinomial pode ser definido como uma extensão do modelo binário com uma variável dependente com mais de duas alternativas. Uma das categorias é considerada como categoria de base, que é aquela que se compara às outras. Neste trabalho, a categoria-base é não ter realizado a transição. Desse modo, toda a interpretação dos parâmetros é em relação a este grupo e pode representada da seguinte maneira:

$$\Pr(y_i = 1 | x_i) = P_{i1} = \frac{\exp(x_i' \beta_{trans.ocup})}{1 + \exp(x_i' \beta_{tran.sdesoc}) + \exp(x_i' \beta_{trans.ocup})} \quad (14)$$

$$\Pr(y_i = 1 | x_i) = P_{i2} = \frac{\exp(x_i' \beta_{trans.desoc})}{1 + \exp(x_i' \beta_{tran.sdesoc}) + \exp(x_i' \beta_{trans.ocup})} \quad (15)$$

$$\Pr(y_i = 1 | x_i) = P_{i3} = \frac{1}{1 + \exp(x_i' \beta_{tran.sdesoc}) + \exp(x_i' \beta_{trans.ocup})} \quad (16)$$

Os trabalhos de Leme e Wanjan (2000), Corseuil e Santos (2001), Tomás (2006), Silva e Kassouf (2002) são exemplos de aplicações do logit multinomial na alocação do tempo dos jovens, em que a variável dependente era se o jovem estudava, não estudava, realizava ambas ou nenhuma das duas atividades, no trabalho de Silva e Kassouf (2002) e Tomás (2006) incluiu-se a realização de atividades domésticas.

Da mesma maneira que o no modelo logit binário há duas principais alternativas para interpretar as estimativas. A primeira interpretação tem origem na abordagem de variáveis latentes, em que se interpreta o parâmetro estimado ($X'i_{BETA}$) como efeito marginal de x_{ik} em y_{ik} . Esta interpretação pode não ser apropriada se não houver analogia entre a amostra e a existência de uma variável latente, mas se o foco é descrever as preferências latentes ou as utilidades, então a interpretação torna-se adequada. Por outro lado, se se deseja estender a discussão para a interpretação em termos de probabilidades,

torna-se preferível analisar os resultados usando a abordagem de *odds-ratio* (razão de chance) ou de risco relativo, para reportar o efeito marginal de x_{ik} no sucesso da probabilidade $Pr(y_i=1)$ (POWERS e XIE, 2000).

Odds-Ratio, ou razão de chance, significa a probabilidade de ocorrer o um determinado evento em relação a outro. Por exemplo, sendo p a probabilidade de sucesso e $1-p$ (o complemento) correspondente à falha, a *odds* do sucesso é a razão:

$$w = \frac{p}{1-p}. \quad (17)$$

Com a transformação do logit, essa quantidade é reconhecida como o antilog do logit, $exp(n)$. Essa interpretação é a mesma que a do logit binário. A interpretação de variáveis quantitativas dá pelo incremento de uma unidade via comparação da categoria analisada e a categoria base.

A razão de chance é dada pela seguinte fórmula (CAMERON e TRIVEDI, 2005):

$$\frac{\Pr[y_i = j]}{\Pr[y_i = 1]} = e^{x_i' \beta_j} \quad (18)$$

$$\Pr[y_i = j | y_i = j] = \frac{e^{(x_{ij}-x_{ik})' \beta}}{1 + e^{(x_{ij}-x_{ik})' \beta}} \quad (19)$$

A interpretação para uma variável *dummy*, como o sexo, é dada pela relação de uma categoria em relação à outra, por exemplo, o fato de ser homem em relação a ser mulher, e ao mesmo tempo, se compara o grupo analisado com a categoria-base. Neste caso, a razão de chance é construída do seguinte modo (POWERS E XIE,2000) :

$$\theta = \frac{\omega_1}{\omega_2} = \frac{\Pr(y_i = 1 | d_i = 1) / \Pr(y_i = 0 | d_i = 1)}{\Pr(y_i = 1 | d_i = 0) / \Pr(y_i = 0 | d_i = 0)} \quad (20)$$

O resultado aponta, por exemplo, em quantas vezes o efeito é diferente entre homens e mulheres.

Ressalta-se, por fim, que o conceito de *odds-ratio* se aproxima do conceito de risco relativo. Risco é definido como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento em um intervalo de tempo. No início do período de observação, assume-se que todos os sujeitos são considerados como expostos ao risco de um evento em particular. O risco é o número de novos eventos ocorridos em um período de tempo (POWERS E XIE,2000).

O valor da *odds-ratio* pode ser transformado em incremento percentual da seguinte maneira:

$$(odds - 1) \times 100 \quad (21)$$

Essa será a interpretação utilizada neste trabalho, tanto nas tabelas quanto para a construção dos gráficos.

6.2. MODELAGEM IPC MICRO

O modelo Idade-Período-Coorte compreende que essas três dimensões apresentam efeitos diferentes para a compreensão de determinados eventos. Entretanto, sabe-se que não há três efeitos distinguíveis, apenas dois, já que uma dimensão é identificada pela combinação das outras duas, reconhece-se que: Período = Coorte + Idade

“O problema de identificação no modelo IPC é derivado do fato de que o componente linear de qualquer conjunto de efeitos é a soma ou a diferença dos componentes lineares dos outros dois conjuntos de efeitos, porque coorte é igual a período menos idade. O problema de identificação é criado por essa dependência linear entre a idade, o período e a coorte, em face do esquema de classificação de idade e coorte nos dados de múltiplas cross-section (RIOS-NETO e OLIVEIRA, 1999).

Há diferentes propostas para se lidar com esse problema, Halli e Rao (1992) sugerem a utilização de um modelo linear convencional com interação de primeira ordem entre *dummies* de idade e uma regressão das *dummies* de coorte sobre o resíduo da regressão anterior. Um outro conjunto de autores propõe a imposição de restrições ao modelo, seja pela imposição de igualdade entre dois ou mais coeficientes de uma das *dummies*, ou pela introdução de termos interativos entre as *dummies*, ou ainda por meio de hipóteses sobre o comportamento de uma das dimensões, modificando-a. A desvantagem destas estratégias é que se faz necessário excluir ou substituir uma das três dimensões (LEME e WAJNMAN, 2003).

Uma outra proposta é a utilização de uma característica de uma das dimensões, como proposto por Fienberg e Mason (1985). Neste trabalho, a estratégia utilizada é exatamente essa, ou seja, a dimensão coorte foi substituída pelo seu tamanho no momento de entrada no mercado de trabalho. Destaca-se, portanto, que o tamanho da coorte é apenas uma de suas características, sendo que ao se fazer a opção de se apenas analisá-la, outras características deixam de ser levadas em conta, o que não compromete a análise.

Neste trabalho, a proposta é atribuir a cada indivíduo uma dimensão de coorte, uma de período e sua idade, ou seja, é um modelo de análise micro, diferentemente da proposta original do IPC, que é de abordagem macro onde as três dimensões são analisadas com dados agrupados. A incorporação das três dimensões na análise é importante, uma vez que cada uma delas apresenta efeitos diferentes no mercado de trabalho. O efeito de idade está fortemente associado a processos biológicos, psicológicos e/ou mudanças nos papéis sociais dos grupos etários. No caso do deste estudo, a idade está fortemente relacionado à transição para a vida adulta, e conseqüentemente para o ingresso no mercado de trabalho, já que a probabilidade de entrar na força de trabalho tende a aumentar com a idade, indiferente do efeito de outras variáveis.

Já o efeito do período está associado às condições que se alteram ao longo do tempo, como as mudanças econômicas, que atingem todas as idades e coortes ao mesmo tempo. No caso do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, reconhece-se que o contexto social e econômico pode representar uma forte motivação ao adiamento ou adiantamento de sua entrada no mercado de trabalho. Além disso, as condições gerais de definição do momento do ingresso no mercado de trabalho são fundamentais porque determinam a trajetória profissional do jovem.

“Dependendo de como o jovem ingressa no mercado de trabalho, podem ser abertas ou fechadas portas de acesso ao futuro profissional. É por isso que os jovens que ingressam no mercado de trabalho quando a econômica está crescendo e gerando muitos postos de trabalho tendem a ter proporcionalmente mais condições de realizar uma progressão profissional do que aqueles que se inserem em períodos de recessão econômica e de fechamento de postos de trabalho” (POCHMAN, 2000).

O trabalho do National Research Council (2005) ressalta que uma transição bem sucedida depende, além de uma qualificação adequada, de boas condições econômicas que gerem uma diversidade adequada de trabalhos ou outras formas de sobrevivência para cada nova coorte quando se tornam adultos.

Um dos efeitos mais comuns de período é o crescimento do desemprego (com reflexos na inatividade) nas recessões ou o incentivo ao crescimento da PEA nos ciclos de expansão econômica. Embora grande parte dos autores ressalte o aumento da inatividade em períodos de recessão, no caso de filhos, a recessão econômica pode elevar atividade, já que os pais ficando desempregados haveria a necessidades deles saírem para trabalhar. Segundo a teoria do trabalhador adicional, quando o chefe da família perde o emprego,

outros membros, principalmente o cônjuge, tendem a entrar no mercado de trabalho, principalmente por seu salário reserva tornar-se inferior.

Já os efeitos de coorte “estão geralmente associados às mudanças genéticas, de tamanho, de educação dos pais, de educação da coorte e de interações históricas de uma coorte” (RIOS-NETO e OLIVEIRA, 2005). Neste trabalho, o interesse em incluir a dimensão coorte é verificar o efeito de um aumento na oferta de mão-de-obra em uma faixa etária específica, em que as características de produtividade são bastante similares. Como tratado na seção 2.4.3, as oscilações demográficas podem ser sentidas pelo mercado de trabalho, através do tamanho da coorte. No caso do início da vida produtiva espera-se que o tamanho tenha um efeito negativo sobre a probabilidade do jovem realizar a transição para o mercado de trabalho, principalmente para a condição de ocupado.

A operacionalização desta e de outras variáveis é apresentada a seguir.

6.3. DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS INDEPENDENTES

- Período: ano de entrada no mercado de trabalho: 1983, 1992 e 2001. As variáveis são *dummies*, tendo como referência o ano de 2001;
- Idade simples (15 a 24 anos), variável contínua;
- Dimensão coorte: como já tratado, refere-se ao tamanho da coorte de 15 e 19 anos e de 20 a 24 anos, optou-se pelo peso relativo destes grupos etários na PIA (População em Idade Ativa), aquela entre 10 e 64 anos. Dessa forma, aos jovens que tinham entre 15 e 19 anos foi atribuído o percentual deste grupo etário em relação às pessoas de 10 e 64 anos no ano correspondente de entrada no mercado de trabalho, e para aqueles com idade entre 20 e 24 anos, foi atribuído o percentual correspondente a esta faixa etária, também no momento de ingresso no mercado de trabalho; Escolaridade: anos de estudos completos do jovem;
- Sexo: variável *dummy*, onde 1 significa ser homem e 0 significa ser mulher.
- Frequenta escola: variável *dummy*, onde 1 significa frequentar escola e 0 não frequentar;
- Região metropolitana em que reside: cinco variáveis *dummies*, tendo como referência a região metropolitana de Belo Horizonte.

Características da Família:

As variáveis com relação aos pais serão construídas a partir das informações do chefe e cônjuge, quando declarado do sexo feminino, foi considerada a mãe e do sexo masculino o pai, uma vez que não se pergunta diretamente sobre os pais dos indivíduos. Dessa maneira, a análise restringe-se aos jovens e adultos jovens que ainda residem com os pais e se declaram filhos, no quesito posição na família.

As variáveis aqui definidas como *background* familiar têm a teoria da reprodução social como seu principal arcabouço teórico.

- Educação da mãe: anos de estudos completos;
- Posição na ocupação do pai: três variáveis *dummies*, empregador e conta-própria, sendo a categoria omitida empregado;
- Número de filhos: número de filhos que reside no domicílio, no período analisado, dado o tipo da pesquisa não é possível identificar os filhos que possam já ter saído de casa ou estão temporariamente morando em outro local, mesmo que continuem dependentes dos pais;
- Atividade da mãe: quatro variáveis *dummies*, inativa, desempregada, outra situação (aposentada, pensionista), sendo a categoria ocupada a de referência.
- Sexo do chefe da família: variável *dummy*, onde 1 significa ser homem e 0 significa ser mulher;
- Ocupação do pai: *status* socioeconômico da ocupação operacionalizado pelo índice de Nelson do Valle Silva, considerando seis estratos ocupacionais: baixo-inferior, baixo superior, médio-inferior, médio-médio, médio superior e alto, tratados como variáveis *dummies* e tendo como referência a categoria: alto. Ademais, foram considerados os pais não ocupados e aposentados.

Essa escala tem como referentes empíricos: 1) o nível educacional e 2) o nível de rendimentos dos indivíduos – dentro de cada título ocupacional. São três etapas para sua construção.

“Em primeiro lugar, foram elaboradas as escalas para medir as posições educacionais e econômicas de cada indivíduo. Em segundo lugar, essas posições foram combinadas para cada indivíduo, gerando-se o “status individual”. Em terceiro lugar, esses status individuais foram combinados dentro de cada ocupação para se obter o “status ocupacional” pretendido (...). Em síntese, para determinar o status educacional dos indivíduos, lançou-se mão de uma tabela bidimensional em que as colunas representam os níveis de educação formal (escolaridade) e as linhas, as diversas coortes de idade. O conteúdo das células é a renda esperada (média) para os indivíduos que caem em cada uma delas. Este é o seu status educacional. Por outro lado, o componente econômico da posição de mercado dos indivíduos foi operacionalmente definido como o total de seus rendimentos pessoais. A média aritmética dos componentes educacional e econômico

representa o status socioeconômico do indivíduo, ou seja, sua posição geral no mercado de trabalho“ (PASTORE e SILVA, 2000).

Como há a incorporação da escolaridade e a consideração do escore médio dos indivíduos que desempenham determinada ocupação na construção do índice, essa escala não se trata apenas de uma escala de rendimentos, mas sim de posição socioeconômica; inclusive sua correlação com os rendimentos não é alta, permitindo a incorporação de ambas variáveis em um modelo, dependendo dos objetivos do trabalho.

O quadro 3 abaixo apresenta as características dos seis estratos utilizados.

QUADRO 3 - ESTRATOS OCUPACIONAIS E VALORES MÉDIOS DE OCUPAÇÕES REPRESENTATIVAS (UTILIZANDO A PNAD 1996)

| Estrato | Ocupações Representativas | ISS* | Rendimento | Escolaridade |
|---|--|-------------|----------------------|---------------------|
| 1. Baixo-inferior trabalhadores rurais não-qualificados | Produtores agropecuários autônomos; outros trabalhadores na agropecuária; pescadores. | 2,90 | 222,16 (319,50)* | 2,19 (2,55) |
| 2. Baixo-superior Trabalhadores urbanos não-qualificados | Comerciantes por conta-própria; vigias; serventes; trabalhadores braçais sem especificação; vendedores ambulantes; empregadas domésticas. | 6,49 | 440,35 (527,16) | 4,94 (3,64) |
| 3. Médio-inferior Trabalhadores qualificados e semi qualificados | Motoristas; pedreiros; mecânicos de veículos; marceneiros; carpinteiros; pintores e caiadores; soldadores; eletricitistas de instalações. | 8,68 | 538,08 (503,31) | 5,19 (3,24) |
| 4. Médio-médio Trabalhadores não-manuais, profissionais de nível baixo e pequenos proprietários | Pequenos proprietários na agricultura; administradores e gerentes na agropecuária; auxiliares administrativos e de escritório; reparadores de equipamentos; praticistas e viajantes comerciais; praças das Forças Armadas. | 17,01 | 995,46 (1426,07) | 8,71 (4,00) |
| 5. Médio-superior Profissionais de nível médio e médios proprietários | Criadores de gado bovino; diretores, assessores e chefes no serviço público; administradores e gerentes na indústria e no comércio; chefes e encarregados de seção; representantes comerciais. | 27,19 | 1498,97 (1793,74) | 10,05 (4,21) |
| 6. Alto Profissionais de nível superior e grandes proprietários | Empresários na indústria; administradores e gerentes de empresas financeiras, imobiliárias e securitárias; engenheiros; médicos; contadores; professores de ensino superior; advogados; oficiais das Forças Armadas. | 44,06 | 2344,20 (1933,17) | 12,79 (3,53) |

* entre parênteses estão os desvios-padrão.

♦ índice socioeconômico da ocupação

Fonte: PASTORE E SILVA (2000).

Ressalta-se que há outras classificações ocupacionais disponíveis e suas diferenças se fundamentam nas opções teóricas dos autores, principalmente no conceito de classe

desenvolvido por Karl Marx ou Max Weber³². Dessa maneira, a escolha por uma ou por outra depende estritamente dos objetivos específicos da análise proposta. Neste trabalho, a escolha pela escala de Silva deve-se principalmente por ser uma classificação ocupacional, sem se levar em conta o conceito de classe, o qual não faz parte dos interesses propostos nesta dissertação. Sua classificação tem como fundamento teórico o funcionalismo, que classifica as ocupações de acordo com sua situação no mercado de trabalho, em termos de *achievement* e recompensas.³³

6.4. RESULTADOS DA REGRESSÃO

Primeiramente, foi considerado um modelo para todos os jovens (**TAB.21**), esse resultado é importante por considerar todas as variáveis sugeridas pela revisão teórica, além disso, representa o modelo IPC micro proposto nas questões metodológicas. Em um segundo momento da análise, consideraram-se os modelos por sexo (**TAB.16A** – anexo do capítulo 6), por grupo etário (15 a 19 e 20 a 24 anos) (**TAB.17A**– anexo do capítulo 6) e por período analisado (**TABs. 17A-19A** – anexo do capítulo 6). Quanto aos modelos por sexo ressalta-se que a principal diferença entre eles foi de nível e não de estrutura, ou seja, os fatores que afetam o início da vida produtiva são bastante similares entre os homens e mulheres.

Da mesma maneira entre os modelos dos grupos etários a maior diferença foi também de nível, com pequenas diferenças de significância entre algumas variáveis. Mas, é importante ressaltar que o grupo de 20 a 24 anos apresenta um componente significativo de seletividade, isto é, os jovens nesta faixa etária que ainda não entraram no mercado de trabalho são normalmente de famílias mais estruturadas e mesmo quando há alguma característica desfavorável ela parece se compensar por outro fator. Ademais, devido à configuração da variável de tamanho de coorte não foi possível incluí-la nestes modelos, graças à multicolinearidade.

Os modelos por período, por seu turno, serão analisados na seção 6.4.6 (Tamanho de coorte e diferenças entre os períodos).

³² Classificação com tradição marxista: SANTOS, 2002, tradição weberiana: SCALON, 1998 e RIBEIRO, 2002.

³³ Para ler mais sobre o assunto, ver: Blau e Duncan (1967), Levy (1966), Collins (1977). Outras classificações do tipo de Silva são citadas pelos próprios autores, como, a de Blishen, 1958, que foi criada para se estudar mobilidade e estratificação social no Canadá, nos Estados Unidos tem-se Blau e Duncan, 1967, Bogue, 1963 e Nam e Powers, 1968. Na Grã -Bretanha, Goldthorpe e Hope, 1974 e na Austrália, Broom *et al*, 1977.

TABELA 21 - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA OS JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 135,14* | 71,52* |
| Freq. Escola | -75,56* | -79,12* |
| Anos de Estudo | 12,54* | 15,06* |
| Idade | 25,45* | 23,72* |
| 1983 | -12,11*** | 40,84* |
| 1992 | 121,36* | 43,16* |
| Tam. da Coorte | 39,83* | 19,98** |
| Núm. de Filhos | 5,64* | -0,12 |
| Anos de Estudo da Mãe | -8,22* | -7,17* |
| Baixo-Inferior [▲] | 100,36* | -39,00*** |
| Baixo-Superior [▲] | 45,13* | 50,10* |
| Médio-Inferior [▲] | 26,95* | 43,23* |
| Médio-médio [▲] | 11,55** | 3,38 |
| Médio-superior [▲] | -5,51 | -27,76* |
| Pai Não Trabalha [▲] | 81,47* | 22,79 |
| Pai Desempregado [▲] | 50,87* | 110,71* |
| Pai Conta-Própria [♦] | 11,97* | -17,05* |
| Pai Empregador [♦] | 54,73* | -44,00* |
| Mãe Desempregada [•] | 42,26* | 266,84* |
| Mão inativa [•] | -24,10* | -15,39* |
| Outra situação [•] | -57,34* | -19,13 |
| Sexo do Chefe | 9,90 | -27,27** |
| RMSP [■] | 36,91* | 27,20* |
| RMRJ [■] | -29,19* | -49,91* |
| RMPE [■] | -25,93* | -17,20* |
| RMRS [■] | 5,15 | -10,52 |
| RMBA [■] | -35,91* | -47,42* |
| Constante | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ▲ Estrato Alto; ♦ Pai Empregado; • Mão ocupada; ■ RMMG

Fonte: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

6.4.1. A QUESTÃO DA TRANSIÇÃO POR SEXO E IDADE

A transição para o mercado de trabalho tem uma forte influência do sexo e da idade. Da mesma maneira, do que o observado na análise das taxas específicas, os homens apresentam maior propensão a ingressarem no mercado de trabalho, já que têm cerca de 135% a mais de chances que as mulheres de ingressarem como ocupados do que as mulheres, esse percentual diminui para 71,52% ao se analisar a transição para a situação de desemprego (TAB.21). Ressalta-se que a probabilidade de inserção via desemprego é maior entre as mulheres, mas, ao se analisar o ingresso na força de trabalho, o desemprego de inserção não pode ser analisado da mesma maneira que a taxa de desemprego da PEA, já que se refere à procura do primeiro emprego, não podendo inclusive inferir sobre o tempo de busca.

A probabilidade de se inserir no mercado de trabalho se eleva com a idade, sendo bastante similar entre a condição de ocupado e a de desocupado, cada ano a mais eleva em 25,45% e 23,72% a chance de transitar para a condição de ocupado e de desempregado, respectivamente (TAB.21).

Ao se utilizar a variável idade como *dummy* comparando-a com a idade de 15 anos, observa-se que há uma mudança importante dos 22 para os 23 anos, é quando o coeficiente para de crescer e cai, nas duas formas de transição analisadas (TAB.22). Isso pode indicar um efeito da seletividade do grupo que permanece inativo depois dos 22 anos, já que seriam jovens com maior nível de escolaridade e melhor estrutura familiar. Além disso, essa idade tem forte relação com os dados apresentados na seção 3.4, onde se verificou que a maioria dos jovens entre os 22 e 24 anos não declara mais sua posição na família como filhos, mas como chefes ou cônjuges.

TABELA 22 - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL COM IDADE SIMPLES PARA OS JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 135,94* | 71,79* |
| Freq. Escola | -75,14* | -78,45* |
| Anos de Estudo | 12,09* | 14,28* |
| 16 anos* | 46,81* | 45,39* |
| 17 anos* | 90,62* | 76,51* |
| 18 anos* | 129,16* | 134,59* |
| 19 anos* | 211,85* | 229,52* |
| 20 anos* | 2792,18* | 2236,62* |
| 21 anos* | 3108,62* | 1854,92* |
| 22 anos* | 3506,31* | 2363,05* |
| 23 anos* | 3217,84* | 2068,74* |
| 24 anos* | 3442,49* | 2118,91* |
| 1983 | -92,98* | -82,79* |
| 1992 | 313,91* | 140,70* |
| Tam. da Coorte | 1364,57* | 749,50* |
| Núm. de Filhos | 5,31* | -0,44 |
| Anos de Estudo da Mãe | -8,19* | -7,11* |
| Baixo-Inferior [▲] | 98,65* | -39,82*** |
| Baixo-Superior [▲] | 43,95* | 47,95* |
| Médio-Inferior [▲] | 25,54* | 40,75* |
| Médio-médio [▲] | 10,48*** | 1,57 |
| Médio-superior [▲] | -6,90 | -29,65* |
| Pai Não Trabalha [▲] | 81,06* | 22,17 |
| Pai Desempregado [▲] | 50,47* | 109,15* |
| Pai Conta-Própria [♦] | 12,29* | -16,70* |
| Pai Empregador [♦] | 56,74* | -42,96* |
| Mãe Desempregada [•] | 43,88* | 269,63* |
| Mão inativa [•] | -24,13* | -15,54* |
| Outra situação [•] | -57,54* | -20,14 |
| Sexo do Chefe | 10,08 | -27,13* |
| RMSP [■] | 37,61* | 28,32* |
| RMRJ [■] | -30,19* | -50,61* |
| RMPE [■] | -26,87* | -18,63* |
| RMRS [■] | 5,28 | -10,30 |
| RMBA [■] | -37,21* | -48,61* |
| Constante | | |

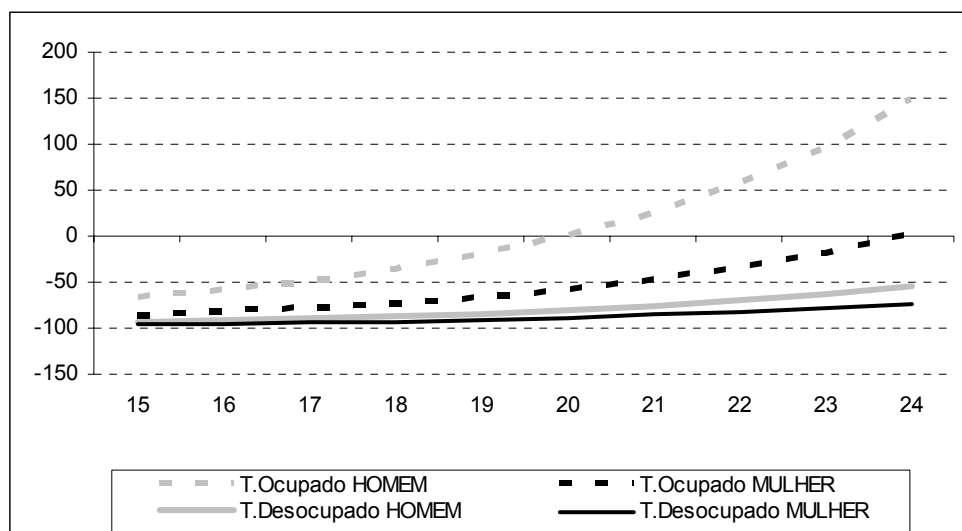
* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ♣ 15 anos; ▲ Estrato Alto; ♦ Pai Empregado; • Mão ocupada; ■ RMMG

Fonte: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

O **GRAF.13** ilustra a interação entre essas duas variáveis, para o ano de 2001 e compara os dois tipos de transição. Observa-se que a curva masculina tem um nível superior que a feminina indiferente da idade, e ademais, para ambos os sexos a probabilidade se eleva com a idade. A transição para o desemprego apresenta um nível inferior e as curvas para ambos os sexos são mais próximas. Ao longo do tempo houve uma diminuição da diferença entre as curvas, verificando-se a tendência de aproximação da curva feminina e a da masculina. Esses resultados reforçam os do capítulo anterior e de outros trabalhos, já citados. Ressalta-se, entretanto, que ainda persiste uma diferença significativa entre as curvas, que tende a aumentar com a idade (**GRÁF.14**).

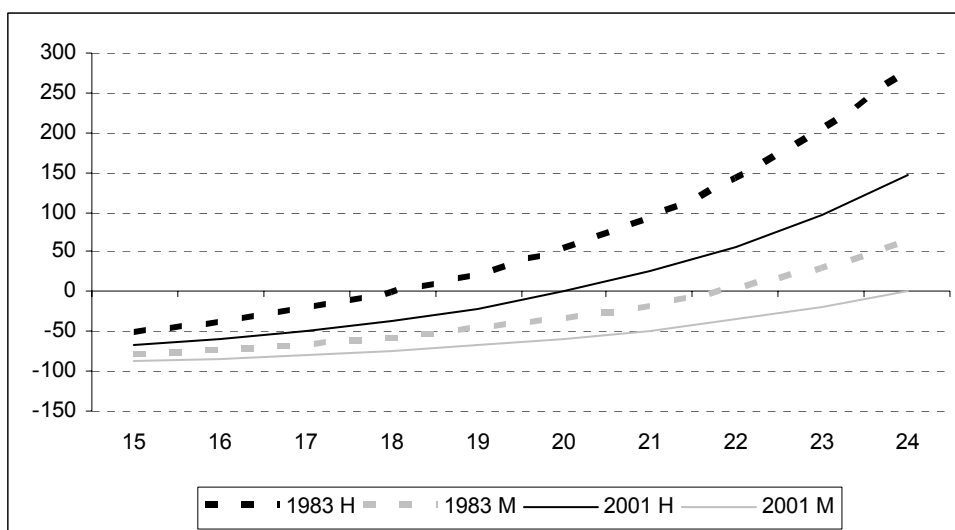
GRÁFICO 13 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR SEXO, IDADE E POR TIPO DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, COMPARANDO-SE COM A NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens com escolaridade média (7,31), tamanho médio da coorte (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

GRÁFICO 14 - INCREMENTOS PERCENTUAIS POR SEXO, IDADE E PERÍODO PARA A TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE OCUPADO, EM RELAÇÃO À NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983 E 2001



Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens com escolaridade média (7,31), tamanho médio da coorte (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

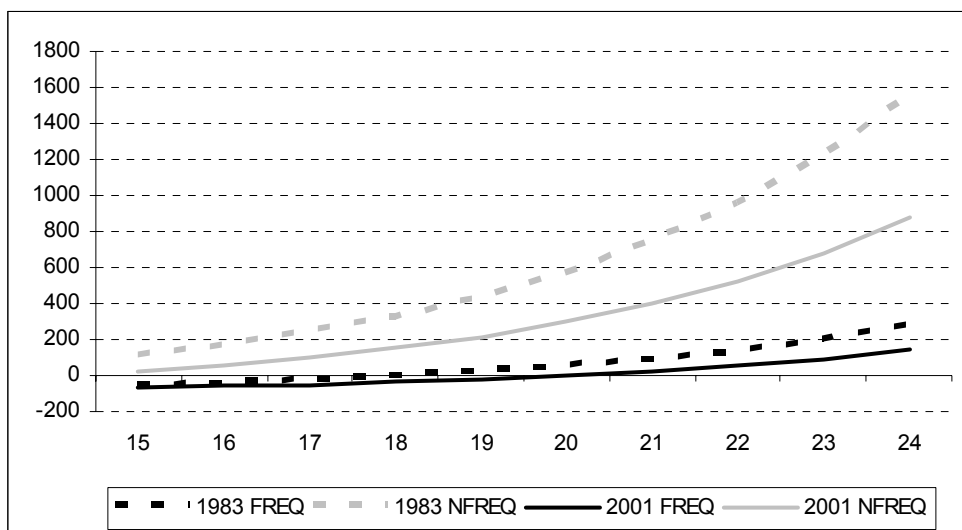
Vale também referir às principais diferenças entre homens e mulheres encontradas nos modelos separados (**TAB.16A** – anexo capítulo 6). A escolaridade tem um efeito maior entre as mulheres, tanto como ocupadas, quanto como desocupadas. Da mesma maneira, o tamanho da família tem um efeito maior entre as jovens do sexo feminino, visto que entre elas esse percentual se eleva em 9,19% a cada filho na família, e entre os jovens do sexo masculino o aumento é de apenas 2,73%. O pai ser empregador eleva em mais de 100% as chances de seu filho transitar da inatividade para uma ocupação, mas em não tem efeito sobre as filhas. E, por último, o sexo da família, que não é uma variável significativa para os homens, mas, entre as mulheres um chefe homem eleva em cerca de 45% suas chances de se inserirem no mercado de trabalho como ocupadas.

6.4.2. ESTAR OU NÃO NA ESCOLA E O INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

Como ressaltado no final do capítulo 5 frequentar escola³⁴ diminui a possibilidade do jovem ingressar no mercado de trabalho. Observa-se na **TAB.21**, que ser estudante diminui em cerca de 75,56% a possibilidade do jovem entre 15 e 24 anos ingressar no mercado de trabalho como ocupado do que permanecer inativo. Já para a condição de desempregado esse percentual é um pouco superior 79,19%.

A probabilidade de um jovem estudante iniciar sua vida produtiva vem diminuindo ao longo do tempo (ver **GRAF.15**). Como ressaltado por Hasenbalg (2003a), a expansão educacional entre 1980 e início dos anos 1990 não resultou em diminuição da presença de jovens na força de trabalho, mas a expansão vigorosa durante a década de 1990 teve por consequência uma menor proporção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho em todas as idades. A taxa de participação para todas as idades cai de 36%, em 1990, para 31,7%, em 1999.

GRÁFICO 15 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR FREQUÊNCIA OU NÃO À ESCOLA, IDADE E PERÍODO PARA A TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE OCUPADO, EM RELAÇÃO À NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983 E 2001



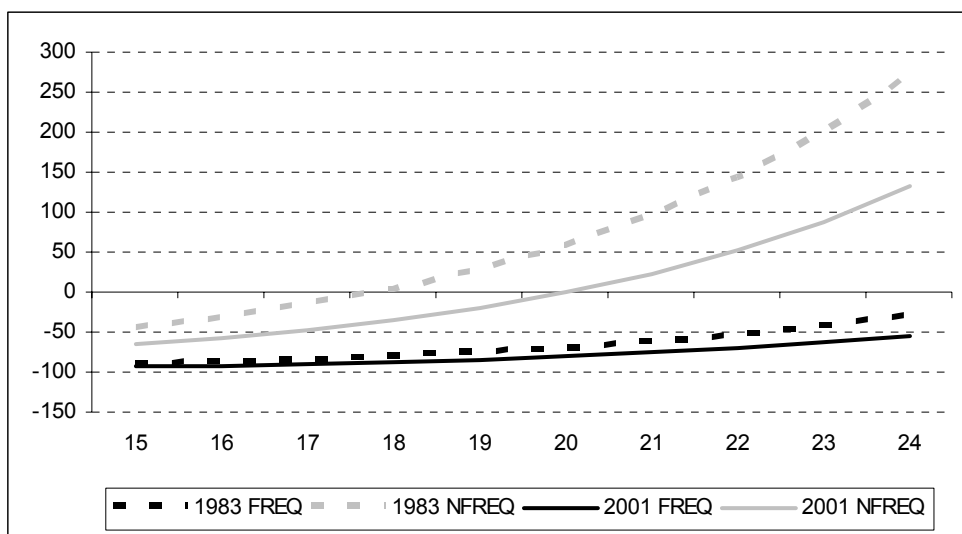
Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens homens, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

34 Para diminuir o efeito da simultaneidade da tomada de decisão, a frequência à escola refere-se ao período anterior da transição. Embora se reconheça que na realidade as decisões possam ser tomadas intemporalmente.

Com relação à transição para a condição de desocupado, observa-se que o mesmo movimento ocorreu, ou seja, houve uma diminuição da busca pelo primeiro emprego entre os jovens que freqüentam escola ao longo do tempo. O **GRÁF.16** abaixo apresenta os incrementos percentuais para o período mais antigo e o mais recente, considerados neste trabalho.

GRÁFICO 16 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR FREQUÊNCIA OU NÃO À ESCOLA, IDADE E PERÍODO PARA A TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE DESOCUPADO, EM RELAÇÃO À NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983 E 2001



Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens homens, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

6.4.3. ESCOLARIDADE COMO FATOR INFLUENTE DA PRIMEIRA TRANSIÇÃO

Quanto maior a escolaridade maior a probabilidade de ingresso no mercado de trabalho. De acordo com a **TAB.21**, cada ano a mais de estudo eleva em média 12,54% as chances de um jovem entre 15 e 24 anos ter realizado a transição para a condição de ocupado do que não ter ingressado no mercado de trabalho, e 15,06% de ter começado a procurar emprego do que permanecer inativo. O percentual ligeiramente superior para a condição de desempregado não é surpresa, já que com maiores níveis educacionais os jovens podem esperar mais tempo para aceitar uma proposta de trabalho, já que aguardam por uma oportunidade mais compatível com suas qualificações. Ademais, são estes jovens

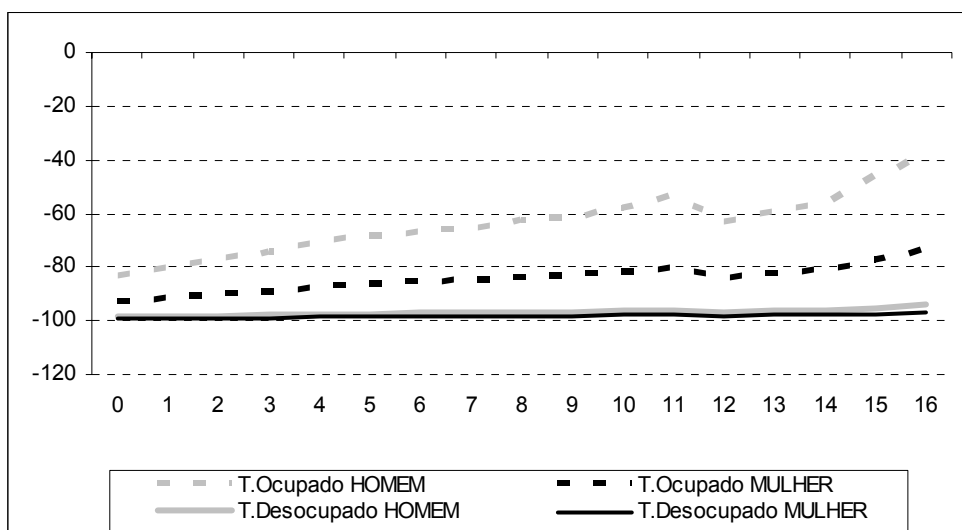
que apresentam uma melhor estrutura familiar, o que também os possibilita esperar por uma melhor oportunidade, já que podem contar com os recursos dos pais durante esse período.

Observando o **GRÁF. 17** nota-se uma elevação na curva aos 11 anos de escolaridade, ou seja, ao término do segundo grau. De acordo com a abordagem credencialista, a escolaridade é um indicador de treinabilidade e características do trabalhador, como a disciplina. Esse efeito parece ser maior entre os homens, já que a descontinuidade da curva é mais saliente entre eles.

Ademais, o efeito da escolaridade parece ter uma forte relação com a idade, embora seu efeito esteja controlado. Como salienta Becker (1981), o investimento em capital humano tende a diminuir com a idade, tanto pelo retorno quanto pelo custo, já que os custos de investimento tendem a ser mais baratos nas idades mais jovens, e ao mesmo tempo, o retorno do investimento tende a declinar com a idade.

Com relação à procura de emprego o formato da curva não é muito diferente entre os homens e as mulheres, mantendo-se ao um nível próximo aos 100% negativos.

GRÁFICO 17 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR ANOS DE ESCOLARIDADE, SEXO E TIPO DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, COMPARANDO-SE COM A NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



Fonte de dados: PME, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens homens que freqüentam escola, com idade média (17,49), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

Para testar se o efeito da escolaridade é marcado pelo credencialismo, utilizou-se um modelo em que a variável anos de estudo é *dummy*, tendo como referência “zero ano de estudo”. O modelo está apresentado abaixo na **TAB.23** e indica que o incremento por cada série concluída é linear, contrariando a expectativa credencialista, de que as séries de fechamento de um determinado grau representassem uma elevação no retorno. Por outro lado, esse resultado reforça que o efeito da escolaridade se relaciona com o da idade.

TABELA 23 - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL COM ESCOLARIDADE DUMMY PARA OS JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

(continua)

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|-----------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 134,49* | 72,82* |
| Freq. Escola | -75,42* | -77,03* |
| 1 ano de estudo* | 126,51* | 359,31* |
| 2 anos de estudo* | 204,15* | 378,31* |
| 3 anos de estudo* | 209,23* | 444,01* |
| 4 anos de estudo* | 233,81* | 627,13* |
| 5 anos de estudo* | 251,79* | 762,54* |
| 6 anos de estudo* | 269,68* | 807,32* |
| 7 anos de estudo* | 256,44* | 849,51* |
| 8 anos de estudo* | 341,82* | 1020,84* |
| 9 anos de estudo* | 380,22* | 978,49* |
| 10 anos de estudo* | 446,80* | 982,16* |
| 11 anos de estudo* | 564,79* | 1715,54* |
| 12 anos de estudo* | 616,07* | 846,09* |
| 13 anos de estudo* | 777,17* | 1124,38* |
| 14 anos de estudo* | 1013,11* | 1035,65* |
| 15 anos de estudo* | 1043,33* | 1223,89* |
| 16 anos de estudo* | 445,31* | 1021,09* |
| Idade | 26,40* | 27,70* |
| 1983 | -16,46** | 48,88* |
| 1992 | 116,88* | 41,42* |
| Tam. da Coorte | 44,45* | 18,77*** |
| Núm. de Filhos | 5,23* | -0,95 |
| Anos de Estudo da Mãe | -8,14* | -6,27* |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ♣ 0 ano de estudo.

Fonte: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

(conclusão)

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Baixo-Inferior [▲] | 106,52* | -32,67 |
| Baixo-Superior [▲] | 44,73* | 46,51* |
| Médio-Inferior [▲] | 28,07* | 37,84* |
| Médio-médio [▲] | 13,12** | 1,75 |
| Médio-superior [▲] | -4,75 | -25,74* |
| Pai Não Trabalha [▲] | 79,90* | 17,46 |
| Pai Desempregado [▲] | 50,64\8 | 109,43* |
| Pai Conta-Própria [♦] | 11,82* | -16,18* |
| Pai Empregador [♦] | 54,43* | -42,61* |
| Mãe Desempregada [•] | 41,59* | 266,84* |
| Mão inativa [•] | -23,67* | -14,49* |
| Outra situação [•] | -57,92* | -21,20 |
| Sexo do Chefe | 9,44* | -28,39** |
| RMSP [■] | 39,17* | 30,90* |
| RMRJ [■] | -28,97* | -49,77* |
| RMPE [■] | -25,48* | -17,15* |
| RMRS [■] | 6,50 | -8,49 |
| RMBA [■] | -35,58* | -48,39* |
| Constante | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ♣ 0 ano de estudo ▲ Estrato Alto; ♦Pai Empregado; • Mão ocupada;

■RMMG

Fonte: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

6.4.4. RECURSOS FAMILIARES COMO FATORES IMPORTANTES NO INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO

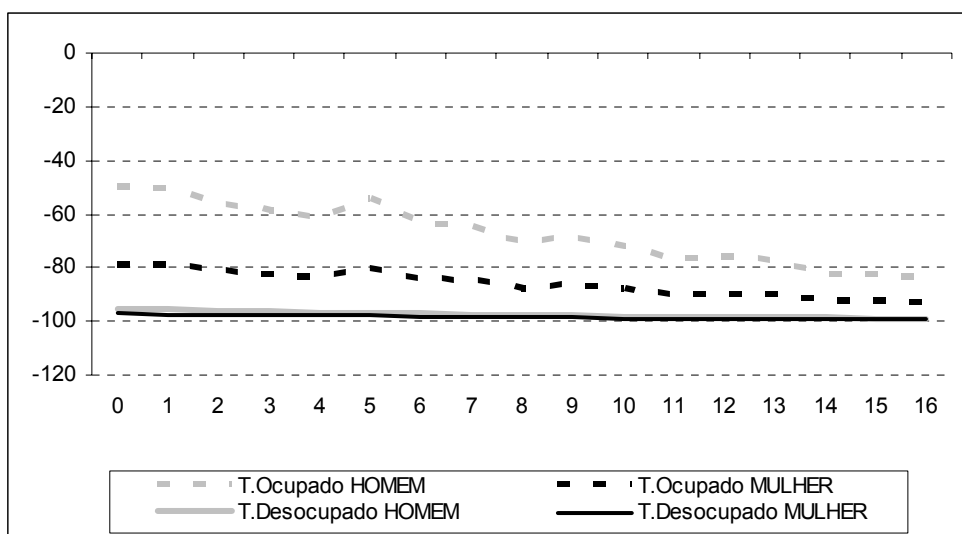
Foram considerados como recursos familiares, os capitais cultural, econômico e o social intra-familiar.

- CAPITAL CULTURAL E ECONÔMICO

A operacionalização do capital cultural foi a partir da educação da mãe. Diante dos resultados apresentados na **TAB.21**, observa-se que quanto maior a escolaridade da mãe menor é a possibilidade do filho entre 15 e 24 anos sair da inatividade, tanto para a condição de ocupado, quanto para começar a procurar um emprego (-8,22%; -7,17% respectivamente). Além disso, não houve uma diferença significativa entre os dois grupos etários analisados, nota-se apenas que cada ano a mais de escolaridade da mãe tem um efeito maior entre os jovens de 15 a 19 anos na transição para uma ocupação. A importância do capital cultural da mãe é principalmente a formação de um conjunto de gostos e preferências dos filhos, como por exemplo, a valorização da continuidade dos estudos.

O **GRÁF.18** ilustra essa queda para a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho como ocupado, em relação ao não ingresso. Tanto para os filhos quanto para as filhas o efeito é decrescente ao se elevar a educação materna. Com relação à busca pelo primeiro emprego, percebe-se que da mesma maneira que a escolaridade do próprio jovem a curva se mantém constante ao longo das idades e bastante similares entre os sexos.

GRÁFICO 18 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR ANOS DE ESCOLARIDADE DA MÃE, SEXO E TIPO DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, COMPARANDO-SE COM A NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



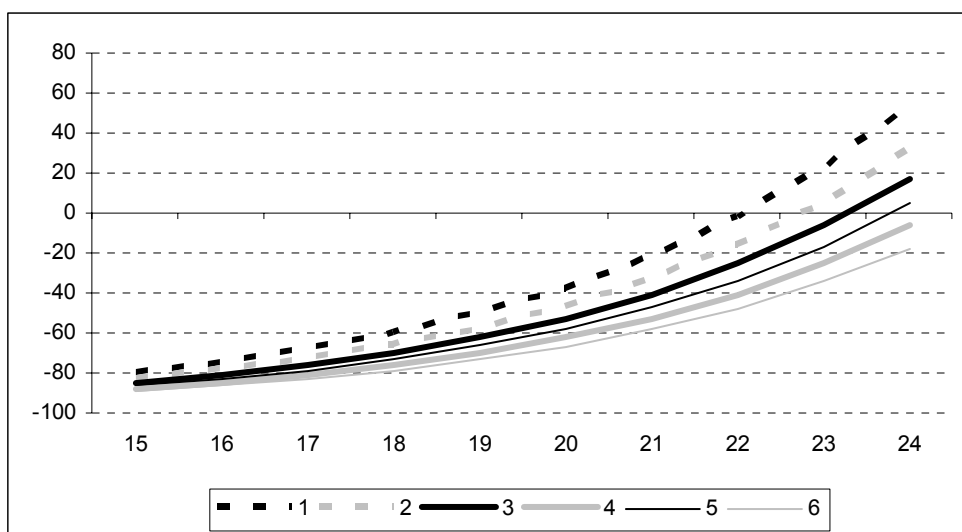
Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens que freqüentam escola, com escolaridade média (7,31), idade média (17,49), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

O sexo do chefe é também uma variável importante para se analisar a estrutura familiar. Jatobá (1990) e Tomás (2006) encontram maiores taxas de participação na força de trabalho nas famílias chefiadas por mulheres, o que normalmente está relacionado com o capital econômico do domicílio. Mas, neste estudo essa variável não foi significativa entre os jovens de 15 a 24 anos transitar para a situação de ocupado e da mesma forma não foi significativa ao se analisar os grupos etários separadamente.

Uma outra característica da família que foi interpretada como capital econômico, e ao mesmo tempo, representa uma dimensão do capital cultural, foi a ocupação do pai, sendo aqui utilizado os seis estratos ocupacionais (baixo-inferior, baixo-superior, médio-inferior, médio-médio, médio-superior e alto) definidos por Pastore e Silva (2000). Observa-se através do **GRAF. 19** que quanto maior o estrato ocupacional do pai, menor é o nível da curva de transição.

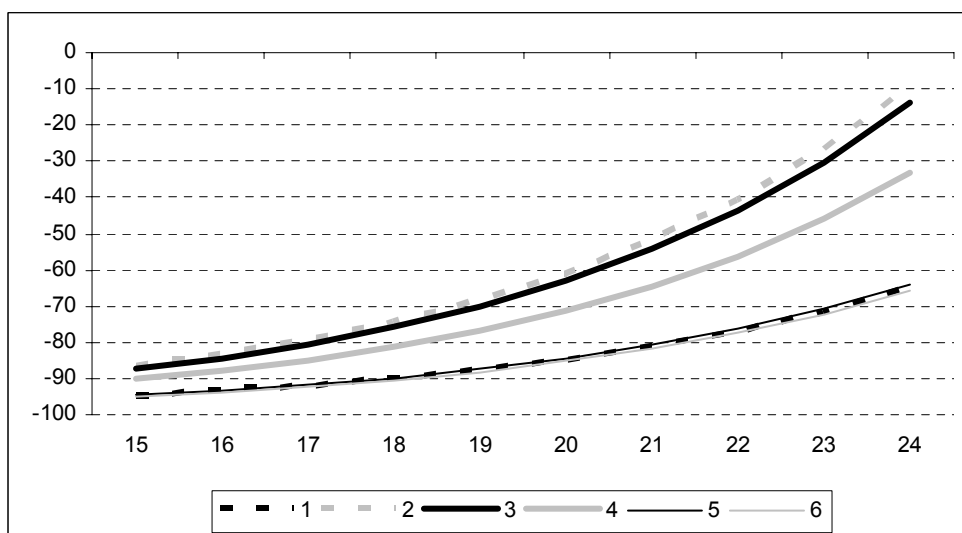
GRÁFICO 19 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR ESTRATO OCUPACIONAL DO PAI E IDADE PARA A TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A CONDIÇÃO DE OCUPADO, EM RELAÇÃO À NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



Legenda: 1=Baixo-inferior; 2=Baixo-superior; 3=Médio-inferior; 4=Médio-médio; 5=Médio-superior e 6=Alto. Perfil: Jovens do sexo masculino que freqüentam escola, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

GRÁFICO 20 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR ESTRATO OCUPACIONAL DO PAI E IDADE PARA A TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A CONDIÇÃO DE DESOCUPADO, EM RELAÇÃO À NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovens do sexo masculino que freqüentam escola, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), escolaridade materna média (5,58), mãe desocupada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

Outra característica da ocupação dos pais que também influencia o momento de ingresso no mercado de trabalho é a posição na ocupação, já que os filhos de pais que são conta-própria ou empregador têm maior chance de transitar para o mercado de trabalho como ocupados, em média 11,97% e 54,73%, respectivamente (**TAB. 21**). Por outro lado, apresenta um efeito negativo para a situação de desempregado aproximadamente menos 17% e 44%. Uma possível explicação para esse efeito contrário é que os jovens que têm pais que trabalham por conta-própria ou podem empregá-los começam a trabalhar com os pais. Leme e Wajnman (2000) analisaram pais conta-própria e empregador conjuntamente e observaram uma mudança entre 1981 e 1996, já que no primeiro período os filhos destes trabalhadores, entre 15 e 19 anos, tinham maior probabilidade de estudar do que trabalharem, mas no segundo momento, diminui a probabilidade de não trabalhar e estudar e aumenta a de trabalhar e estudar.

- CAPITAL SOCIAL

O capital social intra-familiar foi operacionalizado de duas maneiras, a primeira pelo número de filhos e a segunda se a mãe era inativa, já que dessa forma ela pode dedicar tempo ao filho, inclusive para o desenvolvimento de seu capital humano. Sobre o número de filho, observa-se que cada filho a mais na família eleva em 5,64% as chances de entrar no mercado de trabalho ocupado, em relação a não ingressar. E por outro lado, não tem significância entre transitar para a situação de desocupado ou permanecer inativo. Desse modo, quanto maior a família maior menor a probabilidade de se permanecer inativo entre os filhos de 15 a 24 anos (**TAB.21**).

Já ter uma mãe inativa, em relação à mãe estar ocupada, diminui em cerca de 24% a possibilidade de entrar no mercado de trabalho ocupado, e em 15,39% as de transitar para a situação de desocupado, em relação a permanecer na inatividade, entre os filhos de 15 a 24 anos. Ressalta-se que entre os jovens de 15 a 19 anos o efeito de transitar para a situação de desemprego é significativa diminuindo em 22,17% suas chances, por outro lado o resultado não é significativo para os jovens de 20 a 24 anos (**TAB.21**).

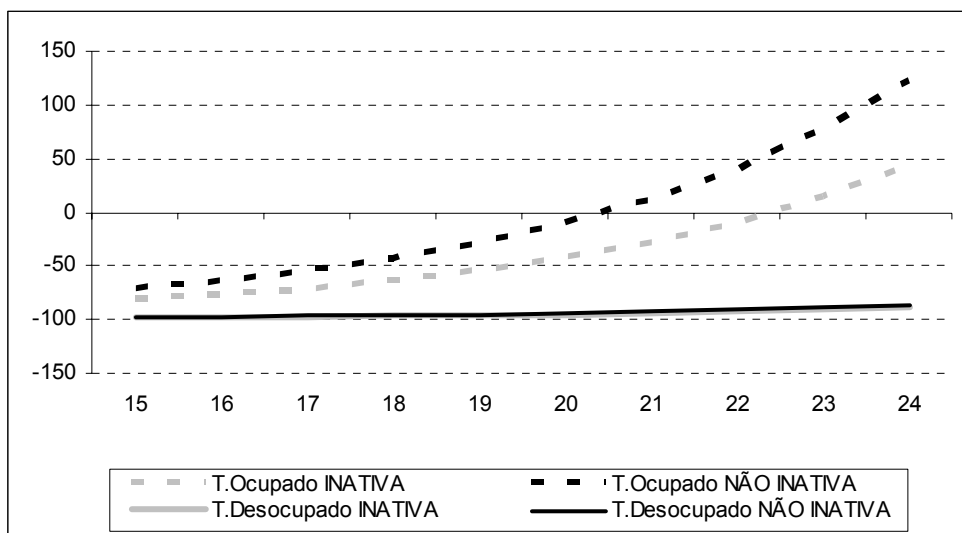
Portanto, o capital social intra-familiar tem importante papel na criação do capital humano do jovem e no seu adiamento do ingresso no mercado de trabalho. Dessa forma, pode-se referenciar à abordagem de Coleman (1998) a respeito da necessidade do capital social da família para o desenvolvimento do capital humano dos filhos, ou seja, os pais precisam dedicar tempo aos filhos. Além disso, Lam e Mateleto (2002) concluem, para o

caso da educação, que apesar do tamanho da coorte coortes menores terem um efeito importante na expansão educacional no país, o tamanho da família e a escolaridade dos pais continuam sendo as variáveis mais importantes na determinação da escolaridade dos filhos. Verona (2004) também chega a resultados que apontam para um *trade-off* entre educação dos filhos e fecundidade.

Ao mesmo tempo não se pode esquecer que as famílias em que as mães não trabalham e nem mesmo buscam uma ocupação, provavelmente são aquelas mais estruturadas e financeiramente estáveis em que além de tempo, dispõe de recursos para investir nos filhos. O mesmo que ocorre com famílias menores, em que os pais podem investir mais recursos financeiros nos filhos, que se preparam melhor para o mercado de trabalho, argumentação que se fundamenta na abordagem de Bourdieu. (1998, 2002) sobre a inter-relação dos capitais.

O **GRAF.21** abaixo ilustra o efeito da inatividade da mãe, sendo que a curva para o desemprego de inserção é praticamente a mesma entre as mães inativas e não inativas.

GRÁFICO 21 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR INATIVIDADE OU NÃO DA MÃE, IDADE E TIPO DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, COMPARANDO-SE COM A NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem do sexo masculino que frequenta escola, com escolaridade média (7,31), idade média (17,49), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

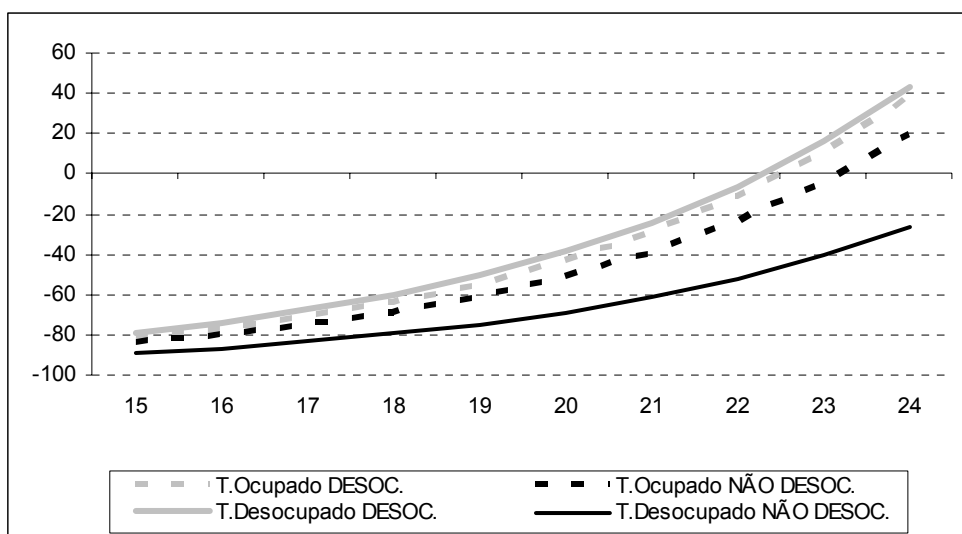
6.4.5. O EFEITO TRABALHADOR ADICIONAL

Está-se considerando como efeito do trabalhador adicional, influência do desemprego do pai e da mãe, dado que quando o responsável pela família torna-se desempregado outros membros se sentem motivados a trabalhar. Entre os resultados da **TAB.21**, comparando com a categoria do estrato alto, os filhos entre 15 e 24 anos de pais desempregados têm cerca de 51% de ingressarem como ocupados, do que ficarem inativos, nos anos analisados. Já para a condição de desempregados o percentual se eleva para 110%. Isto é, quando o pai está desocupado há grande chance de o filho sair em busca de emprego.

Esses resultados se diferem dos de Oliveira (2005) que não achou um efeito significativo entre os primeiros filhos de 10 a 18 anos, também com os dados da PME. Já no trabalho de Tomás (2006), o chefe do domicílio estar ocupado eleva a possibilidade do filho entre 10 e 24 anos estar se dedicando apenas aos estudos ao invés de também ter que ajudar nas tarefas domésticas e/ou trabalhar. Por outro lado, não há relação entre o chefe estar ocupado e diminuir a probabilidade do filho apenas trabalhar em detrimento a apenas estudar, como o esperado.

O **GRAF. 22** abaixo ilustra o efeito por idade do desemprego do pai, para os dois tipos de transição analisados. Observa-se que as curvas para ambos os tipos são superiores no caso de pais desempregados, sendo bastante próximas. O menor nível está entre os jovens filhos, de pais que não estão desocupados, e começam a procurar um emprego ao invés de permanecerem inativos.

GRÁFICO 22 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR DESEMPREGO OU NÃO DO PAI, IDADE E TIPO DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, COMPARANDO-SE COM A NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



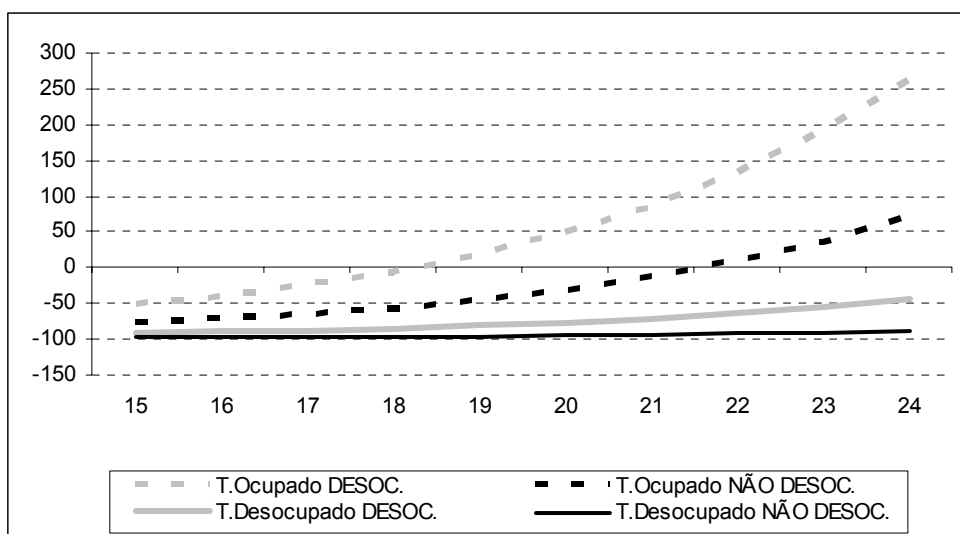
Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem do sexo masculino que frequenta escola, com escolaridade média (7,31), idade média (17,49), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), mãe desempregada, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

Diferentemente dos trabalhos citados, incorporou-se o desemprego da mãe na análise, já que a mãe/esposa seria a primeira a sair do domicílio para trabalhar após o pai perder o emprego, espera-se que o efeito dela estar desempregada, portanto, seja maior que o do pai, isso ocorre em relação ao ingresso dos filhos como desocupado (266,84%), mas para a condição de ocupado é um pouco inferior, 42,26% (**TAB.21**). Esse resultado reforça a abordagem do trabalhador adicional no início da vida ativa, visto que parece que o ingresso, principalmente, a procura por um emprego está fortemente associada ao desemprego dos pais.

O **GRAF.23** que se seguem apresentam os incrementos percentuais entre os dois grupos etários para mães que estão e não estão desempregadas.

GRÁFICO 23 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR DESEMPREGO OU NÃO DA MÃE, IDADE E TIPO DE TRANSIÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO, COMPARANDO-SE COM A NÃO TRANSIÇÃO – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001



Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem do sexo masculino que frequenta escola, com escolaridade média (7,31), idade média (17,49), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), estrato ocupacional do pai: baixo inferior, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

6.4.6. TAMANHO DE COORTE E DIFERENÇAS ENTRE OS PERÍODOS

O tamanho de coorte foi positivo e significativo, indicando que quanto menor grupo de ingresso no mercado de trabalho, maior é a probabilidade de ingresso no mercado de trabalho, já que foi observada uma queda no percentual de jovens na população em idade ativa entre 1983 e 2001. Mas, ressalta-se que a medida utilizada de tamanho de coorte e o recorte temporal feito não foram satisfatórios para isolar seu efeito, que foi bastante influenciado pelo período. Inclusive, da mesma maneira que se observa um incremento na participação dos jovens no mercado de trabalho em 1992, também se nota uma elevação no tamanho da coorte, neste período. Dessa maneira, faz-se necessário estudar novas possibilidades de se captar o efeito coorte em modelos com poucos períodos, diferentes dos que utilizam dados agrupados.

Para responder ao segundo questionamento deste capítulo, qual seja, se ao longo do tempo tem alterado a relação entre escolaridade, as características da família e o tamanho de coorte e a transição para o primeiro emprego foram rodados modelos para cada período. As diferenças principais foram de nível, especialmente ao se referir às características individuais, de maneira, geral a estrutura permanece ao longo do tempo. Não há variáveis

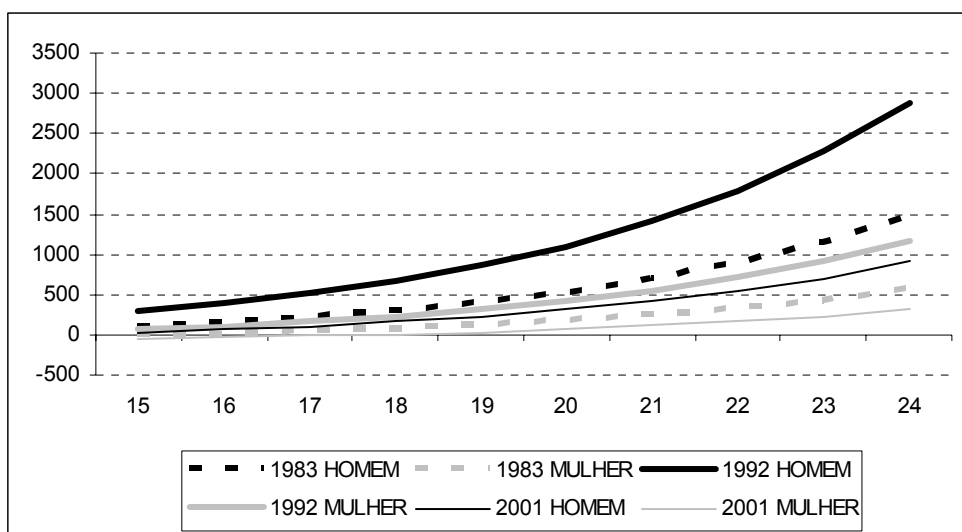
que perdem significância ou mudam o sentido entre os três períodos (ver **TABs. 18A a 20A**)

Vale ressaltar que o ingresso tem diminuído ao longo do tempo, mas o período de 1992 parece apresentar uma peculiaridade. Como já identificado na análise das taxas específicas o ano de 1992 apresentou um aumento na probabilidade dos jovens entrarem na vida produtiva. Fato que parece indicar uma maior inserção graças a um período de recesso por que passou o país no início da década de noventa, com a diminuição do poder aquisitivo das famílias. Possivelmente os filhos precisaram entrar no mercado de trabalho, mesmo com uma expansão educacional no período. Essa maior inserção não significa que necessariamente que o mercado estava menos precário para este grupo, incentivando-os a começar sua vida laboral. Pelo contrário, segundo Montali (1998), foram os jovens que mais sofreram com a reestruturação produtiva, neste período.

Os **GRAFs. 24 a 27** apresentam dois perfis para comparação, o primeiro são de jovens que não estudam e têm pais no estrato ocupacional baixo-inferior e mãe desempregada e o segundo trata-se de jovens que freqüentam escola, têm pais no estrato ocupacional alto e mãe inativa. Quanto ao formato das elas indicam o nível de inserção no mercado de trabalho entre os jovens filhos de 15 a 24 anos.

Os jovens do primeiro perfil apresentam probabilidades bastante superiores de realizarem a transição tanto para a condição de ocupados quanto para a de desocupados. A curva entre os jovens do segundo perfil ao ingressarem no mercado apenas é positiva entre os homens aos 22 anos em 1992; nos outros dois períodos permanece negativa em todas as idades. As diferenças entre os períodos são igualmente marcantes, com o menor nível entre as mulheres em 2001.

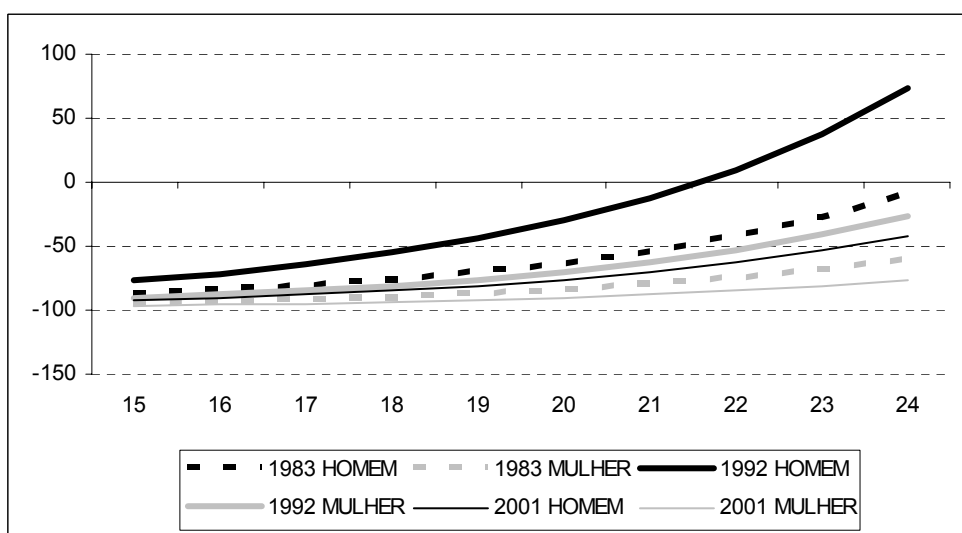
GRÁFICO 24 – INCREMENTOS PERCENTUAIS POR PERFIL ESPECIFICADO, PARA TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE OCUPADO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem que **não frequenta escola**, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), **estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desempregada**, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

GRÁFICO 25 - INCREMENTOS PERCENTUAIS POR PERFIL ESPECIFICADO, PARA TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE OCUPADO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

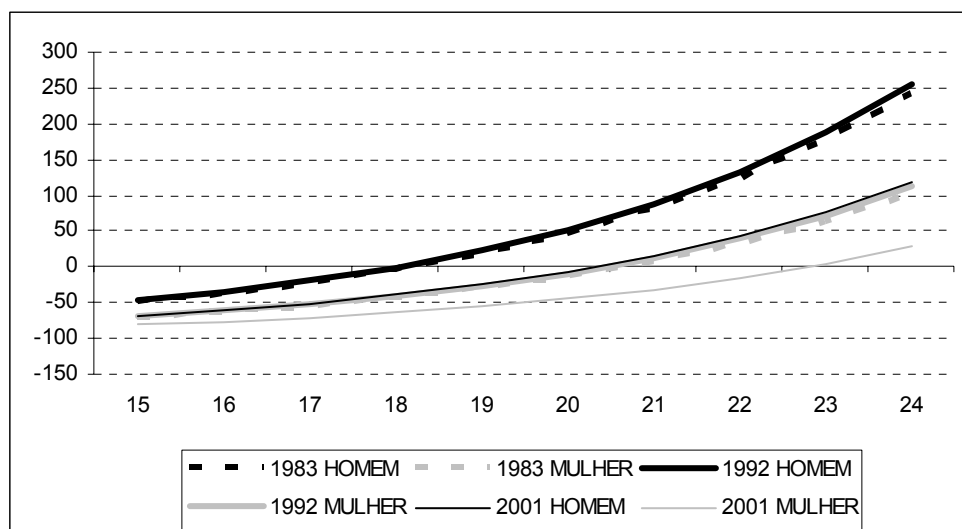


Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem que **frequenta escola**, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), **estrato ocupacional do pai: alto, mãe inativa**, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

No caso da busca pelo primeiro emprego, observa-se que há grande semelhança entre as curvas de 1992 e 1983, sendo que a curva masculina de 2001 é similar a das mulheres nos períodos anteriores, para ambos os perfis. Dessa maneira, pode-se dizer que os jovens entre 15 e 24 anos diminuíram sua inserção como desempregados de inserção, entre 1992 e 1983. Além disso, a curva entre o primeiro perfil só é positiva aos 18 anos, entre os homens nos períodos de 1983 e 1992, aos 20 anos de idade entre os homens em 2001 e as mulheres nos períodos de 1983 e 1992 e apenas aos 23 anos entre as jovens do sexo feminino no terceiro período analisado. Já entre o segundo perfil, a curva é negativa entre todos os três períodos analisados e para ambos os sexos.

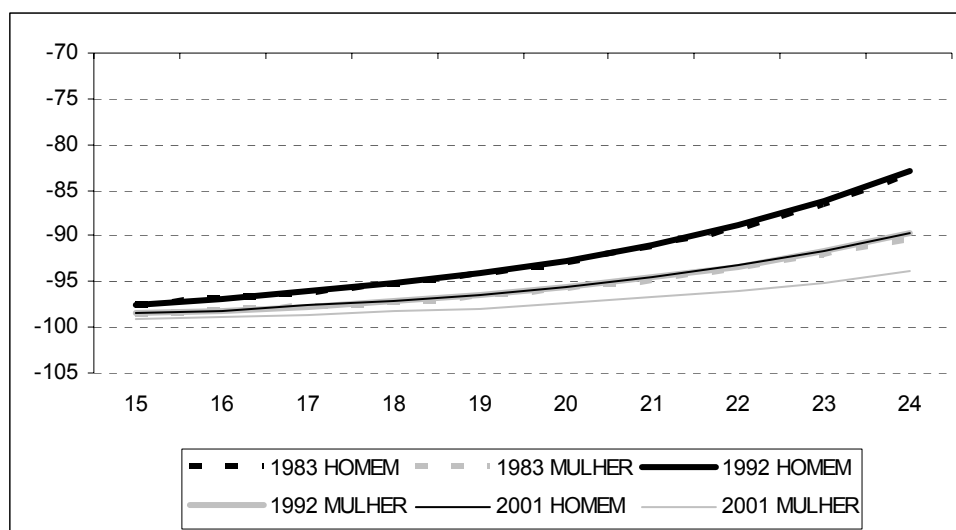
GRÁFICO 26 - INCREMENTOS PERCENTUAIS POR PERFIL ESPECIFICADO, PARA TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE DESOCUPADO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem que **não frequenta escola**, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), **estrato ocupacional do pai: baixo inferior, mãe desempregada**, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

GRÁFICO 27 - INCREMENTOS PERCENTUAIS POR PERFIL ESPECIFICADO, PARA TRANSIÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO PARA A SITUAÇÃO DE DESOCUPADO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

Perfil: Jovem que **freqüenta escola**, com escolaridade média (7,31), tamanho de coorte médio (13,36%), número de filhos médio (2,99), **estrato ocupacional do pai: alto, mãe inativa**, sexo do chefe da família masculino e residente na RMSP.

6.5. COMENTÁRIOS FINAIS

Neste capítulo buscou-se compreender os fatores que influenciam a entrada do jovem no mercado de trabalho, focando em três principais conjuntos de variáveis: i) as características individuais, como a escolaridade, a freqüência ou não à escola; ii) os recursos familiares, conhecidos como capital cultural, econômico e social intra-familiar e, por fim 3) as variáveis demográficas, na modelagem do IPC micro. Escolheu-se o modelo logit multinomial para a análise.

A partir dos resultados encontrados e respondendo à primeira pergunta colocada no início deste capítulo: quais são os fatores que influenciam a transição para o mercado de trabalho e em que medida? Pode-se concluir que todas as três dimensões (características individuais, recursos familiares e variáveis demográficas) apresentam influência sobre a decisão de ingressar ou não no mercado de trabalho, entre os filhos de 15 a 24 anos.

Já sobre o segundo questionamento se ao longo do tempo tem se alterado a relação entre escolaridade, as características da família e o tamanho de coorte e a transição para o primeiro emprego, pode-se dizer que a principal diferença ao longo do tempo foi de nível e não estrutura, ou seja, mantém-se uma certa coerência entre os três períodos analisados.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou a transição para o mercado de trabalho, ou a passagem da condição de inativo para a de ativo economicamente, entre os jovens de 15 a 24 anos, durante os períodos 1982/1983, 1991/1992 e 2000/2001, em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, conjuntamente.

Com o cálculo da idade média do primeiro emprego foi possível verificar o adiamento na inserção na força de trabalho entre 1983 e 2001, em quase um ano por década. Esse postergamento está presente tanto entre os jovens do sexo masculino, quanto entre as jovens do sexo feminino. Não é possível explicar essa mudança apenas com o aumento da escolaridade, já que se sabe grande parte dos jovens acumula as duas atividades, como é possível observar nos gráficos das taxas específicas entre os jovens estudantes, no capítulo 5. Por outro lado, não se pode excluir a influência de outras variáveis, como as próprias questões do mercado de trabalho, embora tenha ocorrido um aumento tanto na frequência à escola quanto na escolaridade entre os jovens.

As análises das taxas específicas de transição e das tabelas de sobrevivência reforçam os dados do capítulo 4 e também demonstram que há diferenças entre a transição para a condição de ocupado e para a de desocupado. Ademais, as diferenças entre os sexos parecem diminuir ao longo do tempo, graças a uma queda na taxa de transição dos homens e uma elevação na taxa de transição das mulheres, o que tem por consequência uma aproximação do processo de transição entre eles. Estar na escola, por sua vez, significa adiar a entrada no mercado de trabalho, sendo os jovens que não estudavam aqueles que apresentam as maiores taxas de transição em todos os períodos analisados. Dentre as mudanças no padrão de inserção pode-se ainda mencionar a grande diminuição das taxas de transição entre os jovens de 15 a 17 anos, o que pode ser explicado pelo aumento da retenção destes jovens na escola.

Duas características da primeira ocupação que merecem destaque são: 1) menos de 50% dos jovens entre 15 e 24 anos, em sua primeira ocupação, tem carteira de trabalho assinada, além disso, esse percentual é inferior em 2001, em relação aos períodos anteriores; 2) a jornada de trabalho destes jovens é extensa, a maioria deles trabalhava mais de 40 horas semanais, em 1983 e 1992. Em 2001, há uma diminuição neste grupo, em contrapartida houve um aumento no intervalo de 31 a 40 horas trabalhadas por semana.

Ao se comparar as características de escolaridade e da família dos jovens que ingressaram no mercado de trabalho e aqueles que permaneceram na inatividade, estes últimos têm pais com maiores níveis educacionais e menores famílias, o que aponta para a importante influência das características da família na transição para o mercado de trabalho. Este resultado foi corroborado com os encontrados através do modelo logit multinomial, onde se observou que a estrutura familiar é um importante fator na análise do ingresso do jovem no mercado de trabalho, tanto por razões econômicas, que possibilitam um ingresso mais tardio e maiores investimentos em educação, quanto pela dedicação do tempo dos pais aos filhos (capital social intra-familiar) ou pela formação de preferências, verificado através do efeito do capital cultural.

Quanto maior o estrato ocupacional dos pais menores são as chances dos filhos entre 15 e 24 anos iniciar sua vida produtiva. A posição na ocupação também se relaciona com esse momento do ciclo de vida, visto que os filhos de pais na condição de empregadores e conta-própria têm uma probabilidade superior de sair da inatividade, provavelmente porque seu ingresso no mercado de trabalho ocorra através do envolvimento nas atividades dos pais.

A vida econômica dos pais também influencia a transição para o mercado de trabalho, quando eles estão desempregados, sendo a probabilidade de ingresso mais elevada com o desemprego materno, como se esperava. Segundo, a abordagem do trabalhador adicional quando o chefe da família fica desempregado outros membros tendem a sair do domicílio para trabalhar, primeiramente a esposa/mãe e depois é que sairiam os filhos, o que explicaria o seu efeito superior.

Um dos resultados mais interessantes foi exatamente com a atividade da mãe, dado que com apenas uma variável foi possível analisar duas abordagens teóricas. Enquanto a inatividade favorece a não transição pela possibilidade de dedicação ao filho e por uma melhor estrutura familiar, o desemprego incentiva a inserção no mercado de trabalho. Desse modo, o efeito contrário das duas categorias deixa claro que as motivações para uma ou outra condição são distintas.

A escolaridade nessa fase da vida parece estar bastante associada à idade e não apresentou um efeito de credencial, já que o incremento por cada ano de escolaridade é linear. Não só o aumento do nível de escolaridade diminui a possibilidade de transitar para o mercado de trabalho, mas também a frequência à escola.

A operacionalização da variável tamanho de coorte favoreceu uma forte relação com o período, dessa maneira, existe aqui uma outra questão levantada para estudos

posteriores, qual seja, a exploração de outras dimensões que caracterizam a coorte, e outras formas de se operacionalizar seu tamanho a fim de incluí-lo como uma variável independente, em especial, em modelos com dados não agrupados e com poucos períodos.

Estes resultados respondem as perguntas levantadas nesse trabalho, com relação às mudanças ao longo do tempo e as diferenças entre homens e mulheres e jovens que freqüentam ou não escola. Além disso, auxiliam a compreender os fatores que estão associados à decisão de ingressar no mercado de trabalho, representando, principalmente, uma contribuição às discussões sobre o início da vida produtiva, a família, a escola e mudanças recentes na configuração demográfica do país. O trabalho também contribui para uma discussão metodológica, por aplicar técnicas de fecundidade e mortalidade para o estudo do mercado de trabalho, principalmente o cálculo da idade média da primeira ocupação através de uma metodologia de coorte hipotética.

Mas, outras questões importantes ainda permanecem sem respostas, como por exemplo, o percentual de jovens que saem da escola sem terminar um nível para entrar no mercado de trabalho e quais são suas motivações, bem como uma análise comparando os jovens que ingressam ou não no mercado de trabalho e passam por outra etapa da transição para a vida adulta, como o casamento e a formação de um novo domicílio, dentre diversos outros estudos. Com os dados deste trabalho, pretende-se continuar a investigação modelando as esperanças de vida encontradas nas tabelas de sobrevivência, a fim de melhor compreender a influência das características individuais, os recursos familiares e as variáveis demográficas na duração da inatividade. Dessa maneira, o trabalho contribui também para reforçar uma agenda de pesquisa de cientistas interessados no assunto.

Além disso, aos formuladores e avaliadores de políticas públicas vários resultados são também importantes, principalmente no que concerne a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho, o perfil dos jovens que buscam o primeiro e as mudanças na estrutura etária que vêm ocorrendo nas regiões metropolitanas, consideradas, em termos de mercado de trabalho, como referência do que está ocorrendo no país.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROW, K.; BOWLES, S.; DURLAUF, S. (Eds) **Meritocracy and economic inequality**. New Jersey: Princeton University, 2000. 272 p.

ARRUDA, M. R. de. **Prolongamento da juventude: opção ou falta de opção?** 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. 1998. 44f. (Trabalho apresentado no XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu, MG, 1998)

BARROS, M. D. de; XIMENES, R; LIMA, M.L. C. de. Mortalidade por causas externas em crianças e adolescentes: tendências de 1979 a 1995. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.142-149, abr. 2001.

BECKER, G. S. **A treatise on the family**. Cambridge; London: Harvard University, 1991. 304 p.

BEN-PORATH, Y. Market, government, and Israel's muted baby boom. In: LEE, R.; ARTHUR, W.B.; RODGERS, G. (Eds.) **Economics of changing age distribution in developed countries**. Oxford: Clarendon, 1988. p.12-38

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. A "Onda Jovem" e seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n. 8, p. 1-28, dez. 1992.

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F. A. Descontinuidades demográficas no Brasil e no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu. **Anais**. São Paulo: ABEP, 1990, v. 2. p.595-631

BERCOVICH, A.; MADEIRA, F.; TORRES, H. Descontinuidades demográficas. In: FUNDAÇÃO SEADE. **20 anos no ano 2000: estudos sóciodemográficos sobre a juventude paulista**. São Paulo: SEADE, 1998. p. 2-12.

BERCOVICH, A.; MASSÉ, G. Descontinuidades demográficas, onda jovem de mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Argentina. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE POBLACIÓN, 1., 2004, Caxambu. **Anais**. Campinas: ABEP, 2004. (Disponível em CD-ROM)

BERG, I. **Education and Jobs**. New York: Praeger, 1970. 200p. *apud* FERNANDES, D. C.; NEVES, J. A.; HALLER, A. Credencialismo, correspondência ou capital humano? Como a escolaridade afeta a determinação de cargos e salários de trabalhadores da indústria de transformação no Brasil. **Estudos Avançados em Administração**, v. 7, n. 1, p.1033-1048, jun/1999.

BIRDSALL, N.; SINDING, S.W. How and why population matters: new findings: new issues. In: BIRDSALL, N.; KELLEY, A.C.; SINDING, S.W. (Eds.) **Population matters: demographic change, economic growth, and poverty in the developing world**. Oxford: Oxford University, 2001. p. 3-24.

BLAU, P.M.; DUNCAN, O. D. **The American occupational structure**, New York: John Wiley & Sons, 1967. 513 p.

BLISHEN, B. The construction and use of an occupational class scale. *Canadian Journal of Economics and Political Science*, v. 24, n. 4, p.519-531, 1958 *apud* PASTORE, J.; VALE SILVA, N. do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000. 98p.

BLOSSFELD, Hans-Peter; HAMERLE, A.; MAYER, K. U. **Event history analysis: statistical theory and application in the social sciences**. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1989. Cap. 2 a 4, p. 14-140.

BOGUE, D. **Skid row in American cities**. Chicago: Community and Family Study Center, 1963. 521 p.

BOURDIEU, P. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, J; HALSEY, A. H. (Eds.) **Power and ideology in education**. New York: Oxford University, 1977. p. 487-511.

BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgment of taste**. Cambridge: Harvard University, 1984. 613p.

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112–121.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 256 p.

BOURDIEU, P. The forms of the Capital. In: BIGGART, N. (Org.) **Readings in economic sociology**. Malden: Blackwell, 2002. p. 280-291.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. 361p.

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Schooling in capitalist America**. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

BROOM, L.; DUNCAN-JONES, P.; LANCASTER, F.; McDONNELL, P. The social standing of the jobs: scores for all Australian occupations. *Social Science Research*, v. 6, n. 21, p. 211-224, 1967.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; PASINATO, M.T.; KANSO, S. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. p. 1-29. (Texto para discussão; 1038)

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Cap. 2, p. 31-60.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. . In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006a. Cap. 4, p. 95-136.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L.; KANSO, S.; ANDRADE, A. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006b. Cap. 7, p. 199-224.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L.; ANDRADE, A. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006c. Cap. 9, p. 257-290.

CAMERON, A. C.; TRIVEDI, P. K. **Supplement to microeconometrics: methods and applications.** New York : Cambridge University, 2005. 939 p.

CARVALHO, J. A.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia.** 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1998. 63 p.

CELADE/CEPAL/ FNUAP. **Juventud, población y desarrollo en américa y el caribe: problemas, oportunidades y desafíos.** Santiago do Chile: Celade/CEPAL/ FNUAP, 2000 .*apud* HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V (orgs.). **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

COALE, A. J. Age patterns of marriage. **Population Studies**, v. 25, n. 2, p.193-214, July 1971.

COALE, A. J.; TRUSSEL, J. Model fertility schedules: variations in the age structure of childbearing in human populations. **Population Index**, v. 40, n. 2, p. 185-257, 1974.

COLEMAN, J. S. Social capital in the creation of human capital. **American journal of Sociology**, v. 94, Suppl., p. S95-S120, 1988.

COLLINS, R. Functional and conflict theories of education stratification. In: KARABEL, J.; HALSEY, A. H. (Eds.) **Power and ideology in education.** New York: Oxford University, 1977. p. 118-136.

COLLINS, R. **The credential society: an historical sociology of education and stratification.** New York: Academic Press, 1979. 222 p.

CORSEUIL, C. H.; SANTOS, D. D. Decisões críticas em idades críticas: a escolha dos jovens entre estudo e trabalho em seis países da América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Caxambu, 2000. **Brasil 500 anos: mudanças e continuidades.** Belo Horizonte: ABEP, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/trat19_4.pdf

COURGEAU, D.; LELIEVRE, E. **Event history analysis in demography.** Oxford: Clarendon, 1992. Caps. 1 a 5.

DUBAR, C. La construction sociale de l'insertion professionnelle em France. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M(eds). **Les Jeunes et L'Emploi dans le Villes de l'Europe et del'Amérique du Nord**. Paris Editions de l'Aube, 2001.*apud* GUIMARÃES, N.A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. . In: CAMARANO, A.A. (org). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

EASTERLIN, R. A. **Birth and Fortune**: the impact of numbers on personal fortune. New York: Basic, 1980. 205 p.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2000. Caps.6 e 7

FERNANDES, D. C.; NEVES, J. A.; HALLER, A. Credencialismo, correspondência ou capital humano? Como a escolaridade afeta a determinação de cargos e salários de trabalhadores da indústria de transformação no Brasil. **Estudos Avançados em Administração**, v. 7, n. 1, p.1033-1048, jun/1999.

FIENBERG, S. E.; MASON, W. M. Specification and implementation of age, period and cohort models. In: MASON, W. M.; FIENBERG, S. E. (Ed.) **Cohort analysis in social research**. New York: Springer Verlag, 1985. p. 44-88.

FLORI, P. M. Desemprego juvenil. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE POBLACIÓN, 1., 2004, Caxambu. **Anais**. Campinas: ABEP, 2004. (Disponível em CD-ROM)

FREITAS, E. D. de; PAIM, J. S.; SILVA, L. M. V. da; COSTA, M. C. N. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p.1059-1070, out./dez. 2000.

GALLAND, O. Sociologie de la jeunesse. Paris: Armand Colin, 1997. 231p. *apud* HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Cap. 8, p. 225-256

GOLDTHORPE, J.H.; HOPE, K. **The social grading of occupations**: a new approach and scale. Oxford: Oxford University, 1974.

GONZAGA, G.; REIS, M. C. Os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais**. Belo Horizonte: ANPEC, 2005. 20 p. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A165.pdf>.

GUIMARÃES M. J. B.; LESSA, F.; REGAZZI, A.P.; AQUINO, T.; MELO, N. Violência urbana em Recife: ascensão da mortalidade por causas externas 1980-1991. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE;1., 1995, Curitiba, PR. **Resumos**. Rio de Janeiro: ABRASCO; 1995. p. 53.

GUIMARÃES, N. A. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho em mercados sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Cap. 6, p. 171-198.

GUJARATI, D. N. **Econometria básica**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000. 860 p.

GULDI, M.; PAGE, M. E.; STEVENS, A. H. **Family background and children's transitions to adulthood over time**. [s.l.]: Network on Transitions to Adulthood Research, 2006. 16p. (Working papers) Disponível em: <<http://www.transad.pop.upenn.edu/downloads/guldi.pdf>>

HAJNAL, J. Age at marriage and proportions marrying. **Population studies**, v. 7, n. 2, p.111-136, Nov. 1953.

HAJNAL J. European marriage patterns in perspective. In: GLASS, D. V., EVERSLEY, D. E. (Eds.) **Population in history: essays in historical demography**. Chicago, Illinois: Aldine Company, 1965. p. 101-143.

HALLER, A. O.; PORTES, A. Status attainment process. **Sociology of Education**, v. 46, p. 51-91, Winter 1973.

HALLER, A.; OTTO, L. B.; MEIER, R. F.; OHLENDORF, G. W. Level of occupational aspiration: an empirical analysis. **American Sociological Review**, v. 39, n. 1, p.113-121, Feb. 1974.

HALLI, S. E RAO, K. V. **Advanced techniques of population analysis**. New York: Plenum, 1992. 244p.

HALSEY, A. Towards meritocracy? The case of Britain. In: KARABEL, J.; HALSEY, A. H. (Eds.) **Power and ideology in education**. New York: Oxford University, 1977. p. 173-186.

HASENBALG, C. A distribuição de recursos familiares. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V (Orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.55-83

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V (Orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003a. p. 147-172.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: CAMARANO, A. A. (org) **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Cap. 8, p. 225-256.

IBGE. **Metodologia da pesquisa mensal de emprego**. Rio de Janeiro: IBGE,1983. 82 p.

JATOBA, J. A família na força de trabalho: Brasil metropolitano: 1978-1986. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais**. São Paulo: ABEP, 1990. p.147-174. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/T90V02A06.pdf>

KASSOUF, A L. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos. In: ENCONTRO DE ECONOMETRIA, 22., 2002, Campinas, SP. **Anais**. Campinas: Sociedade Brasileira de Econometria, 2002. 11 p. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>.

KASSOUF, A. L. O efeito do trabalho infantil para os rendimentos dos jovens: controlando o background familiar In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Violências, o estado e a qualidade de vida da população brasileira**. Belo Horizonte: ABEP, 2002a. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_TRB_ST18_Kassouf_texto.pdf

LAM, D.; MARTELETO, L. A dinâmica de escolaridade das crianças brasileiras durante a transição demográfica: aumento no tamanho da coorte versus diminuição no tamanho da família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Violências, o estado e a qualidade de vida da população brasileira**. Belo Horizonte: ABEP, 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_EDU_ST16_Lam_texto.pdf.

LAM, D.; MARTELETO, L. **Stages of the demographic transition from a child's perspective**: family size, cohort size, and children's resources. Michigan: University of Michigan, Population Studies Center, 2006. 39 p. (Research report, 06-591)

LEE, R.; ARTHUR, W.B.; RODGERS, G. (Eds). **Economics of changing age distribution in developed countries**. Oxford: Clarendon, 1988. 221p.

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. A alocação do tempo dos adolescentes brasileiros entre o trabalho e a escola. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Brasil 500 anos: mudanças e continuidades**. Belo Horizonte: ABEP, 2000. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/trat19_5.pdf

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Tendências de coorte nos diferenciais de rendimentos por sexo. In: HENRIQUES, R (Org.) **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.251-270

LEME, M. C. S.; WAJNMAN, S. Efeitos de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no Mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F (Orgs.) **Mercado de trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 49-68.

LEVISON, D.; MOE, K.S.; KNAUL, F.M. Youth education and work in Mexico. **World Development**, v. 29, n. 1, p.167-188, 2001.

LEVY, M. **Modernization and the structure of societies**: a setting for international affairs. Princeton, New Jersey: Princeton University, 1966. 2v.

LIBERATO, V. C. **A oferta de trabalho masculina "pós-aposentadoria" Brasil urbano 1981-2001**. 2003. 78 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

MARTIN, L.G.; OGAWA, N. The effect of cohort size on relative wages in Japan. In: LEE, R.; ARTHUR, W. B.; RODGERS, G. (Eds). **Economics of changing age distribution in developed countries**. Oxford: Clarendon, 1988. p. 59-86.

MELLO, J.L. **Transições para a vida adulta**: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, 2005.

MELLO, J. L.; CAMARANO, A. A. Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Desafios e oportunidades do crescimento zero**. Campinas: ABEP, 2006. Disponível em: http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?texto_id=2983&palavraChave=mello

MONTALI, L. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. 1998. (Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 11., 1998, Caxambu, MG)

MUNIZ, J. O. As discontinuidades demográficas exercem efeito sobre o mercado de trabalho metropolitano dos jovens? In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (Orgs.) **Mercado de trabalho**: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 219-266.

NAM, C. D.; POWERS, M. G. Changes in relative status levels of workers in the United States, 1950-1960. **Social Forces**, v. 47, n. 2, p.157-170, 1968.

NAMBODIRI, K.; SUCHINDRAN, C.M. **Life tables techniques and their applications**. Orlando: Academic, 1987. 275p.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. Transition to work. In: LLOYD, C. B. (Ed.) **Growing up global**: the changing transitions to adulthood in developing countries, panel on transitions to adulthood in developing countries. Washington, D.C.: National Academic, 2005. p.263-345.

NEVES, J. A.; XAVIER, F. P.; TOMÁS, M. C. Parental social participation and the educational attainment of Brazilian youth. In: RC28 SPRING MEETING, 2006, Nijmegen, Netherlands. **Intergenerational transmissions**: cultural, economic or social resources? Nijmegen, Netherlands: Research Committee on Social Stratification and Mobility, 2006.

OLIVEIRA, A.M.H.C. de. A segregação ocupacional por gênero e seus efeitos sobre os salários no Brasil. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A. F. (Orgs.) **Mercado de trabalho**: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 121-150.

OLIVEIRA, E.L. **Transições**: três aplicações a partir de dados das pesquisas domiciliares no Brasil. 2005. 137 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Desemprego juvenil no Brasil**: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. 2. ed. Brasília: OIT, 2001. 125 p.

- ORTEGA, A. **Tablas de mortalidad**. São Jose, Costa Rica: Centro Latino-Americano de Demografia, 1987. 295p.
- PASTORE, J.; VALE SILVA, N. do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron Books, 2000. 98 p.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTANJ, H. Social mobility: the role of education in determining status. In: **Opportunity foregone: education in Brazil**. New York: Inter-American Development Bank, 1996. p.289-318.
- PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1979. 217 p.
- POCHMMAN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000. 96 p.
- POWERS, D. A; XIE, Yu. **Statistical methods for categorical data analysis**. San Diego: Academic, 2000. 305 p.
- PRESTON, S. HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. **Demography: measuring and modeling population processes**. Malden, MA: Blackwell, 2000. 291p.
- RIBEIRO, C. A. C. **The Brazilian occupation structure**. 2002. Tese (Doutorado em Sociologia) - Columbia University, New York, 2002.
- RITCHIE, A., LLOYD, C. B., AND GRANT, M. J. **Gender differences in time use among adolescents in developing countries: the implications of rising school enrollment rates**. New York: Population Council, Policy Research Division, 2004. 34 p. (Working papers; 193)
- RIOS-NETO, E. L. G. **Questões emergentes na demografia brasileira**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005. 51 p. (Texto para discussão; 276)
- RIOS-NETO, E. L. G.; GOLGHER, A. A oferta de trabalho dos jovens: tendências e perspectivas. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 21, p.37-52, 2003.
- RIOS-NETO, E. L. G.; OLIVEIRA, A. M. H. C.de. Aplicação de um modelo idade-período-coorte para a atividade econômica no Brasil metropolitano. In: WANJMAN, S.; MACHADO, A. F. (Orgs.) **Mercado de Trabalho: uma análise a partir das pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 19-48.
- ROSENBAUM, J. E.; KARIYA, T.;SETTERSTEN, R.; MAIER, T. Market and network theories of the transition from high school to work: their application to industrialized societies. **Annual Review of Sociology**, v. 16, p. 263-299, 1990.
- RYDER, N. B. The cohort as a concept in the study of social change. **American Sociological Review**, v. 30, n. 6, p. 843-861, 1965.
- SANTOS, J. A. F. **Estrutura de posições de classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002. 332 p.

SANTOS, S. M.; BARCELLOS, C.; CARVALHO, M. S.; FLÔRES, R. Detecção de aglomerados espaciais de óbitos por causas violentas em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, 1996. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 5, p. 1141-1151, set./out. 2001.

SCALON, M. C. Mapeando estratos: critérios para escolha de uma classificação. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 2, p. 337-375, 1998.

SHAVIT, Y.; MÜLLER, W. **From school to work: a comparative study of educational qualifications and occupational destinations**. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford Univ., 1998

SIEGEL, J. **Applied demography**: applications to business, government, law and public policy. San Diego: Academic. 2002. Cap. 8: The demography of the labor force and the workforce of organizations.

SILVA, N. de D. V.; KASSOUF, A. L. O trabalho e a escolaridade dos brasileiros jovens . In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto, MG. **Violências, o estado e a qualidade de vida da população brasileira**. Belo Horizonte: ABEP, 2002. (Disponível em CD-ROM)

SILVA, N. V; HASENBALG, C. Recursos familiares e transições educacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, supl., p. 67-76, 2002.

SILVA, N. V. O esquema analítico e a classificação ocupacional. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. v. 1, p. 37-54.

SMITH, D. G.; HART, C.; BLANE, D. GILLIS, C.; HAWTHORNE, V. Lifetime socioeconomic position and mortality: prospective observational study. **British Medical Journal**, London, v. 314, n. 7080, p. 547-552, 1997. Disponível em <<http://bmj.bmjournals.com/cgi/content/full/314/7080/547?eaf>>. Acesso em: 05 jun. 2006.

SORENSEN, A.; KALLEBERG, A. An outline of a theory of the matching of persons to jobs. In: BERG, I. (Ed.) **Sociological perspectives on labor markets**. Nova York: Academic, 1981. p. 49-74.

THUROW, L. C. **Generating inequality**: mechanisms of distribution in the U.S. economy. New York: Basic Books, 1975. 258 p.

THUROW, L.C. Education and economic equality. In: KARABEL, J; HALSEY, A. H. (Eds.) **Power and ideology in education**. New York: Oxford University, 1977. p

TOMÁS, M. C. Renda de não trabalho e alocação do tempo de crianças e jovens: uma análise para 2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Desafios e oportunidades do crescimento zero**. Campinas: ABEP, 2006. 19 p. (Disponível em CD_ROM)

TOMÁS, M. C.; XAVIER, F. P.; DULCI, O. S. Os retornos dos capitais humano, cultural e social na situação ocupacional e na distribuição condicional da renda dos indivíduos da região metropolitana de Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE

SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. v. 1. p. 303-303.

TOMÁS, M. C.; NEVES, J. A. Empregabilidade formal do jovem na região metropolitana de Belo Horizonte: contrastes entre herança familiar e escolaridade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Pobreza, desigualdade e exclusão social** Campinas: ABEP, 2004. (Disponível em CD-ROM)

TRUSSELL, J.; HANKINSON, R. R. B; TILTON, J.; **Demographic applications of event history analysis**. Oxford: Clarendon, 1992. Cap. 9.

VERMELHO, L. L.; JORGE, M. H. P. DE M. Mortalidade de jovens: período 1930-1991: a transição epidemiológica para a violência. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 4, p.319-331. 1996

VERONA, A. P. **A relação entre fecundidade e educação dos filhos**: um experimento natural utilizando dados de gêmeos. 2004. 79 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

VIEIRA, J. M. Reflexões sobre a transição para a vida adulta: o caso do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu, MG. **Desafios e oportunidades do crescimento zero**. Campinas: ABEP, 2006. 21 p. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_237.pdf

WARREN, J. R.; HAUSER, R. M.; SHERIDAN, J. T. Occupational stratification across the life course: evidence from the Wisconsin Longitudinal Study. **American Sociological Review**., v. 67, n. 3, p. 432-455, Jun. 2002.

WACHTER, K. W. **Essential demographic methods**. Berkeley, CA: University of Berkeley, Department of Demography, 2006.

WONG, L. R.; CARVALHO, J. A. M. de. Demographic bonuses and challenges of the age structural transition in Brazil the Regional approach. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION, 25., 2005, Tours, França. **Proceedings**. Liège: IUSSP, 2005. (Disponível em CD ROM)

WAJNMAN, S., QUEIROZ, B. L., LIBERATO, V. C. O crescimento da atividade feminina nos anos noventa no Brasil. (Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1998, Caxambu, MG. **População**: globalização e exclusão)

XAVIER, F.P. **Teoria do capital humano e teoria do credencialismo**: a escolaridade como fator explicativo para o diferencial de rendimentos. 2004 Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2004

XAVIER, F. P.; FERNANDES, D. C.; TOMÁS, M. C. Fatores econômicos e estrutura social: a escolaridade como fator explicativo para o diferencial dos salários no Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2005, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2005. (Disponível em CD-ROM)

ANEXOS DO CAPÍTULO 4

TABELA 1A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA TODOS OS FILHOS – REGIÕES METROPOLITANAS , 1983

| Idade | Proporção que já | | | |
|------------------------------|------------------|-------|-------|--------------|
| | trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
| 10 | 7,10 | 7,10 | 0,919 | 4,60 |
| 15 | 47,30 | 47,30 | 0,462 | 2,31 |
| 20 | 80,87 | 80,87 | 0,079 | 0,40 |
| 25 | 87,85 | 87,85 | 0,000 | 0,00 |
| 30 | 85,81 | 85,81 | 0,023 | 0,12 |
| 35 | 82,94 | 82,94 | 0,056 | 0,28 |
| 40 | 79,63 | 79,63 | 0,094 | 0,47 |
| 45 | 81,76 | 81,76 | 0,069 | 0,35 |
| 50 | 76,90 | 76,90 | 0,125 | 0,62 |
| 55 | 74,84 | 74,84 | 0,148 | 0,74 |
| 60 | 62,50 | 62,50 | 0,289 | 1,44 |
| SMAFM | | | | 7,30 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 17,30 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 2A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA AS MULHERES FILHAS – REGIÕES METROPOLITANAS , 1983

| Idade | Proporção que já | | | |
|------------------------------|------------------|-------|-------|--------------|
| | trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
| 10 | 4,54 | 4,54 | 0,945 | 4,73 |
| 15 | 37,17 | 37,17 | 0,550 | 2,75 |
| 20 | 72,08 | 72,08 | 0,127 | 0,64 |
| 25 | 82,61 | 82,61 | 0,000 | 0,00 |
| 30 | 81,65 | 81,65 | 0,012 | 0,06 |
| 35 | 79,31 | 79,31 | 0,040 | 0,20 |
| 40 | 75,87 | 75,87 | 0,082 | 0,41 |
| 45 | 77,74 | 77,74 | 0,059 | 0,29 |
| 50 | 76,63 | 76,63 | 0,072 | 0,36 |
| 55 | 71,82 | 71,82 | 0,131 | 0,65 |
| 60 | 62,96 | 62,96 | 0,238 | 1,19 |
| SMAFM | | | | 8,11 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 18,11 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 3A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA OS HOMENS FILHOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983

| Idade | Proporção que já trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
|------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------------|
| 10 | 9,59 | 9,59 | 0,896 | 4,48 |
| 15 | 56,32 | 56,32 | 0,386 | 1,93 |
| 20 | 87,06 | 87,06 | 0,051 | 0,26 |
| 25 | 91,78 | 91,78 | 0,000 | 0,00 |
| 30 | 89,68 | 89,68 | 0,023 | 0,11 |
| 35 | 87,36 | 87,36 | 0,048 | 0,24 |
| 40 | 84,56 | 84,56 | 0,079 | 0,39 |
| 45 | 87,88 | 87,88 | 0,042 | 0,21 |
| 50 | 77,27 | 77,27 | 0,158 | 0,79 |
| 55 | 82,22 | 82,22 | 0,104 | 0,52 |
| 60 | 61,11 | 61,11 | 0,334 | 1,67 |
| SMAFM | | | | 6,67 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 16,67 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 4A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA TODOS OS FILHOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| Idade | Proporção que já trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
|------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------------|
| 10 | 3,42 | 3,42 | 0,960 | 4,80 |
| 15 | 33,81 | 33,81 | 0,601 | 3,00 |
| 20 | 73,22 | 73,22 | 0,135 | 0,68 |
| 25 | 83,67 | 83,67 | 0,012 | 0,06 |
| 30 | 84,66 | 84,66 | 0,000 | 0,00 |
| 35 | 83,96 | 83,96 | 0,008 | 0,04 |
| 40 | 78,56 | 78,56 | 0,072 | 0,36 |
| 45 | 79,64 | 79,64 | 0,059 | 0,30 |
| 50 | 79,22 | 79,22 | 0,064 | 0,32 |
| 55 | 73,51 | 73,51 | 0,132 | 0,66 |
| 60 | 68,00 | 68,00 | 0,197 | 0,98 |
| SMAFM | | | | 8,54 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 18,54 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 5A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA AS MULHERES FILHAS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| Idade | Proporção que já trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
|------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------------|
| 10 | 2,16 | 2,16 | 0,973 | 4,86 |
| 15 | 24,69 | 24,69 | 0,687 | 3,43 |
| 20 | 62,44 | 62,44 | 0,207 | 1,04 |
| 25 | 76,10 | 76,10 | 0,034 | 0,17 |
| 30 | 78,62 | 78,62 | 0,002 | 0,01 |
| 35 | 78,76 | 78,76 | 0,000 | 0,00 |
| 40 | 74,25 | 74,25 | 0,057 | 0,29 |
| 45 | 78,31 | 78,31 | 0,006 | 0,03 |
| 50 | 71,76 | 71,76 | 0,089 | 0,44 |
| 55 | 67,05 | 67,05 | 0,149 | 0,74 |
| 60 | 65,33 | 65,33 | 0,171 | 0,85 |
| SMAFM | | | | 9,50 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 19,50 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 6A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA OS HOMENS FILHOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| Idade | Proporção que já trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
|------------------------------|------------------------------|-------|-------|--------------|
| 10 | 4,65 | 4,65 | 0,948 | 4,74 |
| 15 | 42,10 | 42,10 | 0,530 | 2,65 |
| 20 | 81,33 | 81,33 | 0,091 | 0,46 |
| 25 | 89,07 | 89,07 | 0,005 | 0,02 |
| 30 | 89,48 | 89,48 | 0,000 | 0,00 |
| 35 | 89,03 | 89,03 | 0,005 | 0,02 |
| 40 | 82,98 | 82,98 | 0,073 | 0,36 |
| 45 | 81,18 | 81,18 | 0,093 | 0,46 |
| 50 | 88,41 | 88,41 | 0,012 | 0,06 |
| 55 | 82,54 | 82,54 | 0,078 | 0,39 |
| 60 | 76,00 | 76,00 | 0,151 | 0,75 |
| SMAFM | | | | 7,87 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 17,87 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 7A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA TODOS OS FILHOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| Proporção que já | | | | |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Idade | trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
| 10 | 0,016 | 0,016 | 0,980 | 4,90 |
| 15 | 0,266 | 0,266 | 0,678 | 3,39 |
| 20 | 0,697 | 0,697 | 0,157 | 0,79 |
| 25 | 0,819 | 0,819 | 0,009 | 0,04 |
| 30 | 0,827 | 0,827 | 0,000 | 0,00 |
| 35 | 0,811 | 0,811 | 0,019 | 0,10 |
| 40 | 0,769 | 0,769 | 0,070 | 0,35 |
| 45 | 0,777 | 0,777 | 0,060 | 0,30 |
| 50 | 0,756 | 0,756 | 0,085 | 0,43 |
| 55 | 0,779 | 0,779 | 0,058 | 0,29 |
| 60 | 0,825 | 0,825 | 0,002 | 0,01 |
| SMAFM | | | | 9,12 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 19,12 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 8A – CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA AS MULHERES FILHAS – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| Proporção que já | | | | |
|------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Idade | trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
| 10 | 0,011 | 0,011 | 0,986 | 4,929 |
| 15 | 0,215 | 0,215 | 0,725 | 3,623 |
| 20 | 0,622 | 0,622 | 0,203 | 1,013 |
| 25 | 0,769 | 0,769 | 0,014 | 0,069 |
| 30 | 0,780 | 0,780 | 0,000 | 0,000 |
| 35 | 0,759 | 0,759 | 0,027 | 0,137 |
| 40 | 0,738 | 0,738 | 0,053 | 0,267 |
| 45 | 0,728 | 0,728 | 0,066 | 0,332 |
| 50 | 0,699 | 0,699 | 0,104 | 0,518 |
| 55 | 0,781 | 0,781 | -0,001 | -0,007 |
| 60 | 0,800 | 0,800 | -0,025 | -0,127 |
| SMAFM | | | | 9,63 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 19,63 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

TABELA 9A- CÁLCULO DA IDADE MÉDIA DO PRIMEIRO EMPREGO PARA OS HOMENS FILHOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| Idade | Proporção que já | | | |
|------------------------------|------------------|--------------|--------------|--------------|
| | trabalharam | F(x) | G(X) | nG(X) |
| 10 | 0,021 | 0,021 | 0,976 | 4,879 |
| 15 | 0,312 | 0,312 | 0,639 | 3,194 |
| 20 | 0,754 | 0,754 | 0,129 | 0,643 |
| 25 | 0,857 | 0,857 | 0,009 | 0,047 |
| 30 | 0,865 | 0,865 | 0,000 | 0,000 |
| 35 | 0,856 | 0,856 | 0,011 | 0,053 |
| 40 | 0,796 | 0,796 | 0,079 | 0,395 |
| 45 | 0,831 | 0,831 | 0,039 | 0,196 |
| 50 | 0,818 | 0,818 | 0,054 | 0,271 |
| 55 | 0,776 | 0,776 | 0,103 | 0,515 |
| 60 | 0,875 | 0,875 | -0,012 | -0,060 |
| SMAFM | | | | 8,76 |
| <i>Acrescentando 10 anos</i> | | | | 18,76 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

Observação: O valor em destaque refere-se ao F_{ult}

ANEXOS DO CAPÍTULO 5

PARTE 1 – TABELAS DE SOBREVIVÊNCIA

TABELA. 10A – TABELA DE SOBREVIVÊNCIA PARA TODOS OS JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS, TODAS AS TRANSIÇÕES – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

10A. A) 1983

| Idade | Intervalo | q _x | l _x | nd _x | nL _x | T _x | ex |
|-------|-----------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----|
| 15 | 1 | 0,16186 | 100.000 | 16186 | 91907 | 343825 | 3,4 |
| 16 | 1 | 0,20554 | 83.814 | 17227 | 75200 | 251918 | 3,0 |
| 17 | 1 | 0,22955 | 66.586 | 15285 | 58944 | 176718 | 2,7 |
| 18 | 1 | 0,30992 | 51.301 | 15900 | 43351 | 117774 | 2,3 |
| 19 | 1 | 0,38297 | 35.402 | 13558 | 28623 | 74423 | 2,1 |
| 20 | 1 | 0,37230 | 21.844 | 8133 | 17778 | 45800 | 2,1 |
| 21 | 1 | 0,38431 | 13.712 | 5269 | 11077 | 28022 | 2,0 |
| 22 | 1 | 0,43021 | 8.442 | 3632 | 6626 | 16945 | 2,0 |
| 23 | 1 | 0,42822 | 4.810 | 2060 | 3780 | 10319 | 2,1 |
| 24 | 1 | 0,41600 | 2.750 | 1144 | 2178 | 6539 | 2,4 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

10A. B) 1992

| Idade | Intervalo | q _x | l _x | nd _x | nL _x | T _x | ex |
|-------|-----------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----|
| 15 | 1 | 0,15007 | 100.000 | 15007 | 92497 | 305138 | 3,1 |
| 16 | 1 | 0,22714 | 84.993 | 19305 | 75341 | 212641 | 2,5 |
| 17 | 1 | 0,29944 | 65.688 | 19670 | 55853 | 137301 | 2,1 |
| 18 | 1 | 0,35205 | 46.018 | 16201 | 37918 | 81448 | 1,8 |
| 19 | 1 | 0,46047 | 29.818 | 13730 | 22953 | 43530 | 1,5 |
| 20 | 1 | 0,52636 | 16.088 | 8468 | 11854 | 20577 | 1,3 |
| 21 | 1 | 0,57185 | 7.620 | 4357 | 5441 | 8723 | 1,1 |
| 22 | 1 | 0,63585 | 3.262 | 2074 | 2225 | 3282 | 1,0 |
| 23 | 1 | 0,66323 | 1.188 | 788 | 794 | 1057 | 0,9 |
| 24 | 1 | 0,68582 | 400 | 274 | 263 | 263 | 0,7 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

10A. C) 2001

| Idade | Intervalo | q _x | l _x | nd _x | nL _x | T _x | ex |
|-------|-----------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|-----|
| 15 | 1 | 0,05404 | 100.000 | 5404 | 97298 | 437493 | 4,4 |
| 16 | 1 | 0,10539 | 94.596 | 9969 | 89612 | 340195 | 3,6 |
| 17 | 1 | 0,17561 | 84.627 | 14861 | 77196 | 250584 | 3,0 |
| 18 | 1 | 0,23980 | 69.766 | 16730 | 61401 | 173387 | 2,5 |
| 19 | 1 | 0,31435 | 53.036 | 16672 | 44700 | 111986 | 2,1 |
| 20 | 1 | 0,37953 | 36.364 | 13801 | 29463 | 67286 | 1,9 |
| 21 | 1 | 0,39732 | 22.563 | 8965 | 18080 | 37822 | 1,7 |
| 22 | 1 | 0,44912 | 13.598 | 6107 | 10545 | 19742 | 1,5 |
| 23 | 1 | 0,41695 | 7.491 | 3123 | 5929 | 9198 | 1,2 |
| 24 | 1 | 0,50342 | 4.368 | 2199 | 3268 | 3268 | 0,7 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

TABELA 11A – TABELA DE SOBREVIVÊNCIA PARA OS JOVENS DO SEXO MASCULINO, ENTRE 15 E 24 ANOS, TODAS AS TRANSIÇÕES – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

11A. A) 1983

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,21440 | 100.000 | 21440 | 89280 | 286732 | 2,9 |
| 16 | 1 | 0,25417 | 78.560 | 19968 | 68577 | 197452 | 2,5 |
| 17 | 1 | 0,27871 | 58.593 | 16331 | 50427 | 128875 | 2,2 |
| 18 | 1 | 0,34637 | 42.262 | 14638 | 34943 | 78448 | 1,9 |
| 19 | 1 | 0,48442 | 27.624 | 13381 | 20933 | 43505 | 1,6 |
| 20 | 1 | 0,46272 | 14.242 | 6590 | 10947 | 22572 | 1,6 |
| 21 | 1 | 0,45307 | 7.652 | 3467 | 5919 | 11624 | 1,5 |
| 22 | 1 | 0,45455 | 4.185 | 1902 | 3234 | 5706 | 1,4 |
| 23 | 1 | 0,53374 | 2.283 | 1218 | 1674 | 2472 | 1,1 |
| 24 | 1 | 0,50000 | 1.064 | 532 | 798 | 798 | 0,8 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

11A. B) 1992

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,20871 | 100.000 | 20871 | 89564 | 249324 | 2,5 |
| 16 | 1 | 0,30191 | 79.129 | 23890 | 67184 | 159759 | 2,0 |
| 17 | 1 | 0,38922 | 55.239 | 21500 | 44489 | 92576 | 1,7 |
| 18 | 1 | 0,43499 | 33.739 | 14676 | 26401 | 48087 | 1,4 |
| 19 | 1 | 0,58564 | 19.063 | 11164 | 13481 | 21686 | 1,1 |
| 20 | 1 | 0,62897 | 7.899 | 4968 | 5415 | 8205 | 1,0 |
| 21 | 1 | 0,66207 | 2.931 | 1940 | 1961 | 2790 | 1,0 |
| 22 | 1 | 0,74468 | 990 | 738 | 622 | 830 | 0,8 |
| 23 | 1 | 0,78195 | 253 | 198 | 154 | 208 | 0,8 |
| 24 | 1 | 0,78862 | 55 | 43 | 33 | 54 | 1,0 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

11A. C) 2001

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,06444 | 100.000 | 6444 | 96778 | 402331 | 4,0 |
| 16 | 1 | 0,13539 | 93.556 | 12666 | 87222 | 305553 | 3,3 |
| 17 | 1 | 0,19593 | 80.889 | 15849 | 72965 | 218331 | 2,7 |
| 18 | 1 | 0,27429 | 65.041 | 17840 | 56121 | 145366 | 2,2 |
| 19 | 1 | 0,36406 | 47.201 | 17184 | 38609 | 89245 | 1,9 |
| 20 | 1 | 0,43776 | 30.017 | 13140 | 23447 | 50636 | 1,7 |
| 21 | 1 | 0,47148 | 16.877 | 7957 | 12898 | 27189 | 1,6 |
| 22 | 1 | 0,53107 | 8.920 | 4737 | 6551 | 14290 | 1,6 |
| 23 | 1 | 0,48772 | 4.183 | 2040 | 3163 | 7739 | 1,9 |
| 24 | 1 | 0,56075 | 2.143 | 1202 | 1542 | 4576 | 2,1 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

TABELA 12A – TABELA DE SOBREVIVÊNCIA PARA JOVENS DO SEXO FEMININO, ENTRE 15 E 29, TODAS AS TRANSIÇÕES – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

12A. A) 1983

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,11519 | 100.000 | 11519 | 94240 | 392375 | 3,9 |
| 16 | 1 | 0,16845 | 88.481 | 14904 | 81029 | 298135 | 3,4 |
| 17 | 1 | 0,19279 | 73.576 | 14185 | 66484 | 217106 | 3,0 |
| 18 | 1 | 0,27991 | 59.391 | 16624 | 51079 | 150622 | 2,5 |
| 19 | 1 | 0,30508 | 42.767 | 13048 | 36243 | 99543 | 2,3 |
| 20 | 1 | 0,31638 | 29.720 | 9403 | 25018 | 63300 | 2,1 |
| 21 | 1 | 0,33634 | 20.317 | 6834 | 16900 | 38281 | 1,9 |
| 22 | 1 | 0,41254 | 13.484 | 5563 | 10702 | 21381 | 1,6 |
| 23 | 1 | 0,35887 | 7.921 | 2843 | 6500 | 10679 | 1,3 |
| 24 | 1 | 0,35417 | 5.078 | 1799 | 4179 | 4179 | 0,8 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

12A. B) 1992

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,09101 | 100.000 | 9101 | 95450 | 379263 | 3,8 |
| 16 | 1 | 0,15424 | 90.899 | 14020 | 83889 | 283814 | 3,1 |
| 17 | 1 | 0,21815 | 76.879 | 16771 | 68493 | 199925 | 2,6 |
| 18 | 1 | 0,27507 | 60.107 | 16534 | 51841 | 131432 | 2,2 |
| 19 | 1 | 0,34443 | 43.574 | 15008 | 36070 | 79591 | 1,8 |
| 20 | 1 | 0,44228 | 28.566 | 12634 | 22249 | 43521 | 1,5 |
| 21 | 1 | 0,50510 | 15.932 | 8047 | 11908 | 21273 | 1,3 |
| 22 | 1 | 0,54915 | 7.885 | 4330 | 5720 | 9364 | 1,2 |
| 23 | 1 | 0,56329 | 3.555 | 2002 | 2554 | 3645 | 1,0 |
| 24 | 1 | 0,59420 | 1.552 | 922 | 1091 | 1091 | 0,7 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

12A. C) 2001

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,04419 | 100.000 | 4419 | 97791 | 483492 | 4,8 |
| 16 | 1 | 0,07559 | 95.581 | 7225 | 91969 | 385701 | 4,0 |
| 17 | 1 | 0,15606 | 88.356 | 13789 | 81462 | 293732 | 3,3 |
| 18 | 1 | 0,20322 | 74.567 | 15154 | 66990 | 212271 | 2,8 |
| 19 | 1 | 0,26250 | 59.414 | 15596 | 51616 | 145280 | 2,4 |
| 20 | 1 | 0,32718 | 43.817 | 14336 | 36649 | 93665 | 2,1 |
| 21 | 1 | 0,33165 | 29.481 | 9777 | 24592 | 57015 | 1,9 |
| 22 | 1 | 0,37337 | 19.704 | 7357 | 16025 | 32423 | 1,6 |
| 23 | 1 | 0,35082 | 12.347 | 4332 | 10181 | 16398 | 1,3 |
| 24 | 1 | 0,44889 | 8.015 | 3598 | 6216 | 6216 | 0,8 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

TAB. 13A – TABELA DE SOBREVIVÊNCIA PARA TODOS OS JOVENS QUE FREQUENTAM ESCOLA ENTRE 15 E 29 ANOS, TODAS AS TRANSIÇÕES – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

13A. A) 1983

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,12720 | 100.000 | 12720 | 93640 | 410304 | 4,1 |
| 16 | 1 | 0,15379 | 87.280 | 13423 | 80569 | 316663 | 3,6 |
| 17 | 1 | 0,17647 | 73.857 | 13034 | 67340 | 236095 | 3,2 |
| 18 | 1 | 0,22920 | 60.824 | 13941 | 53853 | 168754 | 2,8 |
| 19 | 1 | 0,29568 | 46.883 | 13862 | 39952 | 114901 | 2,5 |
| 20 | 1 | 0,28339 | 33.021 | 9358 | 28342 | 74949 | 2,3 |
| 21 | 1 | 0,30645 | 23.663 | 7252 | 20037 | 46607 | 2,0 |
| 22 | 1 | 0,37500 | 16.411 | 6154 | 13334 | 26570 | 1,6 |
| 23 | 1 | 0,39720 | 10.257 | 4074 | 8220 | 13236 | 1,3 |
| 24 | 1 | 0,37755 | 6.183 | 2334 | 5016 | 5016 | 0,8 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

13A. B) 1992

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,10130 | 100.000 | 10130 | 94935 | 385001 | 3,9 |
| 16 | 1 | 0,17624 | 89.870 | 15839 | 81951 | 290066 | 3,2 |
| 17 | 1 | 0,21967 | 74.031 | 16263 | 65900 | 208116 | 2,8 |
| 18 | 1 | 0,25504 | 57.768 | 14733 | 50402 | 142216 | 2,5 |
| 19 | 1 | 0,32871 | 43.035 | 14146 | 35962 | 91814 | 2,1 |
| 20 | 1 | 0,38352 | 28.889 | 11079 | 23349 | 55852 | 1,9 |
| 21 | 1 | 0,41484 | 17.810 | 7388 | 14116 | 32503 | 1,8 |
| 22 | 1 | 0,45495 | 10.422 | 4741 | 8051 | 18387 | 1,8 |
| 23 | 1 | 0,52846 | 5.680 | 3002 | 4179 | 10336 | 1,8 |
| 24 | 1 | 0,46341 | 2.678 | 1241 | 2058 | 6157 | 2,3 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

13A. C) 2001

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,05019 | 100.000 | 5019 | 97490 | 508754 | 5,1 |
| 16 | 1 | 0,09853 | 94.981 | 9358 | 90302 | 411263 | 4,3 |
| 17 | 1 | 0,15447 | 85.622 | 13226 | 79009 | 320962 | 3,7 |
| 18 | 1 | 0,18244 | 72.396 | 13208 | 65792 | 241953 | 3,3 |
| 19 | 1 | 0,22360 | 59.188 | 13235 | 52571 | 176161 | 3,0 |
| 20 | 1 | 0,28520 | 45.953 | 13106 | 39400 | 123590 | 2,7 |
| 21 | 1 | 0,31165 | 32.848 | 10237 | 27729 | 84190 | 2,6 |
| 22 | 1 | 0,36009 | 22.611 | 8142 | 18540 | 56461 | 2,5 |
| 23 | 1 | 0,29607 | 14.469 | 4284 | 12327 | 37921 | 2,6 |
| 24 | 1 | 0,39437 | 10.185 | 4017 | 8177 | 25594 | 2,5 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

TAB. 14A – TABELA DE SOBREVIVÊNCIA PARA TODOS OS JOVENS ENTRE 15 E 29 ANOS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA, TODAS AS TRANSIÇÕES – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

14A. A) 1983

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,37651 | 100.000 | 37651 | 81174 | 184488 | 1,8 |
| 16 | 1 | 0,45108 | 62.349 | 28124 | 48287 | 103314 | 1,7 |
| 17 | 1 | 0,42089 | 34.225 | 14405 | 27022 | 55027 | 1,6 |
| 18 | 1 | 0,52049 | 19.820 | 10316 | 14662 | 28005 | 1,4 |
| 19 | 1 | 0,53750 | 9.504 | 5108 | 6950 | 13343 | 1,4 |
| 20 | 1 | 0,50743 | 4.396 | 2230 | 3280 | 6393 | 1,5 |
| 21 | 1 | 0,49057 | 2.165 | 1062 | 1634 | 3113 | 1,4 |
| 22 | 1 | 0,50220 | 1.103 | 554 | 826 | 1479 | 1,3 |
| 23 | 1 | 0,46193 | 549 | 254 | 422 | 653 | 1,2 |
| 24 | 1 | 0,44079 | 295 | 130 | 230 | 230 | 0,8 |

Fonte de Dados: PME, 1983.

14A. B) 1992

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,48822 | 100.000 | 48822 | 75589 | 143294 | 1,4 |
| 16 | 1 | 0,50208 | 51.178 | 25695 | 38330 | 67705 | 1,3 |
| 17 | 1 | 0,59142 | 25.482 | 15071 | 17947 | 29375 | 1,2 |
| 18 | 1 | 0,58648 | 10.412 | 6106 | 7359 | 11428 | 1,1 |
| 19 | 1 | 0,67782 | 4.305 | 2918 | 2846 | 4070 | 0,9 |
| 20 | 1 | 0,71107 | 1.387 | 986 | 894 | 1223 | 0,9 |
| 21 | 1 | 0,75157 | 401 | 301 | 250 | 329 | 0,8 |
| 22 | 1 | 0,76623 | 100 | 76 | 61 | 79 | 0,8 |
| 23 | 1 | 0,76190 | 23 | 18 | 14 | 18 | 0,8 |
| 24 | 1 | 0,78771 | 6 | 4 | 3 | 3 | 0,6 |

Fonte de Dados: PME, 1992.

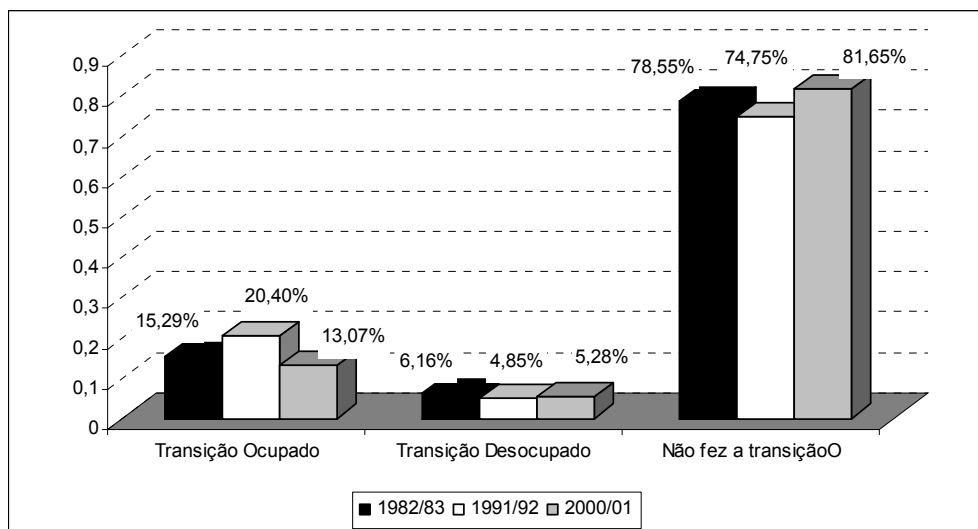
14A. C) 2001

| Idade | Intervalo | nqx | lx | ndx | nLx | Tx | ex |
|-------|-----------|---------|---------|-------|-------|--------|-----|
| 15 | 1 | 0,24000 | 100.000 | 24000 | 88000 | 236530 | 2,4 |
| 16 | 1 | 0,28800 | 76.000 | 21888 | 65056 | 148530 | 2,0 |
| 17 | 1 | 0,40824 | 54.112 | 22091 | 43067 | 83474 | 1,5 |
| 18 | 1 | 0,54274 | 32.021 | 17379 | 23332 | 40407 | 1,3 |
| 19 | 1 | 0,59806 | 14.642 | 8757 | 10264 | 17076 | 1,2 |
| 20 | 1 | 0,61400 | 5.885 | 3614 | 4079 | 6812 | 1,2 |
| 21 | 1 | 0,56283 | 2.272 | 1279 | 1632 | 2733 | 1,2 |
| 22 | 1 | 0,59783 | 993 | 594 | 696 | 1101 | 1,1 |
| 23 | 1 | 0,57143 | 399 | 228 | 285 | 405 | 1,0 |
| 24 | 1 | 0,60619 | 171 | 104 | 119 | 119 | 0,7 |

Fonte de Dados: PME, 2001.

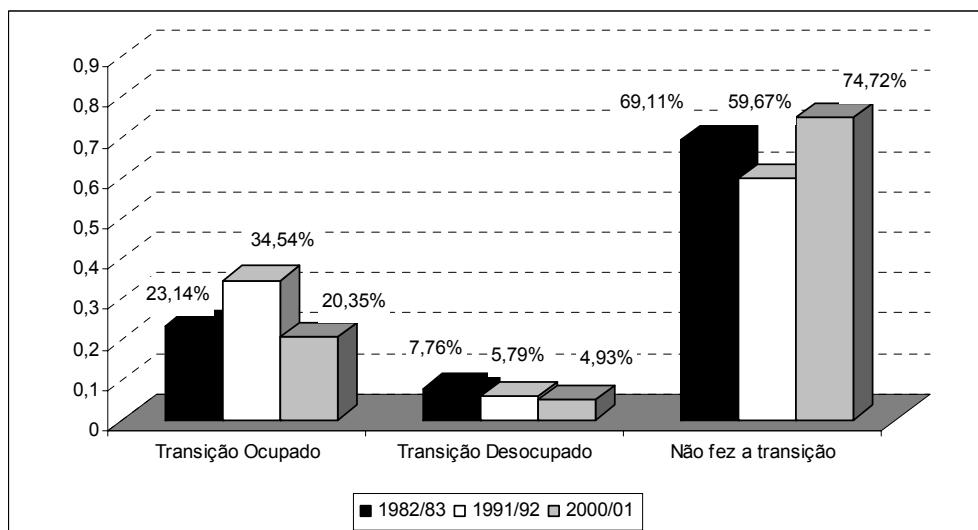
PARTE 2 – GRÁFICOS DESCRITIVOS DA AMOSTRA

GRÁFICO 1A – PERCENTUAL DE MULHERES JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS POR TIPO DE TRANSIÇÃO REALIZADA– REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



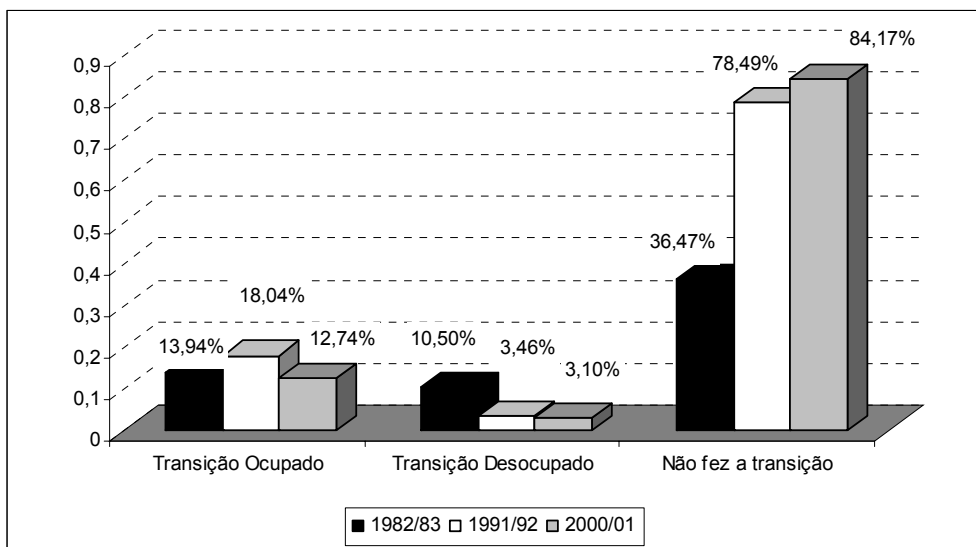
Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

GRÁFICO 2A - PERCENTUAL DE HOMENS JOVENS ENTRE 15 E 24 ANOS POR TIPO DE TRANSIÇÃO REALIZADA– REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



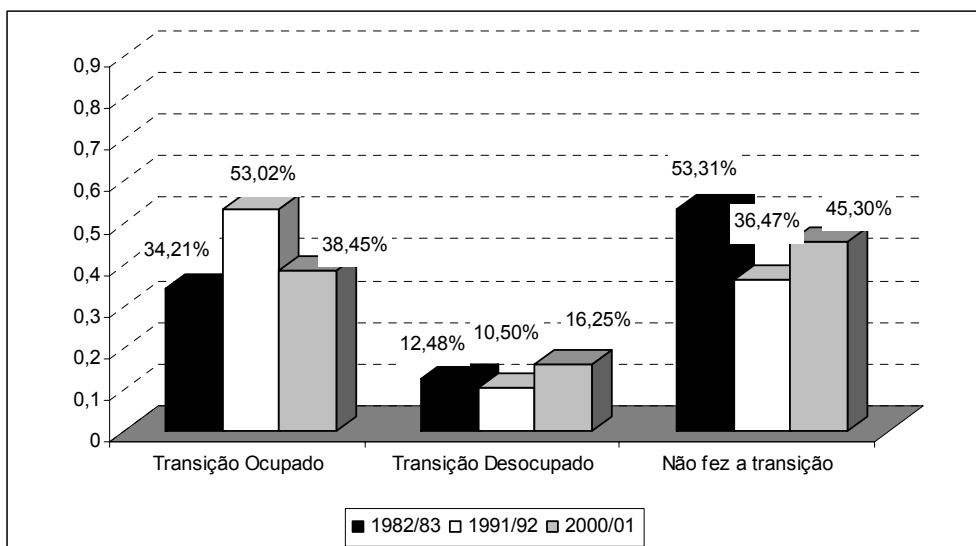
Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

GRÁFICO 3A - PERCENTUAL DE JOVENS QUE FREQUENTAM ESCOLA ENTRE 15 E 24 ANOS POR TIPO DE TRANSIÇÃO REALIZADA- REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

GRÁFICO 4A - PERCENTUAL DE JOVENS QUE NÃO FREQUENTAM ESCOLA ENTRE 15 E 24 ANOS POR TIPO DE TRANSIÇÃO REALIZADA- REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001



Fonte de Dados: PME 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

ANEXOS DO CAPÍTULO 6

TABELA 15A – ANÁLISE DESCRITIVA DAS VARIÁVEIS POR PERÍODO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Variável | 1983 | | 1992 | | 2001 | |
|-----------------------|---------|--------|---------|--------|---------|--------|
| | média | D.P | média | D.P | média | D.P |
| Anos de Estudo | 6,9936 | 3,1215 | 6,4143 | 2,9233 | 8,3744 | 2,6615 |
| Anos de Estudo da Mãe | 4,5616 | 3,9095 | 4,9143 | 4,0816 | 7,2371 | 4,4162 |
| Baixo-Inferior | 0,0165 | 0,1275 | 0,0131 | 0,1138 | 0,0050 | 0,0704 |
| Baixo-Superior | 0,2349 | 0,4240 | 0,2213 | 0,4152 | 0,1732 | 0,3785 |
| Médio-Inferior | 0,2943 | 0,4557 | 0,2594 | 0,4383 | 0,2550 | 0,4359 |
| Médio-médio | 0,1098 | 0,3126 | 0,0702 | 0,2555 | 0,0639 | 0,2445 |
| Médio-superior | 0,1004 | 0,3006 | 0,0724 | 0,2592 | 0,0706 | 0,2562 |
| Alto | 0,0439 | 0,2049 | 0,0257 | 0,1584 | 0,0472 | 0,2122 |
| Feq. Escola | 0,7628 | 0,4254 | 0,7381 | 0,4397 | 0,8472 | 0,3598 |
| Grupo Etário | 0,8443 | 0,3626 | 0,8179 | 0,3859 | 0,7771 | 0,4162 |
| Idade Mãe | 17,2702 | 2,2069 | 17,4425 | 2,2540 | 17,7917 | 2,3551 |
| Desempregada | 0,0062 | 0,0786 | 0,0097 | 0,0978 | 0,0143 | 0,1188 |
| Mãe em outra condição | 0,0043 | 0,0657 | 0,0023 | 0,0476 | 0,0027 | 0,0516 |
| Mãe Inativa | 0,6488 | 0,4774 | 0,5599 | 0,4964 | 0,5165 | 0,4997 |
| Mãe Ocupada | 0,3409 | 0,4740 | 0,4286 | 0,4949 | 0,4661 | 0,4989 |
| Núm. de Filhos | 3,3250 | 1,7228 | 3,1080 | 1,5694 | 2,5208 | 1,2527 |
| Pai Não trabalha | 0,0011 | 0,0325 | 0,2020 | 0,4015 | 0,2477 | 0,4317 |
| Pai Conta-Própria | 0,1709 | 0,3764 | 0,1806 | 0,3847 | 0,1892 | 0,3917 |
| Pai Desempregado | 0,0207 | 0,1424 | 0,0199 | 0,1396 | 0,0213 | 0,1442 |
| Pai Empregado | 0,5435 | 0,4981 | 0,4257 | 0,4945 | 0,3771 | 0,4847 |
| Pai Empregador | 0,0846 | 0,2783 | 0,0555 | 0,2289 | 0,0483 | 0,2144 |
| RMBA | 0,1291 | 0,3353 | 0,1996 | 0,3997 | 0,1781 | 0,3826 |
| RMMG | 0,1628 | 0,3692 | 0,1849 | 0,3882 | 0,1850 | 0,3883 |
| RMPE | 0,1629 | 0,3693 | 0,2213 | 0,4152 | 0,1510 | 0,3580 |
| RMRJ | 0,2271 | 0,4190 | 0,1584 | 0,3651 | 0,1717 | 0,3771 |
| RMRS | 0,1321 | 0,3386 | 0,0911 | 0,2878 | 0,1312 | 0,3376 |
| RMSP | 0,1860 | 0,3891 | 0,1447 | 0,3518 | 0,1831 | 0,3867 |
| Sexo | 0,4400 | 0,4964 | 0,4813 | 0,4997 | 0,4938 | 0,5000 |
| Sexo do chefe | 0,9955 | 0,0667 | 0,7941 | 0,4043 | 0,7639 | 0,4247 |
| Tamanho da coorte | 14,1261 | 0,3118 | 12,7571 | 0,3242 | 12,9784 | 0,2830 |

Fonte de Dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001.

TABELA 16A - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA OS JOVENS DO ENTRE 15 E 24 ANOS, POR SEXO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO | |
|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| | Homens | Mulheres | Homens | Mulheres |
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Freq. Escola | -76,73* | -74,58* | -80,53* | -77,86* |
| Anos de Estudo | 9,23* | 16,74* | 9,96* | 20,33* |
| Idade | 28,84* | 21,76* | 25,48* | 22,52* |
| 1983 | -9,93 | -6,66 | 94,21* | 11,02 |
| 1992 | 127,40* | 113,93* | 53,03* | 33,28* |
| Tam. da Coorte | 33,95* | 39,92* | 2,20 | 35,69** |
| Núm. de Filhos | 2,73** | 9,19* | -2,05 | 1,54 |
| Anos de Estudo da Mãe | -9,99* | -6,09* | -8,27* | -6,13* |
| Baixo-Inferior [▲] | 122,82* | 83,30* | -81,97** | -2,36 |
| Baixo-Superior [▲] | 43,57* | 47,86* | 49,00* | 51,58* |
| Médio-Inferior [▲] | 35,37* | 19,06* | 72,88* | 20,17** |
| Médio-médio [▲] | 12,54* | 12,20 | 1,36 | 5,60 |
| Médio-superior [▲] | -11,14 | 2,63 | -21,99 | -32,53** |
| Pai Não Trabalha [▲] | 44,37** | 151,17* | 32,82 | 13,49 |
| Pai Desempregado [▲] | 22,09 | 91,89* | 114,99* | 107,37* |
| Pai Conta-Própria [♦] | 13,15* | 9,21*** | -23,50* | -10,71 |
| Pai Empregador [♦] | 105,07* | 10,35 | -44,27* | -43,33* |
| Mãe Desempregada [•] | 47,05** | 36,59*** | 251,49* | 285,15* |
| Mão inativa [•] | -25,62 | -22,03* | -10,64*** | -20,39* |
| Outra situação [•] | -34,85 | -74,19* | 83,94 | -86,26*** |
| Sexo do Chefe | -9,57 | 43,82** | -27,83 | -27,49 |
| RMSP [■] | 38,93* | 33,89* | 19,18** | 34,21* |
| RMRJ [■] | -31,78* | -26,51* | -56,27* | -44,23* |
| RMPE [■] | -28,57* | -25,11* | -30,98* | -4,88 |
| RMRS [■] | -2,86 | 13,00*** | -20,52** | -1,57 |
| RMBA [■] | -32,12* | -43,31* | -53,82* | -42,48* |
| Constante | | | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ▲ Estrato Alto; ♦ Pai Empregado; • Mão ocupada; ■ RMMG

TABELA 17A - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA OS JOVENS POR GRUPO ETÁRIO – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983, 1992 E 2001

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO | |
|--------------------------------|----------------------------------|-----------------------|-------------------------------------|-----------------------|
| | 15-19 | 20-24 | 15-19 | 20-24 |
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 131,10* | 141,85* | 70,99* | 74,57* |
| Freq. Escola | -76,61* | -69,78* | -77,94* | -77,87* |
| Anos de Estudo | 8,98* | 15,03* | 11,79* | 16,46* |
| Idade | 34,03* | 6,28* | 37,17* | -0,79 |
| 1983 | 42,99* | -17,78* | 98,90* | 21,31** |
| 1992 | 99,44* | 106,83* | 36,48* | 40,79* |
| Núm. de Filhos | 4,91* | 5,52* | -1,67 | 1,24 |
| Anos de Estudo da Mãe | -9,07* | -6,25* | -6,83* | -6,52* |
| Baixo-Inferior [▲] | 117,29* | 15,26 | -19,99 | -88,95** |
| Baixo-Superior [▲] | 47,70* | 33,32* | 39,72* | 59,04* |
| Médio-Inferior [▲] | 28,96* | 27,66* | 35,11* | 51,43* |
| Médio-médio [▲] | 8,84 | 29,06* | 0,54 | 6,23 |
| Médio-superior [▲] | -12,70*** | 9,34 | -21,96*** | -36,73** |
| Pai Não Trabalha [▲] | 84,83* | 74,87* | 25,01 | 18,88 |
| Pai Desempregado [▲] | 49,51* | 65,96** | 101,72* | 124,84* |
| Pai Conta-Própria [♦] | 11,91* | 12,13 | -12,14** | -27,88* |
| Pai Empregador [♦] | 95,94* | -3,20 | -53,48* | -29,84*** |
| Mãe Desempregada [●] | 38,21** | 66,13*** | 277,52* | 219,76* |
| Mão inativa [●] | -24,90* | -19,17* | -22,17* | 2,14 |
| Outra situação [●] | -57,53* | -58,86 | -34,62 | 18,33 |
| Sexo do Chefe | 4,41 | 21,71 | -17,65 | -33,81 |
| RMSP [■] | 42,57* | 22,72** | 38,49* | -7,19 |
| RMRJ [■] | -31,62* | -26,02* | -54,69* | -39,93* |
| RMPE [■] | -31,76* | -14,56** | -32,19* | 15,60 |
| RMRS [■] | 6,06 | 5,09 | -16,88** | 7,26 |
| RMBA [■] | -39,09* | -29,88* | -64,98* | -13,66 |
| Constante | | | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ▲ Estrato Alto; ♦Pai Empregado; ● Mão ocupada; ■RMMG

Fonte: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001

TABELA 18A - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA OS JOVENS DO ENTRE 15 E 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1983

| | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|--------------------------------------|---|--|
| Variáveis | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 120,03* | 81,20* |
| Freq. Escola | -74,74* | -74,44* |
| Anos de Estudo | 13,58* | 15,63* |
| Idade | 16,58* | 18,00* |
| Tam. da Coorte | 45,53* | 37,43** |
| Núm. de Filhos | 5,94* | -0,40 |
| Anos de Estudo da Mãe | -7,82* | -6,18* |
| Baixo-Inferior [▲] | 137,19* | -23,55 |
| Baixo-Superior [▲] | 60,58* | 50,35* |
| Médio-Inferior [▲] | 26,30* | 38,47* |
| Médio-médio [▲] | 8,00 | -3,87 |
| Médio-superior [▲] | -10,04 | -32,61* |
| Pai Não Trabalha [▲] Pai | 230,02** | -100 |
| Desempregado [▲] | 51,74* | 54,35** |
| Pai Conta-Própria [♦] | 12,46** | -17,75** |
| Pai Empregador [♦] | 52,69* | -50,83* |
| Mãe | | |
| Desempregada [●] | 11,42 | 83,06** |
| Mão inativa [●] | -30,22* | -10,77*** |
| Outra situação [●] | -61,65* | -25,23 |
| Sexo do Chefe | 60,50 | -29,56 |
| RMSP [■] | 54,54* | 37,09* |
| RMRJ [■] | -11,18*** | -33,29* |
| RMPE [■] | -30,88* | -27,10* |
| RMRS [■] | 13,68*** | -8,67 |
| RMBA [■] | -10,67 | -60,83* |
| Constante | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ▲ Estrato Alto; ♦Pai Empregado; ● Mão ocupada; ■RMMG

Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001

TABELA 19A - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA OS JOVENS DO ENTRE 15 E 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 1992

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 185,06* | 94,79* |
| Freq. Escola | -77,98* | -78,72* |
| Anos de Estudo | 10,79* | 7,53* |
| Idade | 33,42* | 27,77* |
| Tam. da Coorte | 33,91* | -25,82*** |
| Núm. de Filhos | 5,25* | -1,14 |
| Anos de Estudo da Mãe | -10,89* | -8,37* |
| Baixo-Inferior [▲] | 32,09 | -70,62** |
| Baixo-Superior [▲] | 21,10** | 27,15*** |
| Médio-Inferior [▲] | 10,18 | 33,29** |
| Médio-médio [▲] | -6,24 | 0,56 |
| Médio-superior [▲] | -22,76** | -14,54 |
| Pai Não Trabalha [▲] | 50,31 | 53,73 |
| Pai Desempregado [▲] | 33,19*** | 117,40 |
| Pai Conta-Própria [♦] | 20,53* | -10,53 |
| Pai Empregador [♦] | 97,70* | -21,31 |
| Mãe | | |
| Desempregada [●] | 138,80* | 509,38* |
| Mão inativa [●] | -19,73* | -11,99 |
| Outra situação [●] | -54,37 | -100 |
| Sexo do Chefe | -7,29 | -7,68 |
| RMSP [■] | 62,10* | 107,46* |
| RMRJ [■] | -36,03* | -57,83* |
| RMPE [■] | -23,74* | 32,45** |
| RMRS [■] | -0,94 | 18,65 |
| RMBA [■] | -47,37* | -42,12* |
| Constante | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ▲ Estrato Alto; ♦Pai Empregado; ● Mão ocupada; ■RMMG

Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001

TABELA 20A - RESULTADO DO MODELO LOGIT MULTINOMIAL PARA OS JOVENS DO ENTRE 15 E 24 ANOS – REGIÕES METROPOLITANAS, 2001

| Variáveis | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE OCUPADO | TRANSIÇÃO PARA A SIT. DE DESOCUPADO |
|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| | Incremento Percentual | Incremento Percentual |
| Sexo (homem=1) | 112,72* | 36,81* |
| Freq. Escola | -72,86* | -84,28* |
| Anos de Estudo | 13,51* | 18,04* |
| Idade | 29,34* | 29,62* |
| Tam. da Coorte | 23,07*** | 50,19** |
| Núm. de Filhos | 4,72* | 2,53 |
| Anos de Estudo da Mãe | -6,61* | -6,51* |
| Baixo-Inferior [▲] | 107,14* | -26,33 |
| Baixo-Superior [▲] | 39,57* | 73,38* |
| Médio-Inferior [▲] | 38,85* | 58,08* |
| Médio-médio [▲] | 41,31* | 10,17 |
| Médio-superior [▲] | 17,28 | -33,63*** |
| Pai Não Trabalha [▲] | 66,99* | 31,16 |
| Pai Desempregado [▲] | 66,13* | 184,51* |
| Pai Conta-Própria [♦] | 6,12 | -17,15*** |
| Pai Empregador [♦] | 38,29* | -43,52*** |
| Mãe Desempregada [●] | 15,06 | 279,75* |
| Mão inativa [●] | -19,80* | -24,86* |
| Outra situação [●] | -56,56 | 84,36 |
| Sexo do Chefe | 4,34 | -21,62 |
| RMSP [■] | 8,13 | -17,90*** |
| RMRJ [■] | -45,03* | -69,08* |
| RMPE [■] | -25,44* | -41,88* |
| RMRS [■] | 4,63 | -24,12** |
| RMBA [■] | -43,58* | -43,40* |
| Constante | | |

* significância a 1%; ** significância a 5% e *** significância a 10%

Categorias de referência: ▲Estrato Alto; ♦Pai Empregado; ● Mão ocupada; ■RMMG

Fonte de dados: PME, 1982, 1983, 1991, 1992, 2000 e 2001